

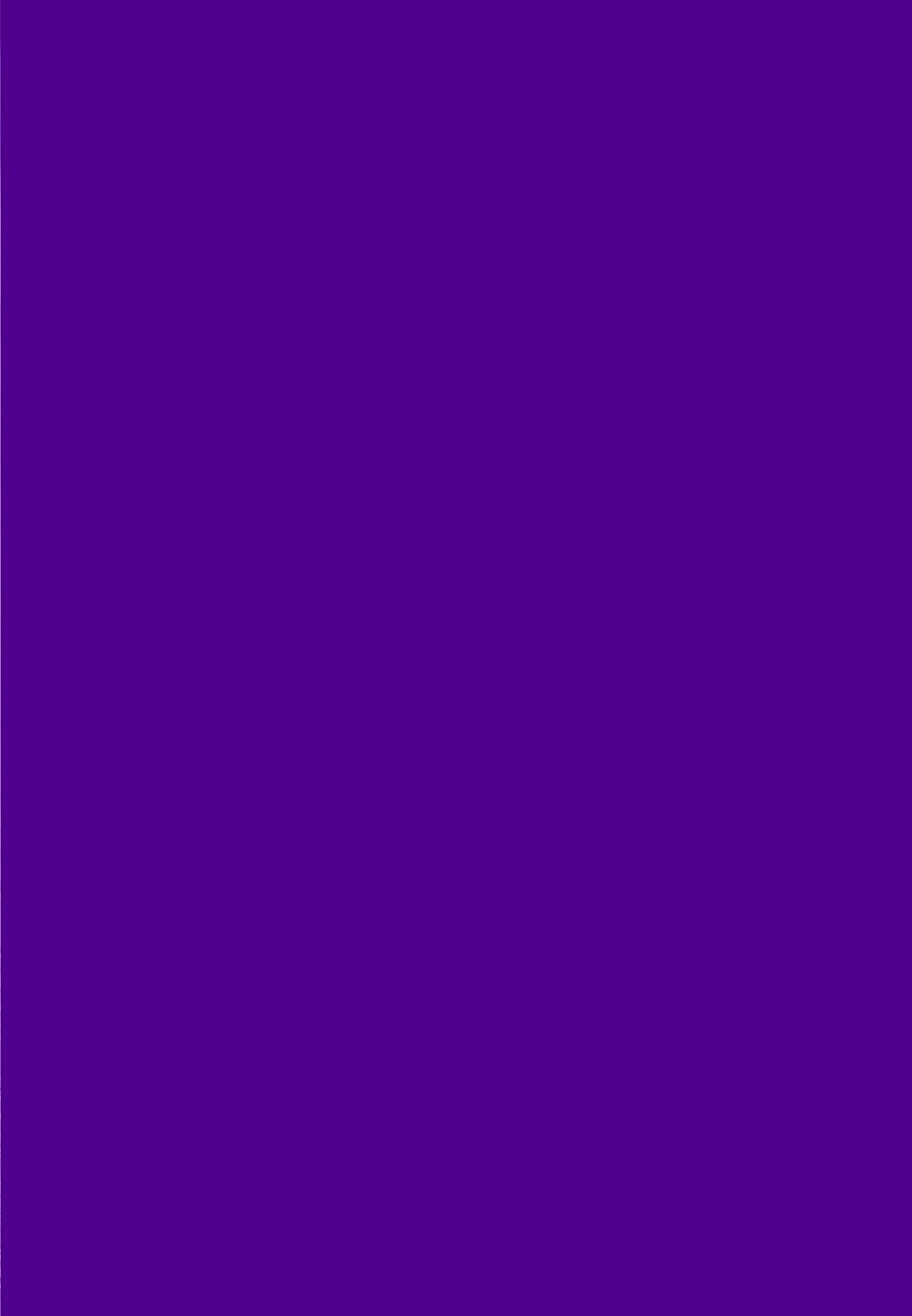
# GUAÍRA

## TERRA ROXA



RELATÓRIO  
SOBRE VIOLAÇÕES DE  
DIREITOS HUMANOS  
CONTRA OS  
**avá**  
guarani DO OESTE  
DO PARANÁ





# GUAÍRA & TERRA ROXA

RELATÓRIO  
SOBRE VIOLAÇÕES DE  
DIREITOS HUMANOS  
CONTRA OS  
**avá**  
guarani DO OESTE  
DO PARANÁ





COMISSÃO GUARANI YVYRUPA

*coordenação geral*

Antonio Wera Kuaray

Cristine Takua

Julio Karai Xiju

Marcos dos Santos Tupã

Marcos Karai

Mauricio Karai

Nelson Nhery

*secretário*

Marcelo Hotimsky

*Agosto de 2017*

*apoio*



**F** **Fundo Brasil** de  
Direitos Humanos





9 APRESENTAÇÃO

11 INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

13 Metodologia

CAPÍTULO 2

19 Contexto histórico

CAPÍTULO 3

37 Condições de vida

CAPÍTULO 4

57 Tentativas de remoção

CAPÍTULO 5

105 Hostilidades

CAPÍTULO 6

179 Violência

197 RECOMENDAÇÕES



## Apresentação

Para nós, Guaraní, *Yvyrupa* quer dizer uma terra só, um continente sem fronteiras, como foi criado por *Nhanderu*, nosso Deus, onde todos os povos, sejam indígenas ou não, possam viver sem conflito. Uma terra sem limites, sem males, onde toda a humanidade possa viver dignamente, porque *Nhanderu* gerou a terra para que todos os seres vivos possam viver nela em harmonia.

Vendo a luta do nosso povo, de cada uma das lideranças tradicionais e políticas em seus estados, nós resolvemos dar continuidade à luta que já vinha sendo tocada pelos nossos *xeramoí* e *xejary'i*, nossos anciãos e anciãs, mas buscando agora criar uma organização que fosse de todo o povo Guaraní, de toda a *Yvyrupa*.

Fizemos diversas reuniões, com a presença do Ministério Público Federal, da Fundação Nacional do Índio e de diversos parceiros. Foi quando, em 2006, na aldeia Peguaoty, no Vale do Ribeira, nós resolvemos criar essa organização de todo o povo Guaraní, para lutar pela garantia dos direitos que foram previstos para os povos indígenas nos artigos 231 e 232 da Constituição, nos quais são reconhecidos os povos indígenas e seus direitos territoriais.

Foi daí que nasceu a Comissão Guaraní Yvyrupa (CGY), da necessidade de uma organização que pertencesse a todo o povo Guaraní e que pudesse nos representar oficialmente nas lutas travadas por nossas lideranças nas diversas regiões que nossos parentes estão.

Nossa organização se encontra em todo o Sul e Sudeste

do Brasil, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde se encontra a maior parte de nossa população e a maioria de nossas *tekoas*. Mas onde houver Guarani, onde houver conflitos e luta pela terra, a CGY está lá para representar o povo Guarani, para atuar junto aos nossos parentes onde quer que eles estejam lutando, pelo reconhecimento de nossos direitos territoriais.

**MARCOS DOS SANTOS TUPÃ**  
Coordenador Tenondé da CGY

# Introdução

Os trabalhos feitos para esse relatório têm a importância de terem anotado as histórias de quem viveu a história, de quem presenciou certos fatos, de quem sentiu na pele muitas coisas. Alguns não gostam de lembrar. Pode ser doloroso pra quem lembra, pra quem fala. A gente teve que preparar eles, conversar um pouco antes, e algumas coisas eu percebi que muitos não quiseram falar. Mas é que para a justiça tem que ter anotação, ter relatórios escritos. Como dizemos, para o branco tem que ter tudo no *kuatiá*, no papel.

Para esse relatório ser usado a nosso favor vai depender muito da sua repercussão, para onde ele vai ser encaminhado, quem vai lutar pelo reparo desses danos que a gente viveu. A expectativa é que esse relatório venha no avanço da questão da demarcação, do reconhecimento dos direitos no território tradicional Guarani.

Nosso território está todo invadido, grande parte da natureza imensa que a gente tinha, aquela mata que trazia muito mais a umidade para o nosso ar do que o Rio Paraná, tudo isso virou grandes campos, grandes lavouras, cidades. Foi esse o grande impacto ambiental e social. Toda aquela violência e todo aquele desmatamento trouxeram outra sociedade, uma sociedade diferente da nossa e que não aceita a nossa presença.

E a gente sabe que muitos dos danos que a gente sofreu são irreparáveis. Temos danos físicos, ambientais e um impacto grande em boa parte da nossa espiritualidade. Quando a gente fala de reparação, muita gente já pensa em dinheiro. Mas a reparação, ela nunca vai ser completa. Você não fala de um ambiente perfeito se nesse ambiente você tiver casa de alvenaria, carro de luxo. Isso não é reparação, não é um ambiente perfeito. O ambiente perfeito era a fauna e a flora que antes existiam, a grande natureza em que a gente tinha liberdade de ir, de

ver e viver. Onde a gente nunca teve impacto dentro da nossa espiritualidade. Então, quando a gente fala de um ambiente perfeito, falamos de um passado muito distante.

Agora, as poucas coisas que poderiam ser mudadas seriam, em primeiro lugar, a demarcação das terras e, depois, deixar que essa terra demarcada volte a ser floresta, volte a ser fonte de remédios, de ervas naturais, porque essa é grande parte da cultura que enfraqueceu ao longo do tempo. É a falta de remédios naturais, falta da fonte de caça e de pesca, que hoje é muito pouca. Quando a gente fala de reparação, também falamos da recuperação do ambiente. A gente vem fazendo o reflorestamento, através de mudas, de árvores frutíferas. Então, essa terra, que a gente pode dizer que é uma terra indígena, é onde a gente tem mais liberdade de produzir nossa cultura pra passar pra próxima geração. Isso é uma pequena parte da reparação dos danos.

#### ÍLSON SOARES

Cacique da aldeia Tekoha Y'Hovy

Esse relatório é importante para mostrar para as autoridades o que não foi feito. O que a gente sofre e ninguém vê. É um documento para a gente provar, para mostrar que aconteceu.

Se o fazendeiro passa dando um tiro em cima de nós ninguém registra, porque a gente não tem esse costume, não costuma usar a lei do branco. Enquanto tudo o que a gente faz eles já vão para a delegacia, fazem boletim de ocorrência, inventam várias mentiras. Esse documento vai servir para registrar, para mostrar que a gente não está mentindo. Isso com certeza vai ajudar a gente a conseguir conquistar nossos direitos.

Pra cá a gente está abandonado. Através do trabalho dessa equipe, as pessoas vão saber os direitos que foram negados pra nós, que a gente tem e que não foram cumpridos.

#### GILBERTO BENITES

Cacique da aldeia Tekoha Pohã Renda

# Metodologia 1

*O índio é nativo do Brasil.  
Por que quem sofre é nós?*

—  <sup>1</sup>

*Violência vem, vai, volta,  
mas sempre tem.*

—  <sup>2</sup>

Com o presente relatório, a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) apresenta o mais recente resultado de sua pesquisa continuada sobre as violações aos direitos humanos cometidas contra os Avá Guarani que reivindicam a demarcação de suas terras ancestrais localizadas em um território que as fronteiras impostas pelos colonizadores denominam atualmente como municípios de Guaíra e Terra Roxa, no Oeste do Paraná.

O trabalho foi realizado por uma equipe de oito pessoas, entre indígenas e não indígenas, que visitaram pelo menos três vezes cada uma das catorze aldeias da região com o propósito exclusivo de fazer entrevistas e reunir dados e documentos que pudessem comprovar as violações de direitos humanos relatadas pelos Avá Guarani.

A conversa pessoal com as vítimas das violações foi o principal método de pesquisa utilizado para a produção do relatório. Como forma de preservar a identidade

1 Entrevista em 28 out. 2015.

2 Entrevista em out. 2015.

dos Avá Guarani, e evitar que sofram violências futuras pelo fato de estarem denunciando episódios passados, seus nomes foram ocultados com uma tarja. Todos os casos aqui relatados, porém, têm rosto, nome e sobrenome.

Além de ouvir o testemunho direto das populações indígenas, a pesquisa colheu depoimentos de não indígenas que trabalham em contato permanente com os membros das comunidades — tais pessoas igualmente tiveram o nome ocultado por uma tarja, uma vez que também costumam sofrer hostilidades. A pesquisa também buscou evidências documentais das violações de direitos humanos contra os Avá Guarani em processos que tramitam pela Justiça Federal, em procedimentos conduzidos pelo Ministério Público Federal em Guaíra e em arquivos da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Guaíra. Vídeos, notícias e artigos veiculados pelos meios de comunicação locais, sobretudo na internet, também foram usados como fonte de informação.

O principal parâmetro da pesquisa foi o informe *Derechos de los pueblos indígenas y tribales sobre sus tierras ancestrales y recursos naturales: Normas y jurisprudencia del Sistema Interamericano de Derechos Humanos*, publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2010. O documento compila e analisa o alcance dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios e recursos naturais, com base nos instrumentos jurídicos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos tal e como têm sido interpretados ao longo dos anos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do direito internacional dos direitos humanos, incluindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. A pertinência de se recorrer à jurisprudência interamericana revela-se no fato de que, ao analisar inúmeros casos de violações dos direitos humanos das populações indígenas desde sua fundação, em 1969, a Corte e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos aplicaram os tratados internacionais sobre os direitos dos povos indígenas a situações concretas e complexas ocorridas no continente americano — inclusive no Brasil.

O país ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos — também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica — por meio do Decreto nº 678, assinado pelo presidente Itamar Franco em 6 de novembro de 1992. Como consequência, segundo determina o próprio decreto, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos

“deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém”. Portanto, e apesar da eventual relutância das autoridades brasileiras, as determinações da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos dos povos indígenas foram internalizadas, estando em acordo com a legislação em vigor no país.

A jurisprudência interamericana reconhece que “os povos indígenas e tribais possuem formas de vida únicas”, que “sua cosmovisão se baseia em uma estreita relação com a terra” e que “as terras tradicionalmente utilizadas e ocupadas por eles são um fator primordial de sua vitalidade física, cultural e espiritual”. Nesse sentido, “para as comunidades indígenas, a relação com a terra não é meramente uma questão de posse e produção, mas um elemento material e espiritual do qual devem gozar plenamente, inclusive para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras”.

A jurisprudência interamericana diz ainda que o direito indígena à terra e ao território ancestral inclui o uso dos recursos naturais nele presentes.

A terra e o território, portanto, são a base dos direitos humanos dos povos indígenas. Como demonstram as sucessivas determinações da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos desde 1972, quando pela primeira vez se pronunciaram sobre as questões indígenas, o direito à terra e ao território se relaciona diretamente, “inclusive como pré-requisito”, com os direitos à existência em condições dignas, à alimentação, à água, à saúde, à vida, à honra, à dignidade, à liberdade de consciência e religião, à liberdade de associação, aos direitos da família e à liberdade de movimento e de residência dos povos indígenas. É também “uma base fundamental para o desenvolvimento da cultura, da vida espiritual, da integridade e da sobrevivência econômica” de suas comunidades.

Assim, a jurisprudência interamericana adota um “conceito amplo” que considera como território indígena “não apenas os espaços ocupados fisicamente, mas também aqueles que são utilizados para suas atividades culturais e de subsistência, tais como vias de acesso”. A ocupação territorial por uma determinada população indígena não se restringe, portanto, a suas moradias: é definida pela “área física formada por um núcleo de casas, recursos naturais, cultivos, plantações e seu entorno, ligados, na medida do possível, à sua tradição cultural”. Ou seja, a jurisprudência interamericana reconhece que a relação dos povos indígenas com o espaço ocupado “inclui as terras que utilizam para agricultura, caça, pesca, extrativismo, transporte, cultura e outros fins”. Isso significa que os direitos dos povos indígenas

“abarcam o território como um todo”. Diferente do conceito jurídico ocidental de “terra”, estritamente vinculado à noção de propriedade privada, o uso do termo “território”, no sentido adotado pelos povos indígenas, traz consigo outra ideia de territorialidade e relação espacial que não se traduz pela relação de posse, abarcando diferentes usos para além da mera permanência física ou exploração econômica.

Diversos pronunciamentos da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconheceram que a falta de acesso dos povos indígenas a seus territórios ancestrais — e a inação do Estado em garantir-lhes tal direito — os expõe a condições de vida precárias ou subumanas no que diz respeito a alimentação, água, moradia digna, serviços básicos e saúde. A situação repercute, conseqüentemente, em maiores índices de mortalidade e desnutrição infantil e em maior vulnerabilidade a doenças e epidemias. Ao não terem reconhecido seu direito à terra e ao território, os povos indígenas também são expostos a situações de extremo sofrimento, com prejuízo à preservação de seus costumes, de seus idiomas e de sua própria vida.

Está estabelecido que a propriedade territorial indígena não se fundamenta no reconhecimento oficial do Estado, mas no uso e na posse tradicionais da terra e dos recursos naturais. De acordo com a jurisprudência interamericana, “os territórios dos povos indígenas e tribais ‘lhes pertencem por seu uso ou ocupação ancestral’”. Isso não significa que as populações indígenas apenas podem gozar dos territórios que efetivamente ocupam ou possuem. A Corte e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconhecem o esbulho territorial a que foram — e continuam sendo — submetidos os povos originários das Américas graças ao avanço ininterrupto da colonização e à ineficácia dos Estados em protegê-los.

Portanto, “os povos indígenas que perderam a posse do território que ocuparam ancestralmente mantêm seus direitos de propriedade e são titulares do direito de recuperação de suas terras”.

Quando o direito dos povos indígenas à recuperação de suas terras entra em conflito com o direito de proprietários com títulos fundiários válidos e legais, obtidos de boa-fé, a jurisprudência interamericana explica que as populações ancestrais devem ter prioridade na disputa pelo território, reavendo a terra que reivindicam ou, caso não seja possível, recebendo em troca outra terra, após consentimento prévio, seguindo os procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional (art.16, Decreto 5051/2004).

“Os membros dos povos indígenas que involuntariamente perderam a posse de suas terras, e estas foram trasladadas legitimamente

a terceiros inocentes, têm o direito de recuperá-las ou a obter outras terras de igual extensão e qualidade”, diz a Corte Interamericana de Direitos Humanos. “Os povos indígenas têm direito a que sua propriedade do território não seja, em princípio, suscetível de ser preterida por direitos de propriedade de terceiros.”

E não importa que os títulos das terras outrora ocupadas pelos povos indígenas tenham sido legalizados com o tempo ou tenham passado de mão em mão, em uma longa cadeia dominial. Para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, esse fato “não constitui motivo suficiente para justificar a falta de reconhecimento do direito à propriedade e à recuperação territorial dos povos indígenas”. Os Estados tampouco podem eximir-se da responsabilidade pela demarcação e titulação das terras ancestrais que estejam em mãos particulares. “O direito dos povos indígenas à propriedade e à restituição persiste ainda que as terras reivindicadas estejam em mãos privadas, e não é aceitável que as reclamações territoriais indígenas sejam denegadas automaticamente por tal motivo.”

Essa determinação se complementa com o reconhecimento das instâncias da OEA ao “direito consuetudinário indígena” — em outras palavras, ao costume dos povos indígenas — como fundamento de seu direito de propriedade. Isso significa que “as reivindicações ou pretensões de propriedade por parte de comunidades indígenas que careçam de um título real sobre suas terras devem ser levadas plenamente em conta para todos os efeitos jurídicos”. Ou seja, “as modalidades próprias de relação com o território ancestral geram sistemas consuetudinários de posse da terra que devem ser reconhecidos e protegidos pelos Estados enquanto fundamento mesmo dos direitos territoriais dos povos indígenas”. Cabe pontuar, aliás, que a ocupação tradicional de um determinado território por uma comunidade indígena tem peso legal de direito originário, sobrepondo-se (segundo o próprio texto constitucional) à posse de uma escritura. Além de recordar os sucessivos processos de expulsão sofridos pelos povos indígenas, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos também reconhece a mobilidade territorial de determinadas etnias. E atesta que a data de fundação das aldeias atuais não é determinante da existência de direitos de propriedade comunal.

A grande conclusão da jurisprudência interamericana é que os povos indígenas têm direito a que suas terras e territórios ancestrais sejam delimitados e demarcados pelo Estado. E sem demoras. Além de privá-los de todos os demais direitos humanos que, como vimos, estão intimamente relacionados à ocupação da terra, “a ausência ou a

demora da titulação e demarcação dos territórios ancestrais também podem agudizar o impacto dos projetos de exploração de recursos naturais em tais territórios, assim como suscitar conflitos violentos” entre indígenas e não indígenas. A extração de minérios e petróleo, o agronegócio e grandes projetos de infraestrutura, como estradas e portos, são apontados pela Corte e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como fontes de conflito com os povos indígenas. A propósito, as instâncias da OEA determinam que as comunidades originárias têm direito a serem protegidas de quaisquer tipos de ataques contra sua existência, e a que os culpados por tais ataques sejam julgados e punidos.

Ao mencionar — resumidamente — alguns pontos da extensa jurisprudência interamericana relativa aos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios ancestrais, a intenção do presente relatório é demonstrar que a denúncia das sistemáticas violações de direitos humanos a que são submetidos os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa, as quais passarão a ser descritas a seguir, está respaldada por sucessivas determinações da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Não são queixas isoladas ou invenções. Pelo contrário, guardam relação com situações vividas por outras comunidades indígenas do continente — e analisadas pelas instâncias da OEA segundo a legislação internacional.

É urgente, portanto, que o Estado brasileiro atue no sentido de combatê-las rápida e eficazmente, demarcando os territórios reivindicados pelos Avá Guarani no Oeste do Paraná. Só assim, em consonância com a Constituição Federal e com os ditames do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a população indígena da região passará a ter todos os seus direitos respeitados.

## 2 Contexto histórico

Para compreender as violações dos direitos humanos e territoriais dos Avá Guarani no Oeste do Paraná é necessário recuperar brevemente o histórico da colonização da região, que resultou no esbulho de seus territórios. Os sucessivos episódios da violência cometida contra as populações indígenas estabelecidas às margens do Rio Paraná e seus afluentes regionais está na origem da situação extremamente precária em que se encontram hoje, sofrendo pressões da sociedade



envolvente para se retirarem de seus últimos locais de ocupação.

A região conhecida como Guairá, um dos pontos de encontro das possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, tornou-se destino de expedições coloniais desde os primeiros tempos da Conquista. “De acesso relativamente fácil — os paulistas demoravam de quarenta a sessenta dias para chegar —, Guairá logo se tornou o principal objetivo das expedições que partiam de São Paulo”, conta o livro *Negros da Terra*, de John Manuel Monteiro.

“A maior parte das grandes expedições tinha como objetivo as numerosas aldeias guarani no Guairá”, escreve o historiador, sublinhando o interesse dos colonizadores na captura e escravização dos Guarani. “Tanto os povoadores do Paraguai quanto os portugueses de São Paulo disputavam o acesso à mão de obra existente neste vasto e vagamente definido território que separava os extremos dos respectivos impérios ibéricos.”

Em seu livro, John Manuel Monteiro narra a extrema violência empregada pelos bandeirantes contra os indígenas do Guaíra, e destaca o *modus operandi* dos paulistas em uma das últimas grandes expedições de apresamento empreendida contra os Guarani — que não poupou nem mesmo as reduções jesuíticas que haviam se instalado na região.

“A bandeira de 1628 iniciou suas atividades com certa cautela, com Raposo Tavares estabelecendo um arraial às margens do Tibagi, na entrada do território do Guairá. A partir desta base, os paulistas começaram, com o fim de fazer cativos, a assaltar aldeias guarani, logo apelando para as reduções. Tal objetivo foi atingido através da violência nua e crua. Segundo o relato de um jesuíta, o método usual dos paulistas consistia em cercar a aldeia e persuadir seus habitantes, usando de força ou de ameaças, a acompanhar os colonos de volta para São Paulo. Um destino terrível reservava-se às aldeias que ousassem resistir. (...) Até 1632, as sucessivas invasões haviam destruído boa parte das aldeias guarani e virtualmente todas as reduções do Guairá. Desta forma, milhares de cativos guarani foram introduzidos em São Paulo”.

Posteriormente, o território avá guarani seria “redescoberto” em uma nova etapa da colonização, conforme explica em entrevista o antropólogo e etnólogo espanhol Bartomeu Melià no livro *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná — (Re) Existência em Tékoha Guasu Guavira*. “O território foi ‘descoberto’ em sucessivas etapas, mas colocado em relevo sobretudo a partir das épocas em que o trabalho — o benefício, como se chamava — da erva-mate ganhou um considerável valor na economia colonial do

Paraguai. A partir daí, os Avá foram atraídos e aliciados para um trabalho quase escravo num sistema de exploração grande, de cruel discriminação e muito sofrimento. Sem a erva-mate, teriam sido talvez menos conhecidos, porém mais livres.”

Sobre a colonização em etapas e o consequente esbulho do território avá guarani no Oeste do Paraná, é um processo que irá se consolidar, muito tempo depois da chegada dos primeiros colonizadores, com a “marcha para o oeste” promovida pelo governo brasileiro para garantir a incorporação das terras ao território nacional, como conta Raul Cezar Bergold, pesquisador em direito econômico e socioambiental, no texto “O contexto, a ideologia e a prática da marcha para o oeste no Paraná”, também publicado no livro *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná — (Re) Existência em Tékoha Guasu Guavira*.

“Os indígenas guarani, por sua vez, não chegaram com a Marcha, mas a receberam e já em situação de extrema desvantagem. Foram vítimas de repetidas ações de conquista, ilegalmente feitos escravos nos dois lados da linha Tordesilhas. Os jesuítas os reduziram aos pequenos espaços das missões para a conversão espiritual, liberando o seu território para a colonização. Os bandeirantes destruíram esses reduzidos espaços para escravizá-los e dizimá-los. Portugueses e espanhóis, e depois brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, disputaram suas terras, explorando-os e exterminando-os.”

Elaborado em outubro de 2013, com o objetivo de subsidiar a Comissão Nacional da Verdade sobre as graves violações dos direitos humanos cometidas contra o povo guarani entre 1946 e 1988, o relatório *Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade*, produzido pelo antropólogo Ian Packer, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), permite contextualizar o histórico mais recente da violência sofrida pelos Guarani na região.

O relatório trata da porção territorial que vai de Guaíra até Foz do Iguaçu, que faz fronteira a oeste com o Paraguai e ao sul com a Argentina. A ocupação da região se caracteriza por um grande dinamismo histórico dos Guarani, com redes de parentesco que se estendem para além das atuais fronteiras e, dentro do território brasileiro, para os estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

As terras escolhidas pelos Guarani para o estabelecimento de aldeias eram identificadas como lugares que possibilitam realizar o modo de vida guarani (*nhandereko*), onde podem desenvolver sua existência segundo suas próprias regras. Essa noção de território se

contrapõe à acepção que a sociedade não indígena tem de aldeia hoje: um território circunscrito, fechado, limitado, que já é resultado do processo de redução e confinamento a que os Guarani e outros povos foram submetidos com o avanço das frentes colonizadoras.

A essa liberdade de trânsito entre as fronteiras num passado recente e à ausência de colonos, cidades e estradas, somava-se ainda a abundante mata que havia na região, e que oferecia aos Guarani condições de vida que, segundo eles, contrastam de maneira radical com a forma que passaram a viver dos anos 1940 em diante, após a chegada massiva de colonos.

Nos relatos coletados pela pesquisa de Ian Packer, os Guarani contam que na mata no entorno de suas aldeias conseguiam obter água limpa, mel de abelha, frutas (coquinho, jabuticaba e guabiroba) e animais de caça (anta, queixada e veado), além dos diversos remédios tradicionais produzidos a partir de folhas, ervas e cascas de árvore. Além disso, dispunham de espaço para o cultivo tradicional de erva-mate, batata-doce, mandioca, diversas variedades de milho e outras espécies usadas tanto na alimentação cotidiana como nos rituais e festas para os quais eram convidados parentes de outras regiões.

A autonomia para se estabelecerem onde lhes fosse mais conveniente, a liberdade de mobilidade e travessia para o outro lado do Rio Paraná e a abundância de recursos naturais permitiam aos Guarani, até um passado recente, uma vitalidade cultural extraordinária.

Se já no século XIX a região passou por mudanças em suas dinâmicas de ocupação, é a partir dos anos 1940 que empresas e proprietários de terra passaram a interagir com organismos e agentes públicos na consecução de interesses privados que atropelaram os direitos dos povos indígenas, com consequências que se fazem sentir de maneira dramática ainda hoje.

Nas palavras de Packer, “o processo de expropriação territorial dos Guarani do Oeste do Paraná foi conduzido sob a égide de um sistemático descumprimento da legislação indigenista e de um genocídio silencioso que se efetuou por meio de expulsões, trabalho

escravo, assassinatos, prisões arbitrárias e ocultamento de cadáveres, que foi acobertado pelo regime de exceção vigente no país e pela militarização das estruturas dos órgãos indigenistas e demais órgãos em contato com os povos indígenas”.

No final da Guerra do Paraguai (1864-1870), a necessidade de garantir a posse do território disputado com o país vizinho levou à criação da Colônia Militar Foz do Iguaçu. Como estratégia para integrar economicamente a região, a aproximação dos militares com

RUY SPOSATI



comerciantes mateiros e ervateiros argentinos e paraguaios promoveu a intensificação da exploração de imensas áreas de floresta fora dos limites da colônia, chegando ao território ocupado pelos Guarani.

Ainda no final do século XIX, o governo passou a fazer concessões para a exploração do território. O caso mais famoso é o da Companhia Matte Larangeira, que, ainda durante o Império, em 1877, obteve concessões no Mato Grosso do Sul, posteriormente renovadas e ampliadas na República e incidindo também nos atuais municípios de Guaíra e Terra Roxa. O ciclo de exploração da ervamate fez largo uso da mão de obra indígena guarani, que era explorada em condições subumanas e de forma violenta, como aponta o relatório de Packer. Também na expansão das estradas que ligavam as cidades que se formavam nesse período, os Guarani foram explorados e escravizados.

Em 1910, a Colônia Militar Foz do Iguaçu foi extinta. Pouco mais tarde, entre 1924 e 1925, a passagem da Coluna Prestes também fez uso do trabalho guarani, seja incorporando os índios ao seu contingente, seja na abertura de picadas e no abastecimento das tropas ou mesmo como combatentes.

Criado em 1914, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) também atuou diretamente no esbulho territorial que permitiu o avanço da colonização sobre as terras guarani. Uma das estratégias foi a de remover diversas famílias guarani para as reservas de Mangueirinha e de Rio das Cobras, ambas ocupadas pelos Kaingang, povo que possui modos distintos de uso da terra, com tradições culturais e língua completamente diferentes: um confinamento que causou graves consequências para a vida dos dois povos até hoje.

Uma estratégia do SPI para atrair os indígenas para as reservas era a de se negar a fornecer documentação básica aos indígenas em determinados lugares para forçar o deslocamento até os postos dos órgãos indigenistas, onde então conseguiriam seus documentos. O relatório de Ian Packer constata o emprego dessa estratégia principalmente nas comunidades guarani de Guaíra e Terra Roxa, onde muitas famílias contam que se viram obrigadas a se dirigir ao sul do Mato Grosso do Sul — sobretudo às reservas de Porto Lindo (Japorã-MS) e Jaguapiré (Tacuru-MS) — para fazer documentação básica. Além disso, eram obrigados a permanecer de cinco a dez anos na reserva para obtê-la.

Das redes de parentesco guarani e das constantes necessidades de deslocamento causadas pela violência da colonização, origina-se um preconceito que permanece ainda hoje em relação aos indígenas. “Como é comum até hoje na região, procurou-se de todas as formas

possíveis negar a identidade indígena dos Guarani e taxá-los de ‘paraguaios’ ou ‘bugres’, como forma de negar-lhes direito e qualquer tipo de proteção pela legislação indigenista vigente à época e, assim, não prejudicar o avassalador processo de colonização que se instaurava”, comenta Ian Packer em seu relatório.

Nas reservas eram comuns os maus-tratos para “disciplinar” os índios. O trabalho escravo, o cárcere privado e a tortura, entre outros abusos, estão registradas no *Relatório Figueiredo*, documento que foi fundamental para a extinção do SPI, mas que, com a militarização do órgão indigenista, intensificada após o golpe de 1964, foi engavetado, e as ilegais e violentas práticas contra os índios ali denunciadas permaneceram incógnitas durante o regime militar.

Posteriormente, militares e viajantes que fizeram expedições pela região seguiram testemunhando a presença guarani. Os relatos de alguns exploradores constam no relatório de Packer. Um deles foi o tenente-coronel José de Lima Figueiredo, que percorreu as margens do Rio Paraná em 1937.

Em suas memórias, o militar fez referências à “existência de silvícolas”, denunciada por “velhas canoas” e “malocas”, e descreveu a frustração que sofreu ao não conseguir estabelecer contato com alguns deles. “Depois de uma marcha de uma hora, chegamos a dois toldos de índios guaranis. Infelizmente não pude entrar em entendimento com eles. Mal chegávamos às malocas, fugiam para a mata, abandonando tudo que estavam fazendo.”

Em 1939, o governo de Getúlio Vargas criou o Parque Nacional do Iguaçu, que previa a retirada de toda presença humana de uma área de mais de 185 mil hectares, o que ocorreu efetivamente apenas em 1967. Os Guarani, no entanto, foram expulsos de forma violenta já na década de 1940. Ainda nos anos 1930, o governo Getúlio Vargas deu autonomia administrativa ao extremo Oeste do Paraná, criando o Território do Iguaçu, e iniciou um processo de concessão de terras consideradas devolutas para empresas nacionais e privadas, processo que culminaria com a anulação, em 1943, dos direitos da Matte Larangeira sobre a exploração dos ervais da região de Guaíra e Terra Roxa e de seus contratos de concessão de terra. A criação de novos órgãos estatais para organizar a ocupação da região por colonos gaúchos, paulistas e mineiros marcou o início de uma nova fase de esbulho territorial sofrido pelos Guarani a partir dos anos 1940.

A implantação do quartel do Exército brasileiro em Guaíra em 1947 também é fato importante, do qual muitos Guarani se recordam ainda hoje. O quartel incidia diretamente em território guarani e fazia divisa

com uma área de ocupação indígena atualmente conhecida como Tekoha Karumbey. A mão de obra de muitos Guarani foi incorporada aos serviços militares e de colonização, abertura de estradas etc. Fato semelhante ocorreu no quartel de Foz do Iguaçu. Segundo o relatório de Packer, via de regra, esse uso da força de trabalho guarani era realizado em condições de semiescravidão. “Conforme relatam os Guarani, eles muitas vezes não apenas eram enganados quanto à remuneração prometida e acabavam por não receber nada em troca do serviço, como eram assassinados quando o concluíam”, relata.

Uma série de depoimentos coletados pelo antropólogo conta sobre uma verdadeira matança de índios Guarani no Oeste do Paraná a partir da década de 1940. As incipientes cidades fundadas nessa época e os loteamentos abertos por empresas colonizadoras são descritos pelos Guarani como “cidades de jagunços”. O processo de colonização apoiado pelo governo do Paraná e posteriormente pelo regime militar teve na figura dos jagunços e dos militares o motor da colonização que garantiu o avanço sobre as terras dos índios.

O relatório ressalta que em diversos momentos a Polícia Militar atuou na repressão aos índios e no acobertamento da ação de jagunços que conduziam o processo de apropriação de suas terras pelos posseiros, grileiros e colonos trazidos pelas companhias colonizadoras. Esses conflitos provocaram o esbulho das terras dos Guarani, que, além de expulsos, foram presos pela Polícia Militar e mortos por jagunços e fazendeiros, dando início a um movimento de fuga em direção a outras regiões do Paraná, ao Mato Grosso do Sul, ao Paraguai e ao litoral de São Paulo e Santa Catarina, em busca de melhores condições de vida.

No texto “Território Guarani: Um espaço de resistência”, Manuel Munhoz Caleiro fala sobre a chegada das companhias colonizadoras e seus efeitos sobre o território guarani. “A partir de 1940, com a abertura das estradas que ligaram as cidades de Foz do Iguaçu, Guaíra, Guarapuava e Umuarama, foi aberto o caminho para as companhias colonizadoras, que se estabelecem na região e aprofundam drasticamente a lógica de colonização através da usurpação territorial e do uso da mão de obra guarani com o uso de jagunços, tornando mais agudo o processo de expropriação de suas terras por colonos, posseiros e grileiros, tudo com a complacência e colaboração corrupta do Estado, através do SPI.

Desde os anos 1950, o aproveitamento energético do Rio Paraná passou a ser estudado, com a possibilidade de se construir uma usina hidrelétrica nas Sete Quedas, em Guaíra. Após os golpes militares no Paraguai, em 1954, e no Brasil, em 1964, ambos os países chegaram a

um acordo em 1967 que previa a exploração hidrelétrica conjunta do Rio Paraná. As negociações levaram à mudança do local de construção da usina para Foz do Iguaçu e à assinatura do Tratado de Itaipu, que, em 1973, firmou a decisão da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

A obra previa a inundação de áreas de ocupação guarani, caso do Tekoha Oco’y-Jakutinga e de Três Lagoas (Colônia Guarani), que tiveram seus direitos violados pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai), na época sob comando dos militares, para garantir a construção de Itaipu. Em levantamento realizado no encontro da Comissão Guarani da Verdade, ocorrido em dezembro de 2016 na Reserva Indígena de Oco’y, em São Miguel de Iguaçu, verificou-se que foram inundadas ao menos 47 ocupações avá guarani, nove aldeias do lado brasileiro e 38 do lado paraguaio, como consta no livro *Deuda histórica de la Itaipu Binacional con los Ava Guarani paranaenses*.

Em alguns casos, a Funai atuou no sentido de não reconhecer diversas famílias como indígenas e, em outros, simplesmente negou a presença indígena em áreas de interesse das obras de Itaipu, seguindo a orientação da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional, vigente no período ditatorial, durante o qual a demarcação de terras indígenas na zona de fronteira do país representava um risco à soberania e à integridade nacional. Tal entendimento já não existe.

Encontrando muitas irregularidades nos títulos de terra, é nesse mesmo período que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), junto com Itaipu, buscou resolver essa situação de “anormalidade fundiária” regularizando às pressas as posses da região. Esse procedimento acabou legalizando e consolidando o esbulho das terras guarani, o que criou as condições para a situação atual.

## Sítios arqueológicos

Além de documentos históricos, testemunhos de anciãos e estudos antropológicos que contam da presença permanente dos Guarani no Oeste do Paraná desde a colonização até meados do século xx, quando intensificou-se o processo de colonização e expulsão dos povos indígenas da região, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconhece a existência de sítios arqueológicos na área que compreende os municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Um deles se encontra no território ocupado pelos



indígenas do Tekoha Jevy, às margens do Rio Paraná, em Guaíra. O Ofício nº 84, assinado em 3 de fevereiro de 2015 por José La Pastina Filho, superintendente estadual do Iphan no Paraná, atesta que técnicos da instituição identificaram na aldeia um sítio arqueológico de grandes dimensões, atribuído à tradição cultural tupi guarani — ou seja, da mesma precedência étnica de seus atuais ocupantes. “O grau de conservação dos vestígios é baixo, visto que o sítio arqueológico foi quase completamente destruído por diferentes atividades realizadas no local, como a extração de material rochoso”, afirma o documento. “A região na qual se insere o Tekoha Jevy possui alto potencial arqueológico, com presença de inúmeros sítios arqueológicos, vestígios da ocupação humana nos períodos pré-colonial, de contato e pós-colonial.”

De acordo com o superintendente do Iphan no Paraná, diversas áreas ocupadas pelos povos indígenas da região possuem vestígios dessa natureza. “Tal fato é de extrema relevância, tanto sob o ponto de vista da gestão e proteção do patrimônio cultural arqueológico, quanto para a questão indígena, incluindo as discussões de demarcação de terras.”

As conclusões do Ofício nº 84/15 da seção paranaense do Iphan se baseiam no conteúdo da Informação Técnica nº 13, assinada em 21 de janeiro de 2015 por Almir Pontes Filho, coordenador do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Paraná; Daniela Gadotti Sophiati, arqueóloga do Iphan no Paraná; e Geslline Giovana Braga, antropóloga e consultora da Unesco na Superintendência do Iphan no Paraná. O documento apresenta as conclusões do estudo arqueológico realizado no Tekoha Jevy entre os dias 6 e 10 de outubro de 2014 por requisição da Polícia Federal. O pedido das autoridades originou-se da denúncia dos indígenas de que máquinas da Prefeitura de Guaíra estavam revolvendo a terra e destruindo resquícios cerâmicos existentes dentro da aldeia.

As diligências do Iphan encontraram “vestígios arqueológicos líticos e cerâmicos, além de espessas camadas de solo antropogênico com a presença de fragmentos de carvão, que denotam intensa e duradoura ocupação”. De acordo com o estudo, “o material cerâmico encontra-se disperso por área de aproximadamente 310.805,9338 m<sup>2</sup>”.

Os técnicos do Iphan constataram que o sítio arqueológico existente no Tekoha Jevy está seriamente comprometido. A destruição quase completa do terreno se deve, segundo o relatório, às atividades agrícolas intensivas e mecanizadas e à extração de cascalho. Contudo, diz o texto, “foram identificadas áreas preservadas, nas quais pode-se, ainda,

observar a camada arqueológica e o contexto de deposição original. Faz-se, portanto, urgente e necessária a elaboração e execução de projeto de registro e resgate arqueológico, além de prospecções sistemáticas para a adequada delimitação do sítio identificado e verificação da presença de possíveis novos sítios, a julgar o alto potencial da região”.

A Informação Técnica nº 13/15 lembra que o patrimônio arqueológico é protegido pela Lei Federal 3.924, de 1961, que proíbe o “aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas”. E revela ainda a preocupação dos arqueólogos com os planos de instalação na área onde hoje se localizam o sítio arqueológico e a aldeia Tekoha Jevy de um projeto de desenvolvimento conhecido como Plataforma Logística de Guaíra — que será abordado mais adiante. “No caso dos sítios arqueológicos, as obras representariam grande ameaça caso as devidas medidas preventivas e mitigadores dos impactos não fossem elaboradas e implementadas.”

Apesar de tratar especificamente dos estudos realizados no Tekoha Jevy em 2014, o documento do Iphan faz referência ao tombamento, em 2007, de um sítio arqueológico localizado a aproximadamente dez quilômetros dali: a Cidade Real do Guairá, que ocupa cerca de 121 hectares do município de Terra Roxa, e cuja área engloba o Tekoha Nhemboete. É nas redondezas da aldeia avá guarani que os arqueólogos encontraram, em 2013, “concentrações de indícios arqueológicos Tupiguarani como: panela indígena, fragmentos cerâmicos, materiais líticos lascados, laje submersa com sulcos de afiação e um remanescente de canoa” — que uma nova visita técnica definiu tratar-se de “uma peça indígena possivelmente contemporânea à Cidade Real do Guairá”.

O relatório do Iphan cita ainda uma série de estudos arqueológicos conduzidos por vários pesquisadores na segunda metade do século xx e início do século xxi, sobretudo pelo arqueólogo da Universidade Federal do Paraná Igor Chmyz, incluindo os levantamentos realizados antes da inundação que possibilitou a formação do Lago de Itaipu. E conclui: “Deve-se considerar tanto os sítios arqueológicos como as próprias comunidades guarani não como elementos isolados, mas como fruto de um único movimento, de uma única cultura, com um único propósito, a gestão de um patrimônio.”

Finalmente, os estudos realizados para a instalação de torres de transmissão de energia dentro da área ocupada pelo Tekoha Guarani, em Guaíra, encontraram indícios de que a aldeia também se localiza sobre um sítio arqueológico. Os Avá Guarani haviam denunciado a obra ao Ministério Público Federal, já que uma das torres que a Companhia

Paranaense de Energia (Copel) pretendia construir na aldeia seria colocada exatamente em cima da casa de um dos indígenas da comunidade.

“A gente denunciou”, explica ██████████, uma das lideranças do Tekoha Guarani. “Daí o Ministério Público falou que tinha que fazer um estudo na terra. Daí veio uma equipe e acharam esse pedaço de cerâmica.”<sup>3</sup> ██████████ explica que a descoberta rendeu à comunidade, como compensação pelos impactos causados com a instalação das torres de transmissão, uma casa de madeira e um cavalo — que, como veremos adiante, morreria pouco tempo depois ao ser atropelado por um caminhão pertencente ao proprietário vizinho.

Todos estes indícios confirmam tecnicamente as sucessivas declarações dos Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa, que afirmam que suas aldeias atuais encontram-se em territórios outrora ocupados por seus antepassados, e apontam para o fato de que as famílias que se distribuem pelas comunidades indígenas da região são remanescentes das populações que a habitaram durante todo o século xx, e desde muito antes disso, e que sobreviveram ao violento processo de esbulho territorial que se repete desde a Conquista.

As tentativas de deslegitimação de seus direitos territoriais por parte da sociedade não indígena, classificando-os como “falsos índios” e “paraguaios”, e a violência que sofrem cotidianamente, como será demonstrado pelo presente relatório, são consequências desse longo processo.

## Remanescentes quilombolas

Os Avá Guarani não são o primeiro grupo identitário a sofrer hostilidades, ameaças e violências por parte da sociedade de Guaíra e Terra Roxa por reivindicar direitos territoriais na região. A população negra da comunidade de remanescentes quilombolas Manuel Ciriaco dos Santos, instalada no distrito de Maracaju dos Gaúchos, na zona rural de Guaíra, enfrentou há alguns anos — sobretudo entre 2009 e 2012 — situações muito semelhantes às que passaram a afligir os indígenas da região a partir de 2012 e, com mais força, como veremos, em 2013.

“Sou filho do Manuel Ciriaco”, afirma ██████████, 56 anos, em entrevista concedida em 24 de maio de 2016. “Meu pai era filho de escravos e veio de Minas Gerais pra cá em 1962. Comprou dez alqueires de terra e demorou vários anos pra poder pagar. Aqui era pura mata. Tinha alguns gaúchos aqui, os colonos, e tinha índio também, bastante índio. A gente via eles na cidade e por aqui. Aqui tinha índio bem mais antigamente também, porque quando meu pai roçava o mato, ia derrubando, a gente encontrava pedaço de panela de barro. Só que aí tocavam fogo e destruíam tudo.”

██████████ explica que a convivência com os demais moradores da região era muito boa — até que a comunidade resolveu começar a reivindicar a terra que lhes é de direito por serem remanescentes quilombolas. “Tinha aula de capoeira aqui, que a Prefeitura colocou. Daí vinha as crianças deles tudo, era uma maravilha, era tanta criança, e adulto também, que nem cabia aqui dentro desse barracãozinho”, conta, mostrando a estrutura humilde cujo chão, segundo ele, foi cimentado com a ajuda de um proprietário vizinho. “Quando começamos a mexer com esse negócio de titulação de terra, todo mundo virou a cara.”

O remanescente quilombola relata uma série de episódios de intolerância. “Começaram a ameaçar nós a morte”, recorda. “Tem esse poço aqui, que a gente usa. Eles disseram que iam botar agrotóxico dentro do poço. Bagunçaram tudo.” A “bagunça” também incluiu o que ██████████ chama de “magia negra”. De acordo com a liderança, os agricultores vizinhos “fizeram um caixão, mataram uma galinha, penduraram na árvore, cortaram o pescoço dela, colocaram cruz, coroa e um litro de pinga” em uma área bastante frequentada pelos membros da comunidade. “No caixão, marcava o nome do meu irmão, o nome da comunidade e a data, que era 13 de janeiro de 2010. Isso aconteceu em 2009. Essa data era porque o Incra tinha previsão de acabar os trabalhos até 13 de janeiro de 2010.”



RUY SPOSATI

Não foram apenas os membros da comunidade que sofreram. Os funcionários do Incra responsáveis por conduzir os estudos fundiários para a futura delimitação do território a ser titulado para os remanescentes quilombolas também enfrentaram a violência dos vizinhos. “O pessoal do Incra estava vindo um dia de manhã cedo, oito horas da manhã, mas cercaram eles ali perto daquelas duas casinhas. Foi uma confusão, uma confusão grande”, relata ██████████. “Ficaram até três horas da tarde. Então comunicaram com a Polícia Federal, até que a Polícia Federal veio soltar o pessoal do Incra.”

Houve outras vezes em que os proprietários vizinhos dificultaram o trabalho dos funcionários federais. De acordo com ██████████, os veículos do Incra foram impedidos de chegar até o quilombo. “Colocaram carro na frente e atrás, não conseguia sair. Tinha um motoqueiro que ficava andando, cercando as estradas, não deixava ninguém passar. Colocavam trator no meio da estrada”, diz, ressaltando que os agricultores haviam desenvolvido um método de comunicação para se juntarem rapidamente quando sentiam que precisavam se unir contra

o Incra e contra os remanescentes quilombolas. “Eles mexiam com foguete. Quando soltavam foguete, juntava todo mundo rapidinho.”

O remanescente quilombola conta que as ameaças contra a comunidade começaram a cessar quando Polícia Federal e Ministério Público Federal passaram a monitorar mais de perto a situação. “Teve uma época em que eles vinham aqui todos os dias”, lembra. Mas as hostilidades não cessaram: os quilombolas continuaram sendo cotidianamente ofendidos nas redondezas da terra e nas estradas da região. Da mesma maneira que os Avá Guarani, hoje, os negros foram xingados de “vagabundos”, e insinuava-se que eles não queriam trabalhar, que eram ladrões de terras e que queriam viver de cesta básica, às custas do trabalho dos outros.

“Foi então que cortaram tudo o nosso serviço. Não davam mais nem meia hora de serviço pra gente”, diz ██████████, oferecendo um relato que, como veremos, aparece constantemente nas entrevistas com os indígenas de Guaíra e Terra Roxa. “Antes a gente trabalhava direto pra eles. Pode levantar o braço para os quatro cantos, não tem uma fazenda, um sítio desse, em que nós não trabalhava.” Como resultado, muitos membros da comunidade deixaram a terra que reivindicavam. O problema da falta repentina de trabalho e renda na região se intensificou com a falta de espaço na área que os remanescentes quilombolas ocupam hoje em dia.

“Nós era muita gente. Até em 1992, éramos em 82 negros, tudo da família, tudo parente. Depois, foram indo embora, porque o espaço ficou muito pouco. Ainda tinha muito morando na propriedade quando o Incra veio. Mas daí falaram: ‘Não é pra dar mais trabalho pra ninguém, vamos isolar essa comunidade e deixar eles morrerem de fome. Se uma criança pedir um copo d’água, não é pra dar’”, explica ██████████, ressaltando que as crianças — assim como em breve aconteceria com os filhos dos Avá Guarani — passaram a ser hostilizadas no transporte escolar. “Eles dividiram as crianças no ônibus, separaram as crianças deles dessas daqui. E isso é assim até hoje. Os quilombolas de um lado, os brancos do outro. E os alunos dos colonos não falam com os alunos do quilombo.”

De acordo com ██████████, o “sofrimento” durou cerca de dois anos. “Era bagunça e bagunça e ameaça a morte, eles falando que iam matar todo mundo, que tinha pistoleiro contratado e que só não tinha mandado matar ainda porque tinha muita criança aqui. Era muita humilhação. A gente não tinha mais serviço, mais nada. Mas a gente jurou que ia sobreviver assim mesmo. Nem que tenha que comer só milho cozido e mandioca, daqui nós não sai.”

Nessa época, um membro da família de ██████████ faleceu. “Ficou três dias internado em Toledo. Mas não teve como. Voltou dentro do caixão”, conta, explicando que seu parente “morreu de desgosto” com a situação que estavam enfrentando. E lembra como os vizinhos receberam a notícia do falecimento. “Pra essa turma aqui, foi a maior alegria do mundo. Soltaram foguete o dia inteiro. A gente estava velando o corpo dele aqui. Eles pegaram à meia-noite em ponto e vieram soltar foguete no pé daquele abacate ali. E eles diziam: ‘Graças a deus, morreu mais um que queria roubar nossas terras’. Eles gritavam isso.”

A história da comunidade de remanescentes quilombolas Manuel Ciriaco dos Santos é longa, e igualmente longos são os relatos da violência, da intolerância e das hostilidades sofridas por seus membros a partir do momento em que passaram a reivindicar a titulação das terras que ocupam em Guaíra. É como diz ██████████: “Se eu for contar tudo o que aconteceu, dá pra contar o dia inteiro e ainda não conta tudo”. No entanto, trata-se de uma outra história, que entrou no presente relatório precisamente com o intuito de demonstrar que a campanha contra a permanência de comunidades tradicionais — como a dos Avá Guarani, atualmente — possui antecedentes muito recentes nesta porção do Oeste do Paraná.

# 3

## Condições de vida

*Na cidade tem tudo, então o índio quer tudo na aldeia também. Daí dá pra viver. Se tiver tudo na aldeia, a gente não entra mais no espaço do branco.*

—  <sup>4</sup>

### Água

*Essa água faz mal porque é muito quente. Fica tomando sol o dia inteiro, sai da caixa fervendo. Ninguém aguenta tomar.*

—  <sup>5</sup>

Metade das aldeias de Guaíra e Terra Roxa — Y’Hovy (desde 2012), Karumbey (desde 2015), Porã (desde 2010), Jevy (desde 2014, parcialmente), Marangatu (desde 2010) e Mirim, em Guaíra, e Araguaçu (desde 2008), em Terra Roxa — conta com água encanada.

A outra metade — Pohã Renda, Tajy Poty, Nhemboete, Yvyraty Porã e Yvy Porã, em Terra Roxa, e Tatury e Guarani, em Guaíra — possui caixas d’água de 5 ou 10 mil litros, instaladas pelo poder público ou obtidas por meio de doações, e que são abastecidas semanalmente por caminhões pipa graças a um convênio entre a Secretaria

4 Entrevista em 18 mai. 2016.

5 Entrevista em 18 mai. 2016.

Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), e a uma ação do Ministério Público Federal em Guaíra, que, depois de constatar a situação em que viviam os indígenas, lhes garantiu esse serviço básico.

Os relatos dão conta, porém, de que a quantidade de água oferecida pelo Estado é insuficiente para atender às necessidades de hidratação, alimentação, limpeza e higiene dos Avá Guarani. “Água eles colocam na cisterna a cada sete dias, mas não é suficiente. Sempre acaba”, diz ██████████, liderança da aldeia Tekoha Tajy Poty. “Eles reabastecem toda segunda-feira, mas dá três ou quatro dias e já acaba. Parece que eles não enchem tudo”, explica ██████████, liderança da aldeia Tekoha Yvyraty Porã.

Outro problema recorrente são os atrasos na entrega da água. “Já teve ocasião em que a água acabou, o caminhão não veio abastecer e as crianças ficaram sem ir pra escola”, conta ██████████, morador da aldeia Tekoha Guarani. “Quando acaba, tem que ligar, mas nem sempre temos crédito no telefone.” ██████████ recorda que, no início de 2016, a aldeia ficou quinze dias com as caixas d’água — uma de cinco mil e outra de dez mil litros — vazias porque o caminhão pipa simplesmente não apareceu. “Depois de muita ligação, eu perdi a paciência e fui direto no escritório da Sanepar. Só assim vieram encher as caixas”, explica, contando das brigas constantes em que se envolve por causa do abastecimento de água na aldeia.<sup>6</sup>

Essa situação faz com que os indígenas se vejam obrigados a recorrer às fontes de água — rios, córregos, minas e açudes — existentes nos arredores das aldeias, que, devido à contaminação promovida pelas atividades agropecuárias, não são totalmente próprias para o consumo humano. Além disso, as fontes de água, na maioria das vezes, encontram-se dentro da propriedade de agricultores vizinhos — o que, como veremos, leva a conflitos com os fazendeiros do entorno.

Os indígenas de Guaíra e Terra Roxa se queixam ainda da qualidade da água que lhes é provida pelo Estado. “Tem um gosto ruim, deve ser por causa do remédio que colocam”, afirma ██████████, liderança da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa. “Dá dor de barriga nas crianças.”<sup>7</sup>

Um problema adicional à qualidade da água é a condição das caixas, que, segundo os Avá Guarani, raramente são limpas. “A cisterna está aí há três anos e nunca vieram limpar. Tratam a gente que nem porco”, explica ██████████, liderança da aldeia Tekoha Yvyraty Porã,

6 Entrevista em 19 mai. 2016.

7 Entrevista em 22 out. 2015.

em Terra Roxa. “Essa água já deu dor de barriga em todo mundo, adulto e criança. Tem cheiro ruim, não dá nem pra fazer comida.”

As lideranças das aldeias que conseguiram a instalação de água encanada afirmam que não foi fácil obter o serviço. “Lutamos muito”, afirma ██████████, liderança do Tekoha Karumbey, em Guaíra, cujos moradores passaram a ter acesso à água encanada em 2015. ██████████, liderança do Tekoha Marangatu, onde há água encanada desde 2010, explica: “Tivemos que ir na ponte fazer manifestação. Fechamos a ponte três vezes. Também fechamos a balsa aqui na Receita Federal. Levamos ameaça da Polícia Militar, da Polícia Civil e dos carreteiros”, conta. “Lutamos bastante pra conseguir.”<sup>8</sup>

No caso do Tekoha Jevy, a água encanada veio junto com a escolinha de alvenaria, cuja construção os Avá Guarani conseguiram depois de muita insistência e pressão sobre a Prefeitura de Guaíra e sobre o Ministério Público Federal. “Quando fizeram a escolinha, tiveram que fazer água encanada para atender a escolinha”, afirma ██████████, liderança da aldeia. “Mas não tem pra todo mundo.”<sup>9</sup>

## Energia Elétrica

*Estamos precisando muito da energia, porque as coisas hoje funcionam só na energia. As crianças estão se atrasando nos estudos, porque hoje em dia tem que saber mexer no computador, no celular.*

— ██████████<sup>10</sup>

As aldeias Y’Hovy (desde 2011, parcialmente), Guarani (desde 2015, parcialmente), Karumbey (desde 2014), Porã (desde 2010), Jevy (desde 2012, parcialmente), Marangatu (desde 2010) e Mirim, em Guaíra, e Araguaju (desde 2009), em Terra Roxa, são abastecidas pela rede de energia elétrica, o que não ocorre com as demais: Pohã Renda, Tajy Poty, Nhemboete, Yvyraty Porã e Yvy Porã, em Terra Roxa, e Tatury, em Guaíra.

8 Entrevista em 20 jan. 2016.

9 Entrevista em 19 jan. 2016.

10 Entrevista em 28 out. 2015.

Como veremos mais adiante, a falta de luz nas aldeias da região se deve principalmente à resistência dos agricultores que reivindicam a posse das terras em que os Avá Guarani estão instalados. O caso dos *tekohas* Yvyraty Porã e Yvy Porã é paradigmático dessa situação. Em agosto de 2016, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) chegou a fazer medições e a instalar postes de energia para os Avá Guarani, mas, por pressão dos fazendeiros, voltou atrás.

“Aqui foi difícil pra conseguir essa energia”, relata ██████████, liderança do Tekoha Karumbey. “Não queriam colocar. Mas eu fui pra cima até que consegui. O prefeito não queria deixar. O Ministério Público Federal foi pra cima do prefeito. E mandaram colocar o poste.”

A situação fez com que o Ministério Público Federal desse início a treze Procedimentos Preparatórios em 14 de julho de 2013 com o intuito de suprir a falta de energia elétrica, considerada pelos procuradores um serviço básico a que os Avá Guarani têm direito como qualquer cidadão brasileiro.<sup>11</sup>

Como desdobramento, o Ministério Público Federal acabou instaurando um Inquérito Civil Público para garantir o acesso à rede elétrica.<sup>12</sup> A leitura dos documentos deixa claro que o caráter de conflito com particulares da região — sobre os quais aprofundaremos mais adiante — é usado indevidamente como justificativa para que se negue a instalação elétrica nas aldeias.

Como afirma em seu próprio depoimento, a Copel sustenta a ausência de energia por conta de “embargos e impedimentos por parte de proprietários rurais”, como ocorre nas aldeias Tekoha Nhemboete e Tekoha Pohã Renda, por exemplo.<sup>13</sup> No caso da Tekoha Karumbey, a Copel informa que a primeira tentativa de instalação — que seria viabilizada em 2015 — havia sido interrompida a pedido Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Guaíra. Além dos litígios possessórios, a Copel afirma em ofício protocolado no processo que a falta de instalação também se devia à “rotatividade dos moradores, falta de documentos, falta de pacificação”.<sup>14</sup>

Quando a inação não parte da própria companhia responsável pelo fornecimento de energia elétrica, o impedimento vem dos

11 Trata-se dos Procedimentos Preparatórios 1.25.012.000119/2013-41; 1.25.012.000118/2013-05; 1.25.012.000117/2013-52; 1.25.012.000125/2013-07; 1.25.012.000114/2013-19; 1.25.012.000116/2013-16; 1.25.012.000122/2013-65; 1.25.012.000121/2013-11; 1.25.012.000124/2013-54; 1.25.012.000127/2013-98; 1.25.012.000123/2013-18; 1.25.012.000120/2013-76; 1.25.012.000115/2013-63.

12 ICP 1.25.012.0001276/2013-98

13 Manifestação COPEL (PRM-GUA-PR 2685/2013)

14 Ofício nº 215/2015 (Fls. nº 191)

moradores vizinhos às aldeias, como no caso da Tekoha Mirim, onde os filhos dos moradores próximos tentaram impedir a instalação quando, finalmente, estava para ocorrer.<sup>15</sup> Com efeitos práticos relativamente mais rápidos, a maioria das aldeias conseguiu o acesso à rede elétrica como efeito direto dos procedimentos administrativos do Ministério Público Federal.

## Saúde

Praticamente todas as aldeias de Guaíra e Terra Roxa possuem agente de saúde. Os Avá Guarani contam com a assistência da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) desde 2006, quando esse departamento do Ministério da Saúde ainda se chamava Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

A enfermeira ██████████ foi a primeira profissional contratada para trabalhar com as comunidades da região. “Comecei a trabalhar na aldeia Marangatu”, explica. “Era uma situação muito difícil. Não tinha estrada, não tinha nada. Tinha bastante criança desnutrida, e doença respiratória, durante o inverno, como tem até hoje. Tinha um caso de HIV, que depois proliferou e tivemos cinco casos, alguns vindos do Mato Grosso do Sul.”

██████████ conta que havia pouquíssima estrutura de trabalho na época. “Foi difícil lidar com esses casos, porque não tinha carro. Era eu e uma bicicleta. Não tinha sala, nada, então eu ficava direto na aldeia. Quando precisava, eu visitava casa por casa todos os dias. Eu cuidava só da Marangatu, depois passei a cuidar da Porã. Havia também a Karumbey, mas ainda não tinha cacique e eles não aceitavam nem que o agente de saúde da Porã fosse até lá.”

Apesar da falta de estrutura, ██████████ explica que havia mais contato entre a equipe de saúde e os Avá Guarani. “Hoje você não tem mais tempo pra nada: a população aumentou, mas a equipe não aumentou tanto. Temos mais duas enfermeiras só: é muito pouco, porque são muitas aldeias. Poderíamos passar uma manhã inteira de casa em casa, conversando, mas não dá mais tempo.”<sup>16</sup>

Desde 2014, a equipe da Sesai na região conta com uma

15 Ofício nº 149 (CTL-GUA-PR 510/2013)

16 Entrevista em mai. 2016.

enfermeira-chefe e duas enfermeiras, uma em Guaíra e outra em Terra Roxa, além das assistentes. Conta também com um médico exclusivamente dedicado aos indígenas. A Sesai possui duas sedes, uma em Guaíra e outra em Terra Roxa, para atendimento dos Avá Guarani, sobretudo das mulheres grávidas.

“Agora, em Guaíra e Terra Roxa, não tem cabimento que os indígenas morram de doenças evitáveis”, afirma [REDACTED], médico da Sesai. “Além da estrutura da Sesai, há um hospital e um pronto-socorro na região.”<sup>17</sup>

No entanto, ainda é um corpo muito reduzido de funcionários frente à demanda local. São apenas dois veículos para todas as catorze aldeias em mais de um município. Normalmente, o médico [REDACTED] atende três aldeias às segundas-feiras, quatro às terças-feiras, três às quartas-feiras e quatro às quintas-feiras. Na sexta, não há visitas.

“É bem puxado”, admite, concordando com uma das principais reclamações das lideranças indígenas de Guaíra e Terra Roxa em relação ao atendimento de saúde. “Não é sempre que consigo atender todo mundo que precisa de atendimento.”

O médico cita alguns dados sobre a situação de saúde dos Avá Guarani compilados pelas equipes da Sesai. “Dos 1.267 indígenas que identificamos em Guaíra e Terra Roxa, 1.032 possuem algum tipo de hábito não saudável de vida. Isso não se refere apenas ao alcoolismo”, explica, referindo-se também aos hábitos alimentares dos indígenas, muito dependentes de doações e cestas básicas, com pouca oferta de frutas, verduras e legumes.

“Antes da nossa chegada, havia muita sífilis. Agora, com o acompanhamento, reduziu bastante. As principais doenças que registramos em 2015 foram as doenças respiratórias, com 459 casos. Isso tem a ver com a fumaça da fogueira e com a proximidade das rodovias. Há também casos de parasitas estomacais, devido à ingestão de água contaminada e falta de higiene com os alimentos.”<sup>18</sup>

“Nossa presença reduziu a zero a mortalidade infantil”, continua [REDACTED]. “Toda gestante dá à luz com pelo menos seis consultas de pré-natal. Mas desnutrição e baixo peso ainda ocorre muito entre as crianças. A situação melhorou, não há casos graves, mas ainda existe. Em compensação, há obesidade, diabetes e hipertensão, que antes não havia tanto. Às vezes, por questões de saúde, é melhor estar magro que obeso. Quantos índios aqui comem frutas regularmente? Em compensação, macarrão e bolacha comem muito. Eles

17 Entrevista em 17 mai. 2016.

18 Entrevista em 17 mai. 2016

não têm escolha.”<sup>19</sup>

De acordo com membros da equipe da Sesai, há casos em que os Avá Guarani foram maltratados por médicos e enfermeiros nos serviços de saúde do SUS. “Fomos às aldeias, perguntamos às lideranças e fizemos entrevistas. Há pelo menos dez casos”, revela o médico [REDACTED]. “O SUS deve entender que são populações específicas e deve adaptar-se às suas características. Isso ainda não acontece. E os índios não denunciam.”

De acordo com [REDACTED], enfermeira da Sesai em Terra Roxa, os índios relatam frequentemente as dificuldades que passam no SUS. A profissional lembra do caso de uma gestante indígena de 15 anos, que, por se tratar de uma gravidez de risco, deu à luz em um hospital de Toledo. A jovem permaneceu cerca de 36 horas em trabalho de parto.

“Achei estranho”, diz a enfermeira. “Quando eles resolveram fazer a cesariana, o bebê teve anóxia [falta de oxigênio] por prolongamento de parto. Daí a gente se pergunta: se não fosse uma indígena, será que tinha acontecido isso?”<sup>20</sup>

## Educação

*Não tem escola, nem sala, nem professor na aldeia.*

*Já pedimos, mas não veio.*

— [REDACTED]<sup>21</sup>

Dentre as catorze aldeias de Guaíra e Terra Roxa, apenas o Tekoha Marangatu, em Guaíra, possui uma escola estadual de ensino fundamental: a Escola Indígena Mbyja Porã. “Aqui na região só existe essa escola com currículo voltado para a cultura indígena, onde nós respeitamos a cultura e o tempo deles, sem deixar de lado a educação formal”, explica [REDACTED], que trabalha na instituição há dez anos, primeiro como coordenadora pedagógica e, agora, como diretora. “Aqui a gente ensina e aprende com eles.”

[REDACTED] afirma que os professores da Mbyja Porã têm a

19 Entrevista em 17 mai. 2016.

20 Entrevista em 23 mai. 2016.

21 Entrevista em 26 out. 2015.

preocupação especial de que todos os alunos indígenas, sem exceção, aprendam a ler e escrever em português durante sua passagem pela escola.

“Se os alunos chegam às escolas da cidade falando apenas o guarani, muitos acabam repetindo de ano”, avalia. “Não porque os indígenas apresentem dificuldade de aprendizagem, como dizem por aí. O grande problema é a língua e o tratamento que dão aos índios em algumas escolas. Daí eles não conseguem mesmo acompanhar o currículo, porque o currículo não é flexível, porque eles não têm nenhum intérprete e porque a criança simplesmente não consegue entender o que os professores dizem. Acabam sendo deixados de lado.”<sup>22</sup>

De acordo com o Núcleo Regional de Educação de Toledo, uma seção da Secretaria de Educação do Paraná, as obras da Escola Indígena Mbyja Porã foram concluídas em 2010. As instalações começaram a

22 Entrevista em 25 mai. 2016.

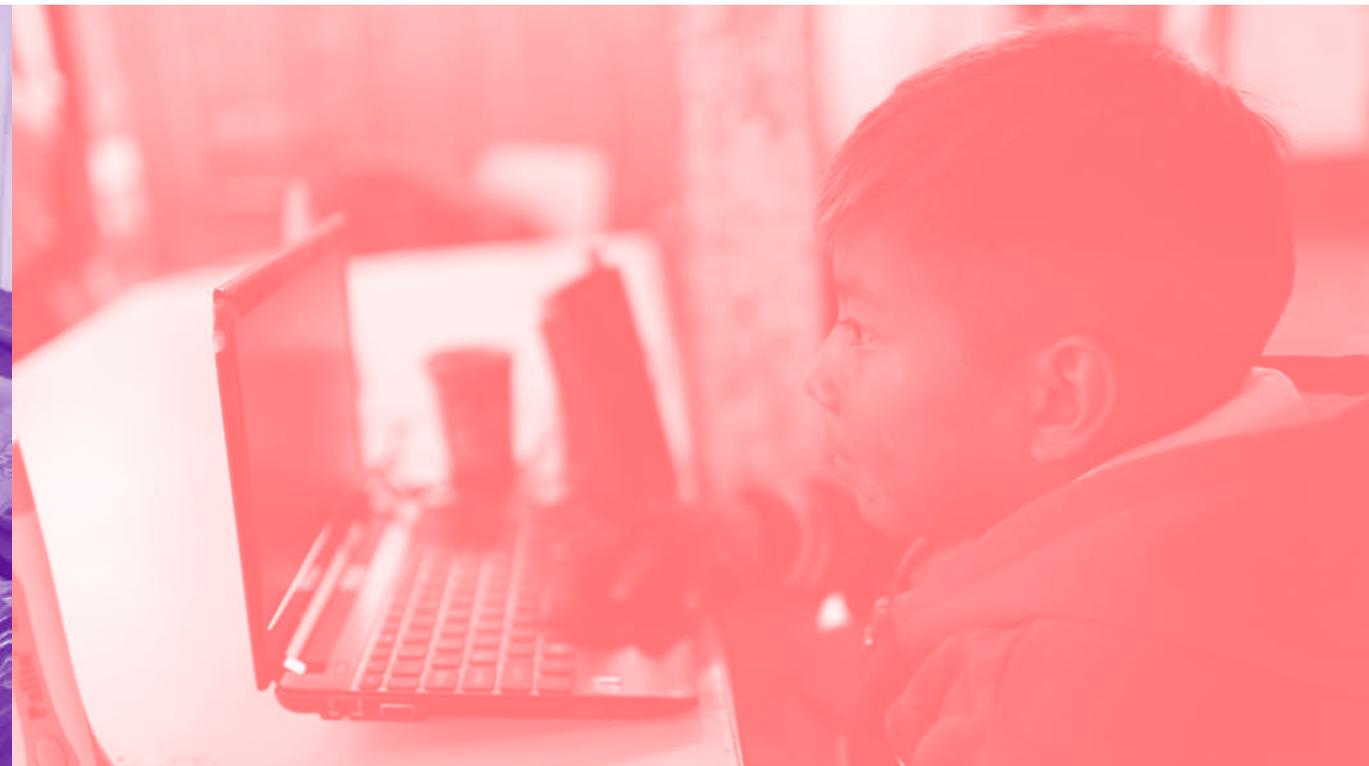


atender as crianças avá guarani em 2011, com vagas na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental.<sup>23</sup>

“Conseguimos a escola com as manifestações na ponte”, revela ██████████, liderança do Tekoha Marangatu, referindo-se a protestos realizados pelos Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa em junho de 2010. Na ocasião, os indígenas impediram o trânsito na ponte Ayrton Senna, que liga os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, sobre o Rio Paraná, sendo a principal rota de passagem entre essa porção do país e o Paraguai.<sup>24</sup> “A escola dá aula para as crianças até o quinto ano do ensino fundamental. Ano passado, tinha mais ou menos setenta alunos. São duas salas de aula,

23 “Aldeia Indígena de Guaíra Recebe Nova Escola”. Secretaria de Educação do Paraná. Núcleos Regionais de Educação, 20 out. 2010. Disponível em <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3830>>.

24 “Índios fazem protesto e fecham ponte no Paraná. G1, 21 jun. 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/indios-fazem-protesto-e-fecham-ponte-no-parana21062010.html>>.



e já está precisando de uma ampliação. Precisa de mais professor indígena, porque só tem cinco.”<sup>25</sup>

A mobilização da comunidade também rendeu frutos educacionais ao Tekoha Jevy, em Guaíra. Após ameaças de protesto e muita pressão sobre o Ministério Público Federal ao longo de 2014, os Avá Guarani fizeram com que a Prefeitura construísse na aldeia não uma escola aos moldes da Mbyja Porã, como exigiam os indígenas, mas duas salas de aula — com água encanada, energia elétrica e banheiros — para o ensino da língua guarani.

“Faz dois anos que temos essa escolinha. Foi difícil conseguir. Lutamos três anos, e ainda é provisório. Não é escola ainda. Ensina só guarani. Queremos uma escola que ensine tudo”, relata [REDACTED], liderança do Tekoha Jevy. “Estudam sessenta alunos aqui: trinta para cada professor, um de manhã e outro à tarde. Só tem trinta cadeiras em cada sala. Mas na aldeia tem 85 crianças. Não cabe tudo aqui. O professor pega mais de trinta, quarenta alunos, mas aí é muito. Fica sem cadeira. A gente pega cadeira de outros lugares.”<sup>26</sup>

Nas demais aldeias, existem apenas escolinhas de tábuas construídas pelos próprios indígenas, com chão de terra batida, lousas e carteiras improvisadas, e também exclusivamente destinadas ao ensino da língua guarani. As crianças frequentam as escolinhas das aldeias pelas manhãs, onde assistem a aulas ministradas por professores indígenas, geralmente residentes na própria comunidade, cujo trabalho é remunerado pela Secretaria de Educação do Paraná. À tarde, vão a escolas da cidade, onde, como veremos adiante, costumam sofrer uma série de hostilidades.

A falta de estrutura nas escolinhas é tanta que nem todas recebem merenda. Uma das que ficam sem alimento escolar é o Tekoha Tatury, em Guaíra. “Em 2014 começou a ter aula aqui, só de guarani. Conseguimos contratar um professor, mas estamos sem cadeira pra escola. Não tem merenda para as crianças, não mandam nada”,

25 Entrevista em 20 jan. 2016.

26 Entrevista em 19 jan. 2016.

explica [REDACTED], liderança da aldeia.<sup>27</sup>

Quando o poder público envia merenda escolar, porém, a situação não parece melhorar. “A merenda que mandam é bolacha seca. Já falei com o pessoal da secretaria, eles dizem que vai melhorar — e nada”, conta [REDACTED], professor do Tekoha Guarani, em Guaíra. “Na verdade, não é merenda. Vem tudo empacotado. As crianças chegam com fome na escola. Como é que vai segurar as crianças na escola se só tem bolacha seca? Imagina se a criança com sete, oito anos, vai vir pra escola com fome e ficar até às onze horas...”<sup>28</sup>

27 Entrevista em 21 jan. 2016.

28 Entrevista em 26 out. 2015.

RUY SPOSATI





RUY SPOSATI

## Alimentação

*Nós dependemos do branco. Antes, não dependia. As coisas existiam. Entrar na mata era a mesma coisa que entrar no mercado. Agora a gente tem que ficar chorando para os prefeitos pra eles liberarem uma mixaria de cesta básica.*

—                     <sup>29</sup>

As cestas básicas são a principal fonte de alimentos dos Avá Guarani do Oeste do Paraná. De acordo com os relatos colhidos pela pesquisa, a dependência dos víveres distribuídos pelos órgãos de assistência social das prefeituras de Guaíra e Terra Roxa e pela Funai desagrada os membros da comunidade. No contexto hostil em que vivem, porém, são essenciais para a segurança

29 Entrevista em 18 jan. 2016.

alimentar dos indígenas da região.

“O que a gente come mais é o que vem na cesta: arroz, feijão, macarrão, fubá, trigo, açúcar, leite... Às vezes vem suficiente, às vezes não”, afirma                     , liderança do Tekoha Karumbey, em Guaíra. “Daí a gente mistura um pouco de charque, algum enlatado que a gente compra...”<sup>30</sup>

Como veremos adiante, o acesso dos Avá Guarani ao trabalho fora das aldeias é dificultado e até mesmo impossibilitado pela articulação anti-indígena de setores da sociedade local, como produtores rurais, empresários e políticos. As hostilidades fazem com que muitos Avá Guarani não consigam obter recursos financeiros para o próprio sustento, com consequências sobre a nutrição e a saúde das famílias.

“Quem não consegue um serviço às vezes passa fome aqui”, diz                     , liderança da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa.<sup>31</sup>                     , liderança do Tekoha Guarani, em Guaíra, diz que, quando cesta não vem, alguns moradores da aldeia ficam sem ter o que comer. “A comida não é suficiente.”<sup>32</sup> Os Avá Guarani do Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, enfrentam problemas semelhantes. “A gente come quando a cesta básica vem. Se não vier, não come”, diz                     .<sup>33</sup>

As dificuldades alimentares se agravam com o tamanho reduzido das aldeias em que vive a maioria dos Avá Guarani no Oeste do Paraná. O espaço exíguo impede a criação de animais e o cultivo de alimentos tradicionais em escala suficiente para garantir as necessidades nutricionais de todos os membros da comunidade. “A gente planta mandioca, batata, cana, abóbora, milho. Cada família faz sua roça. A maioria planta, mas tem alguns que não plantam. Cada família cria galinha. Alguns têm porco também”, explica Anatálio Ortiz, liderança do Tekoha Jevy, em Guaíra. “Tem espaço pra plantar, mas é pouco pra roça.”<sup>34</sup>

30 Entrevista em 17 jan. 2016.

31 Entrevista em 22 out. 2015.

32 Entrevista em 26 out. 2015.

33 Entrevista em 28 out. 2015.

34 Entrevista em 20 jan. 2016.

Além das condições fundiárias, a falta de ferramentas e sementes também impede que os indígenas consigam tirar o sustento das terras que ocupam. “Aqui não se planta mais por falta de ferramenta. Também falta semente”, relata [REDACTED], morador do Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, ressaltando as dificuldades oferecidas pelas condições do terreno. “O chão é duro, não temos força para arrancar o mato.”<sup>35</sup>

“Tem pouco lugar pra plantar aqui. É tudo pedra, não dá”, continua [REDACTED], liderança do Tekoha Marangatu, que fica nas margens do Rio Paraná, em Guaíra. “A gente depende da cesta básica. É por isso que a gente precisa de demarcação: pra plantar, porque a Prefeitura e a Funai não vai querer tratar nosso filho o tempo todo. Queremos plantar babata, feijão, criar galinha e porco pra comer.”<sup>36</sup>

O terreno pedregoso também atrapalha as roças dos Avá Guarani do Tekoha Tatury, em Guaíra. “A gente quer plantar bastante alimentação, mas não dá. A maioria é tudo pedra”, explica [REDACTED], liderança da aldeia.<sup>37</sup> A fome e a falta de espaço na aldeia levaram [REDACTED], 42 anos, a semear ramas de mandioca em punhados de terra colocados sobre as cavidades de algumas rochas grandes que existem aqui e ali no Tekoha Tatury. A pesquisa testemunhou pequenos pés do alimento tentando crescer — sem sucesso — sobre o canteiro improvisado.

“Aqui fazemos umas rocinhas de mandioca, milho, feijão e melancia”, conta [REDACTED], liderança da aldeia Tekoha Nhemboete, em Terra Roxa, também se queixando da falta de espaço. “Tem muito pouca terra. Só plantamos em área de colônã, porque tem reserva ecológica e sítio arqueológico. Daí não pode mexer.”<sup>38</sup>

Intensificada pela falta de oportunidade de trabalho e pela falta de espaço nas aldeias, a dependência das cestas básicas entre os indígenas do Oeste do Paraná propicia outro problema, que se revela nas

35 Entrevista em 25 out. 2015.

36 Entrevista em 20 jan. 2016.

37 Entrevista em 21 jan. 2016.

38 Entrevista em 26 out. 2015.

queixas de que os alimentos distribuídos pelo poder público são insuficientes para alimentar as famílias avá guarani, com grande prejuízo às crianças. A reclamação de que as cestas básicas não chegam com a frequência nem em quantidade adequadas é uma constante nas catorze aldeias de Guaíra e Terra Roxa.

“É uma cesta mixaria”, avalia [REDACTED], liderança do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa. “Vem pouca coisa.”<sup>39</sup> [REDACTED], liderança do Tekoha Pohã Renda, também em Terra Roxa, é outra voz que denuncia a disponibilidade de alimentos. “Para algumas famílias, a cesta básica não

39 Entrevista em 18 jan. 2016.

TERESA PARIS





TERESA PARIS

dura nem uma semana.”<sup>40</sup>

Quando não há atrasos, as prefeituras de Guaíra e Terra Roxa oferecem cestas básicas mensalmente para os Avá Guarani. Mas, de acordo com os indígenas, o cronograma nem sempre é cumprido. “Alguma vez a gente recebe cesta básica depois de noventa dias. Em 2015, recebemos só uma vez”, explica ■■■■■, liderança do Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa.” O indígena lembra a época em que o poder público municipal se negava a atendê-los. “Quando fomos reclamar para o prefeito, ele falou: ‘A área de vocês não é demarcada, a gente não pode [entregar a cesta].’”<sup>41</sup>

40 Entrevista em 22 out. 2015.

41 Entrevista em 28 out. 2015.

Os beneficiários da cesta básica devem retirá-las nas unidades municipais de assistência social. “Não entregam aqui na comunidade”, afirma ■■■■■, liderança da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, apontando problemas decorrentes desse método de distribuição. “Tem que pagar táxi ou trazer nas costas. É longe daqui. Dá uns seis quilômetros. Daí a população da cidade fica tirando sarro de nós. Chamam de burro e vagabundo, diz que só vive nas custas do governo. Tem gente que até chorou com a cesta básica nas costas.”<sup>42</sup>

Segundo relatos das lideranças indígenas, apenas as famílias cadastradas pelas prefeituras de Guaíra e Terra Roxa recebem as cestas básicas. Os Avá Guarani afirmam, porém, que os cadastros demoram a ser atualizados — e o resultado é que algumas famílias ficam sem receber o benefício alimentar. “A cesta do município ainda não vem pra todo mundo, porque tem gente que ainda não tem cadastro”, relata ■■■■■, liderança do Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa.<sup>43</sup>

“A prefeitura de Guaíra entrega dez cestas básicas para a aldeia. É um cadastro antigo, feito com o número de famílias que viviam na aldeia na época do levantamento”, afirma ■■■■■, liderança do Tekoha Y’Hovy.<sup>44</sup> De acordo com ■■■■■, liderança do Tekoha Porã, em Guaíra, “muitas pessoas não conseguem” a cesta básica. “Tem que brigar muito. E a comida não é suficiente.”<sup>45</sup>

A Funai também provê cestas básicas para os indígenas do Oeste do Paraná. Ao contrário do que acontece com os alimentos distribuídos pelas prefeituras, os relatos dão conta de que as cestas da Funai costumam chegar para todos os moradores das aldeias. No entanto, os Avá Guarani afirmam que o órgão indigenista disponibiliza os víveres com frequência muito menor. Além disso, dizem, os atrasos são mais constantes.

“A cesta da Funai vinha a cada dois meses, mas às vezes demora até quatro meses”, continua ■■■■■, liderança do Tekoha Y’Hovy.<sup>46</sup> ■■■■■, liderança do Tekoha Karumbey, em Guaíra, oferece o mesmo relato: “Ano passado [em 2015], a cesta da Funai demorou quatro meses pra chegar.”<sup>47</sup>

Além das cestas básicas, o sustento de grande parte das famílias indígenas de Guaíra e Terra Roxa é viabilizado pelos programas de distribuição de renda do governo federal, principalmente pelo

42 Entrevista em 20 jan. 2016.

43 Entrevista em 28 out. 2015.

44 Entrevista em 25 out. 2015.

45 Entrevista em 18 jan. 2016.

46 Entrevista em 25 out. 2015.

47 Entrevista em 17 jan. 2016.

Bolsa Família, além de pensões e aposentadorias aos indígenas que têm direito a — e conseguem acessar — tais benefícios.

“Há quem receba Bolsa Família na aldeia, mas não todos. Quando recebe, é muito pouco”, conta ██████████, liderança do Tekoha Marangatu, em Guaíra,<sup>48</sup> revelando uma situação que se repete em todas as aldeias — e que, como veremos adiante, é motivo de hostilidades por parte de membros da sociedade local que insistem em relacionar o Bolsa Família à suposta indisposição dos beneficiários ao trabalho.

Alguns relatos dão conta de que comerciantes locais costumam reter o cartão do Bolsa Família de mulheres indígenas como condição para continuar lhes vendendo alimentos quando a conta supera o valor do benefício. “Quando não têm trabalho, são obrigadas a deixar o cartão lá para pagar as compras”, explica ██████████, liderança do Tekoha Y’Hovy.<sup>49</sup>

Outro problema apontado pelos indígenas com relação ao Bolsa Família é o corte repentino do benefício quando os filhos faltam da escola — o que, como veremos, é comum entre os Avá Guarani, não porque não queiram enviar as crianças para a aula, mas porque, com certa frequência, devido à condição das estradas, às chuvas e à resistência judicial de proprietários vizinhos às aldeias, o ônibus escolar simplesmente não aparece para transportar os alunos aos estabelecimentos de ensino.

“Cortaram minha Bolsa Família no ano passado”, conta ██████████, 40 anos, moradora do Tekoha Jevy, em Guaíra. “Eu fui na assistência e disseram que eu não estava colocando a criança na escola. Daí eu falei: ‘Como? É chuva, chuva, chuva e o ônibus não passa aqui. Por isso que a criança não foi na escola.’ Daí a professora colocou falta, falta, falta, aí cortou. Depois que eu expliquei, liberaram de novo.”<sup>50</sup>

Uma fonte de alimentação complementar dos Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa são os peixes dos rios, açudes e córregos que ficam nas cercanias das aldeias.

48 Entrevista em 20 jan. 2016.

49 Entrevista em 25 out. 2015.

50 Entrevista em 20 jan. 2016.

Com a exceção do Tekoha Porã e do Tekoha Karumbey, localizado às margens de um riacho poluído com esgoto, todos os *tekohas* estão mais ou menos próximos a fontes de água. Contudo, como veremos adiante, os indígenas enfrentam a violência de proprietários rurais quando tentam acessá-los.

“Não conseguimos pescar todos os dias, porque o fazendeiro está olhando pra ver se passa índio. Tem que entrar escondido”, explica ██████████, liderança do Tekoha Yvy Porã, em Terra Roxa. “Quando chove, a gente consegue pescar. Mas, durante o dia, é mais difícil, porque eles veem a gente entrar.”<sup>51</sup>

De acordo com relatos dos Avá Guarani das aldeias Marangatu, Karumbey e Araguaju, o Rio Paraná é uma opção menos arriscada para a pesca. “Mas não tem muito peixe não. Esse rio aí é só tamanho”, revela ██████████, liderança do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa. “Você pode colocar várias qualidades de isca que não morte. Então, para o índio se alimentar do peixe, está difícil.”<sup>52</sup>

51 Entrevista em 29 out. 2015.

52 Entrevista em 18 jan. 2016.

# 4

## Tentativas de remoção

O violento processo de esbulho territorial a que os Avá Guarani do Oeste do Paraná têm sido submetidos desde o início da colonização, como vimos, persiste por meio das diversas tentativas de remoção das aldeias instaladas sobre terras de ocupação tradicional.

Assim como o acesso à terra e ao território tradicional constitui o principal direito das populações indígenas, a maioria das violações a seus direitos se materializa nas tentativas de remoção de suas aldeias e na interdição de seu acesso a estradas, rios, matas e outras áreas necessárias para sua subsistência e para o exercício de seus costumes tradicionais.

A rigor, todas as violações narradas neste relatório podem ser entendidas como tentativas de remoção, uma vez que, quando não pretendem diretamente expulsá-los do território tradicional que ocupam ou pretendem ocupar, têm como objetivo dificultar sua permanência, com a finalidade última de retirá-los da área. No entanto, algumas violações detectadas pela pesquisa remetem imediatamente para a remoção dos Avá Guarani, seja por meio de agressões físicas, ameaças de violência, oferecimento de vantagens financeiras, propostas de deslocamento, ação de grupos armados ou decisões judiciais de reintegração de posse.

Tais tentativas de remoção, mais diretas, são relatadas a seguir.



RUY SPOSATI

## Propostas de deslocamento

*Só queriam que a gente assinasse os documentos pra depois tirar a gente daqui.*

— ██████████<sup>53</sup>

A liderança da aldeia Tekoha Y’Hovy, ██████████, afirma que foi procurado por funcionários da Prefeitura de Guaíra em reiteradas ocasiões para conversar sobre a possibilidade de deixarem a área que ocupam e reivindicam.

“Tinha um rapaz que trabalhava na Prefeitura em 2013. O prefeito criou um Gabinete de Gerenciamento de Crises, que tratava também da questão indígena. Era principalmente esse rapaz que passava de aldeia em aldeia, tentando negociar a retirada dos Guarani, fazendo propostas para realocá-los em outras áreas. Depois ele sumiu. Nunca mais vi ele na cidade.”<sup>54</sup>

53 Entrevista em 18 jan. 2016.

54 Entrevista em 25 out. 2015.

Além do assédio constante do poder público — e também de particulares, como veremos mais adiante — para que os Avá Guarani abandonem suas aldeias em Guaíra e Terra Roxa, a pesquisa detectou pelo menos três ações concretas de órgãos e representantes do Executivo municipal, estadual e federal, não apenas para que os indígenas deixassem as terras que ocupam na região, mas também para que desistissem das reivindicações de demarcação de seus territórios. As iniciativas em questão ocorreram em 2011, 2012 e 2013, e partiram da Funai, do governo do estado do Paraná e da Prefeitura de Guaíra.

RUY SPOSATI





RUY SPOSATI

## Remoção a Marrecas

Em 2011, representantes da Funai em São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, retiraram dezoito famílias Avá Guarani das terras que ocupavam na região de Guaíra e Terra Roxa. A remoção contou com o apoio do poder público municipal, que providenciou transporte para que os indígenas fossem conduzidos para a Terra Indígena de Marrecas, localizada entre os municípios de Turvo e Guarapuava, centro-sul do Paraná. Com a chegada das famílias guarani, a área, ocupada por indígenas da etnia Kaingang, passou a concentrar em uma mesma reserva grupos indígenas

com diferentes tradições e modos de ocupação da terra.<sup>55</sup>

De acordo com os Avá Guarani, a Funai prometeu que daria auxílio aos indígenas que aceitassem ser evacuados para Marrecas. No entanto, quando lá chegaram, afirmam, continuaram vivendo na “mesma precariedade”, agravada pelo fato de habitarem uma área comandada por outra etnia. Por isso, as famílias removidas a Marrecas acabaram retornando a Guaíra e Terra Roxa. Parte dos Avá Guarani, porém, não haviam concordado com a proposta da Funai — e permaneceram durante todo o tempo na região.

“Eu estava aqui quando vieram oferecer pra gente sair”, explica o indígena ██████████, 73 anos, morador da aldeia Tekoha Mirim, em Guaíra. “Era setembro de 2011, logo depois que a gente faz a retomada. Falaram que iam dar casa pra gente lá, comprar terra. Mas a gente não aceitou. A gente está na nossa terra. ‘Essa terra é do índio’, falamos assim pra ele.”<sup>56</sup>

## Ilha Grande

A segunda tentativa ocorreu em 18 de dezembro de 2012, quando um assessor especial do governo do Paraná, ██████████, viajou à região com a proposta de ceder aos Avá Guarani uma área dentro do Parque Nacional da Ilha Grande, caso eles aceitassem abandonar as retomadas em Guaíra e Terra Roxa.

Na época, o assessor também se reuniu com agricultores da região. Aos proprietários rurais, garantiu que o governo do Paraná estava acompanhando a questão indígena e buscando soluções. Pediu calma e afirmou que, antes de retirar os indígenas das áreas que estavam ocupando, era necessário encontrar um lugar onde fosse possível acomodá-los. E apresentou o Parque Nacional da Ilha Grande como “local apropriado”.<sup>57</sup>

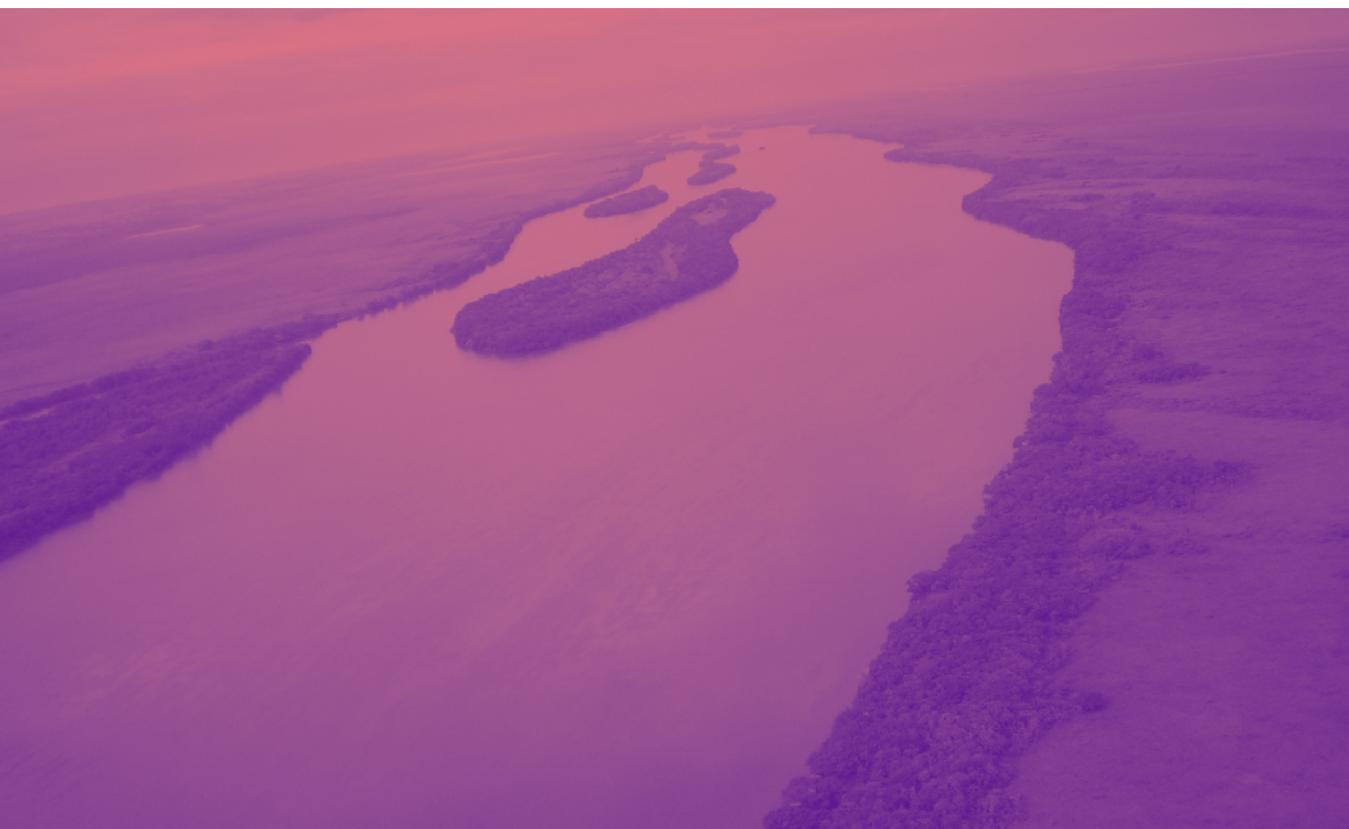
A proposta de remoção havia sido feita por ██████████ aos Avá

55 O Paraná abriga aldeias em que os Guarani convivem com os Kaingang. A prática de abrigar em pequenas reservas uma população elevada de diferentes povos indígenas era realizada com frequência no período de militarização do órgão indigenista, tanto na época do SPI quanto a Funai, em seus primórdios. Hoje em dia, a medida é amplamente criticada.

56 Entrevista em 17 mai. 2016.

57 “Assessor do governo se reúne com agricultores de Guaíra”. *O Presente*, 19 dez. 2012. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/geral/2012/12/assessor-do-governo-se-reune-com-agricultores-de-guaira/1056799/>>.

Guarani alguns meses antes. Em 25 de abril de 2012, três lideranças — ██████████, da aldeia Tekoha Mirim; ██████████, da aldeia Tekoha Karumbey; e ██████████, da aldeia Tekoha Porã — foram levadas junto com um representante da Funai em um voo debaixo de chuva a bordo de um helicóptero da Polícia Militar do Paraná sobre a Ilha Grande. O objetivo era “fazer um reconhecimento” da área onde o governo do estado pretendia instalá-los.



ARQUIVO PESSOAL

Os índios não aceitaram a proposta. ██████████ explica que o helicóptero não pousou na Ilha Grande e que, por isso, nunca tiveram condições objetivas de avaliar o terreno. Além disso, afirma que a Ilha Grande não conta com infraestrutura e que os Avá Guarani ficariam totalmente isolados e desassistidos caso aceitassem a proposta do governo estadual. ██████████ também argumenta que a Ilha Grande é



ARQUIVO PESSOAL

reconhecidamente suscetível às cheias do Rio Paraná, o que provoca inundações constantes.<sup>58</sup>

A versão de ██████████ é parecida: “O ██████████ disse pra gente que ia construir uma ponte para os índios morarem na ilha. E que, antes de construir a ponte, ia dar uns barcos pra gente fazer a travessia.” A liderança do Tekoha Karumbey conta, porém, que jamais cogitou a possibilidade de aceitar a proposta. “Conheço a Ilha Grande desde 1975, quando ia pra lá com meu pai. Eu sei que, quando chove, alaga tudo por lá.” De acordo com ██████████, o funcionário do governo paranaense havia prometido que, caso os índios aceitassem se mudar para a Ilha Grande, daria toda a assistência de que precisassem. “Mas quem ficasse aqui, ele disse, não teria mais nenhum atendimento. Daí os índios ficaram bravos, né.”<sup>59</sup>

O representante da Funai também comenta o episódio. “O governo do estado acreditava que, para convencer os indígenas a irem pra lá, bastava começar a oferecer atendimento lá e deixar de oferecer atendimento aqui. De acordo com esse raciocínio, os indígenas passariam a receber os direitos fundamentais apenas na Ilha Grande e, conseqüentemente, deixariam Guaíra e Terra Roxa”, explica. “Ainda hoje continuam pensando desse jeito: se o Oeste do Paraná dificultar a vida dos índios, eles vão embora.”<sup>60</sup>

58 Entrevista em 5 out. 2016.

59 Entrevista em 11 nov. 2016.

60 Entrevista em 25 mai. 2016.

## Cohab indígena

A terceira tentativa de remoção advinda do poder público coube à Prefeitura de Guaíra. Nos meses finais de 2013, o então prefeito Fabian Vendruscolo acenou aos Avá Guarani com a construção de um “conjunto habitacional indígena” no entorno de um complexo prisional que seria instalado na cidade pelo governo do Paraná. “Seriam 88 famílias que poderiam estar residindo num projeto de casas indígenas no perímetro urbano.”<sup>61</sup>

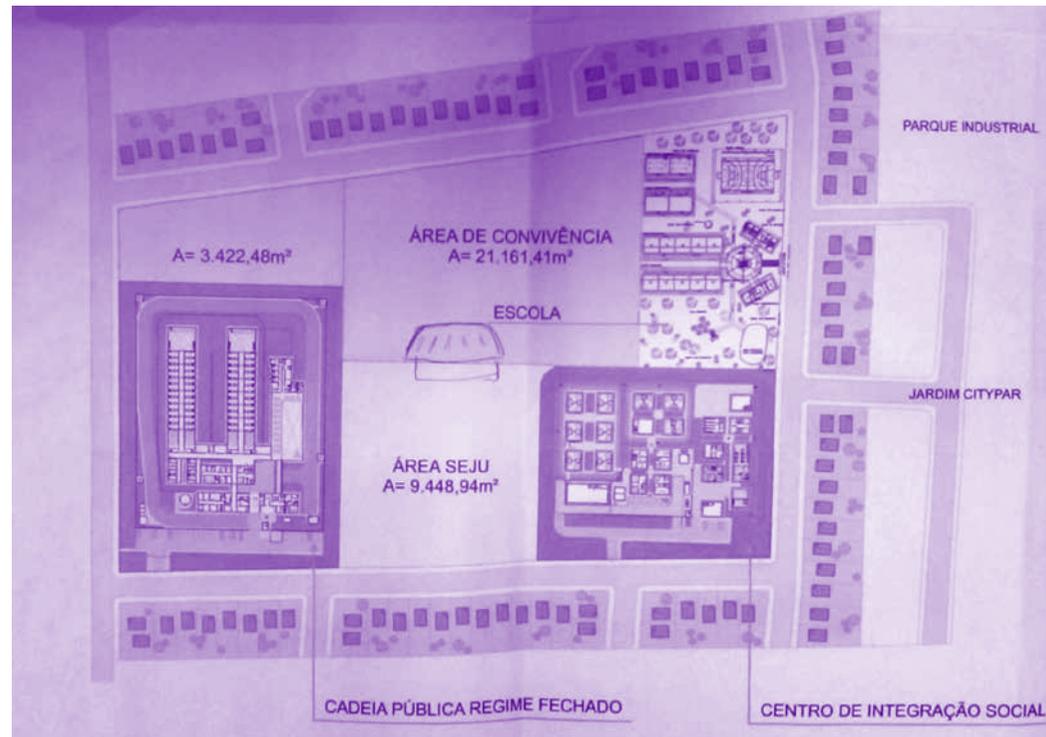
A proposta, porém, não foi aceita pelos Avá Guarani.

O governador Beto Richa assinou em 9 de janeiro de 2013 um contrato com o governo federal para o repasse das verbas necessárias à construção de uma série de unidades prisionais no Paraná, incluindo Guaíra.<sup>62</sup>

61 Entrevista em abr. 2014.

62 “Segurança – Governo do Paraná irá construir Unidade Prisional em Guaíra”. *Portal Guaíra*, 9 jan. 2013. Disponível em <<http://www.portal-guaira.com/seguranca-governo-parana-ira-construir-unidade-prisonal-em-guaira/>>.

IMPLANTAÇÃO DE 88  
UNIDADES HABITACIONAIS  
(MBP 46)  
[MEMO Nº 04 /CTL  
GUAÍRA-PR/2014]



Um ano depois, em 23 de janeiro de 2014, Beto Richa assinou contrato com as construtoras responsáveis pela obra.<sup>63</sup> A população guairense, porém, apresentou resistência à iniciativa e, com o apoio de organizações da sociedade local, deu início a uma campanha batizada como “Reage Guaíra”, que pressionou as autoridades e realizou manifestações contra a instalação das penitenciárias na cidade.<sup>64</sup>

O prefeito de Guaíra se sensibilizou com a reivindicação popular. Mesmo tendo oferecido a construção de um conjunto residencial aos Avá Guarani no entorno dos futuros presídios, no final de 2013, Fabian Vendruscolo protocolaria junto à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, em 13 de fevereiro de 2014, um pedido para que a cadeia pública e o centro social semiaberto não fossem instalados na cidade. Além do prefeito, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Guaíra (Aciag), o Rotary Clube de Guaíra e a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip) também assinaram a petição.<sup>65</sup>

“Isso [o conjunto habitacional indígena] foi uma iniciativa da Secretaria de Justiça da Prefeitura, porque estava saindo o presídio e o semiaberto para Guaíra e haveria um terreno desocupado no entorno,

63 “Guaíra – Sociedade se reúne contra a construção de presídio no município”. *Portal Guaíra*, 11 fev. 2014. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-sociedade-se-reune-contra-construcao-de-presidio-municipio/>>.

64 “‘Reage Guaíra’ – Guairenses vão às ruas protestar contra construção de semiaberto”. *Portal Guaíra*, 14 fev. 2014. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/reage-guaira-guairenses-vao-ruas-protestar-contra-construcao-de-semiaberto/>>.

65 “Guaíra – Prefeito protocola pedido de não-instalação de ‘semiaberto’”. *Portal Guaíra*, 13 fev. 2014. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-prefeito-protocola-pedido-de-nao-instalacao-de-semiaberto/>>.

onde se propôs construir residências populares que poderiam ser destinadas à população indígena”, lembra um representante da Funai. “O prefeito pensou que assim resolveria o problema de diversos grupos pequenos, mas a gente sabe que não funciona assim.”<sup>66</sup>

A afirmação do representante da Funai tem como base um documento da Coordenação Técnica Local da Funai em Guaíra elaborado após reunião entre dezesseis representantes dos Avá Guarani, em 16 de janeiro de 2014, para avaliar conjuntamente a proposta do poder público municipal. Na ata do encontro consta que as “lideranças indígenas (...) reforçam estar em desacordo com o projeto” e que um dos caciques presentes “sugere a elaboração de um documento, assinado por todas as lideranças, manifestando-se contrariamente à proposta”. A ata atesta ainda que os indígenas “querem a construção das escolas e das casas nas áreas das aldeias atuais”. Além disso, os “indígenas dizem que preferem permanecer na situação em que estão agora” e que “não querem discutir sobre o projeto apresentado.”<sup>67</sup>

O Procedimento Administrativo nº 1.25.000.000016/2014-00, instaurado pelo Ministério Público Federal, documenta a negociação entre Prefeitura, Funai e lideranças avá guarani sobre a proposta de remoção de algumas aldeias para o conjunto habitacional que seria construído em volta do futuro presídio.

## Plataforma logística

A liderança da aldeia Takoha Jevy, ■■■■■, relata que sofre assédio constante da Prefeitura de Guaíra. Mesmo sem uma proposta concreta, como em outros casos, representantes do poder público municipal interpelam o cacique para que desocupe a área retomada pelos Avá Guarani em 9 de junho de 2010, e onde atualmente vivem 65 famílias.

“Sempre quem vem mais aqui é a Prefeitura de Guaíra. Diz que esse pedaço aqui é do município, e fala sempre que não pode ocupar. Muitos funcionários da Prefeitura já falaram pra gente sair. Não é só uma pessoa que vem. Cada vez é uma. Com o prefeito, falei só uma vez esse ano. A mesma coisa ele falou: ‘Essa terra não é de vocês, é terra invadida.’ Ele me chamou na Prefeitura, me falou que tinha um

66 Entrevista em 25 mai. 2016.

67 Funai. MEMO Nº 04 /CTL GUAÍRA-PR/2014. 17 jan. 2014.

projeto aqui. Não sei se era estrada ou ferrovia. ‘Por isso, não tem como o índio ficar aqui’, falou assim. ‘O índio não pode ficar porque vai sair um porto aqui.’”<sup>68</sup>

O prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, admite ter mantido conversas com lideranças da aldeia Tekoha Jevy no sentido de convencê-lo a deixar a terra. “Nós temos dialogado com ■■■■■, falando com ele: ‘Olha, vai chegar um determinado momento que você vai ter que sair daí, porque você não pode atrapalhar um projeto de interesse estratégico de um município.’ Nós estamos aguardando há trinta anos Guaíra achar um novo caminho para o desenvolvimento e agora o projeto está com este problema.”<sup>69</sup>

O projeto a que se refere o prefeito é conhecido como Plataforma Logística de Guaíra, uma obra multimodal reunindo porto, aeroporto, rodovia e ferrovia, destinado a escoar a produção agropecuária do Oeste do Paraná e da região — e que pode se transformar, em um

68 Entrevista em 19 jan. 2016.

69 Entrevista em abr. 2014.

RUY SPOSATI

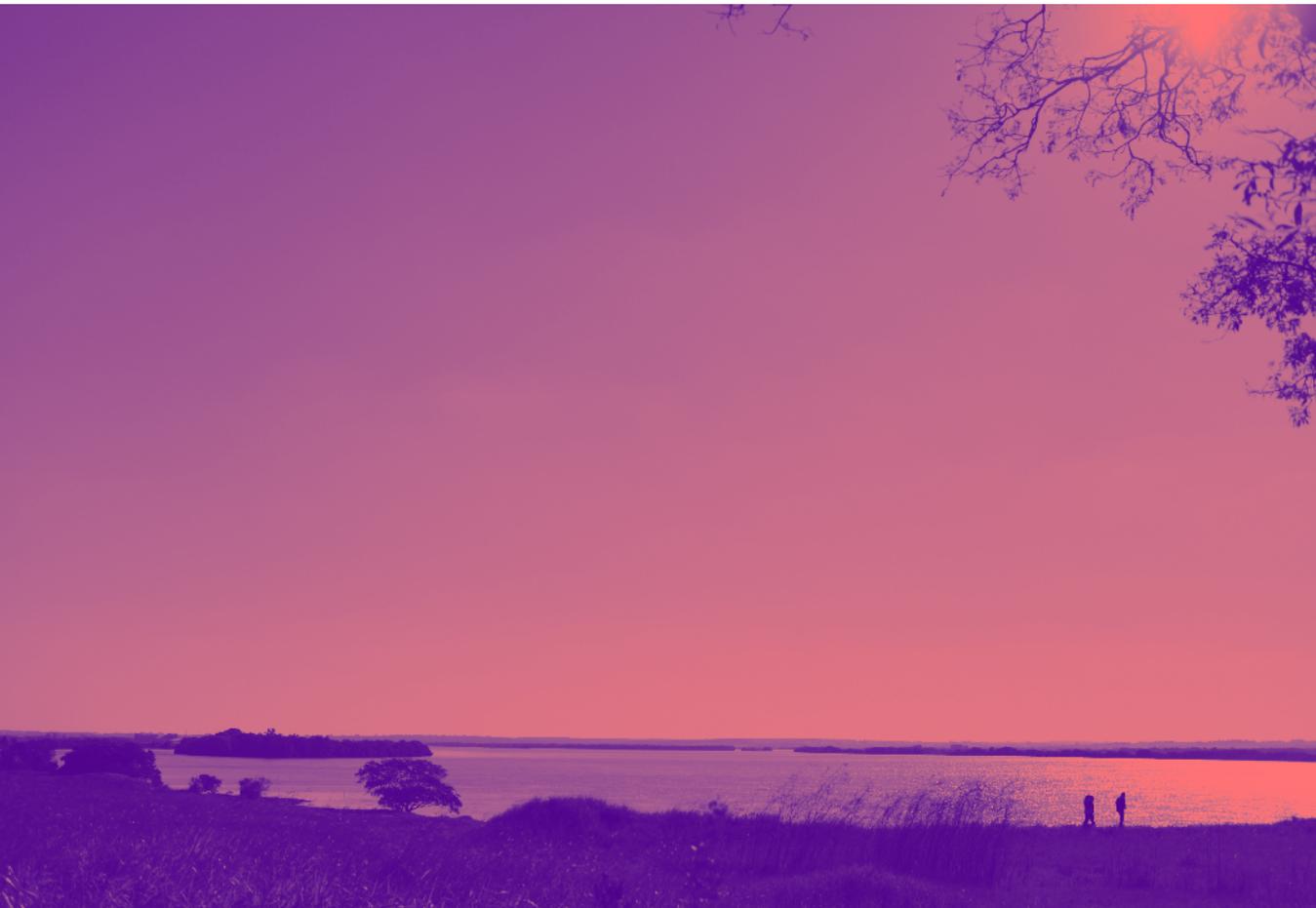


futuro próximo, em uma nova tentativa de remoção das populações Avá Guarani de Guaíra.

Um vídeo promocional disponível na internet explica que o projeto da Plataforma Logística de Guaíra está inserido em uma série de iniciativas do governo paranaense para otimizar o transporte das mercadorias produzidas pelo estado com destino à exportação. “Graças à posição estratégica que ocupa em relação à bacia do Prata, [Guaíra] pode, juntamente com Foz do Iguaçu, articular o estado com aproximadamente sete mil quilômetros de hidrovias nacionais e internacionais. Além disso, a cidade se encontra próxima às áreas de intensa atividade agropecuária. Guaíra une a área mais produtiva do Brasil aos países do Mercosul.”<sup>70</sup>

70 Plataforma Logística de Guaíra. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SKtJEDuBcBO>>.

RUY SPOSATI



De acordo com o prefeito Fabian Vendruscolo, o projeto foi iniciado em 2007. “Em 2008, nós fizemos a revisão do nosso Plano Diretor, aí o município criou quatro zonas portuárias e delimitamos que aquela área [onde atualmente se localiza a aldeia Tekoha Jevy] que fica na rodovia BR-272 até a divisa com o município de Terra Roxa, entre o bairro da Vila Eletrosul, onde está o nosso aeroporto, até o município de Terra Roxa, seria área de expansão portuária para a instalação da Plataforma Logística de Guaíra.”<sup>71</sup>

Fabian Vendruscolo afirma que uma série de procedimentos tem sido realizada nessa faixa de terra com vistas a transformá-la em um entreposto hidroviário do Rio Paraná. “Confirmou-se que o canal de navegação ideal para um porto em Guaíra seria lá. Daí nós procuramos o dono da companhia Matte Larangeira, o senhor Luis Mendes Prates, e ele doou para o município uma área para ser o local do atracadouro desse porto. Tudo isso em 2007 e 2008. Tem a escritura pública de doação”, explica o prefeito. “Até este momento não tinha um indígena lá. Até porque, se tivesse, não teria como ter doado [o terreno] e planejado. Aí eu saí do mandato e, em 2009, começou a nova ocupação do que hoje se chama a aldeia do [redacted]. Em 2010 ele adentrou esse local.”<sup>72</sup>

[com/watch?v=SKtJEDuBcBO](https://www.youtube.com/watch?v=SKtJEDuBcBO)>.

71 Entrevista em abr. 2014.

72 Entrevista em abr. 2014.

## Vantagens financeiras

*Penso na minha família, na minha sogra e no meu sogro, nos parentes da minha esposa. Eles estão cansados. Não vamos deixar nenhum pra trás. Não vou abandonar, vou lutar pela frente.*

Não foram apenas representantes do poder público que se aproximaram dos Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa com propostas para que deixassem as terras que ocupam e reivindicam. Em ao menos quatro oportunidades, proprietários ofereceram casas e terrenos para que os indígenas desocupassem as aldeias e desistissem de exigir a demarcação de suas terras tradicionais na região. Alguns Avá Guarani — sobretudo as lideranças — ainda relatam haver recebido propostas financeiras com o objetivo de convencê-las a trair e abandonar seu povo, ou a influenciar os demais índios a deixarem o território. Em troca, receberiam vantagens pessoais, como dinheiro e imóveis.

██████████, liderança da aldeia Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, foi abordado em duas ocasiões por proprietários vizinhos com ofertas para que deixasse a área. Em 2009, recebeu a visita de um fazendeiro da região. “Ele dizia que ia comprar terreno dentro da cidade para todas as famílias que estavam na Araguaju, e que ia construir casas de alvenaria e mobiliar tudo. Na época, éramos trinta famílias. Eu não acreditei e decidi ficar.”<sup>73</sup>

Em 2014, ██████████ recebeu outra proposta. “O presidente da associação dos pescadores veio conversar comigo. Disse que ia me fazer uma proposta irrecusável, de pai pra filho. Eu ouvi. Contou que a associação tinha um barracão. Dos dois alqueires que tinha lá, ele queria só um. No outro, ele prometeu construir uma casa de alvenaria pra mim. Também prometeu me dar um salário todo mês enquanto ele fosse presidente da associação. ‘Em troca’, ele disse, ‘você precisa assinar um documento pra mim.’ Não aceitei. Falei pra ele que não penso só em mim e que ele estava querendo me comprar. Então ele me disse: ‘Você é um tolo, palhaço, não sabe nem ganhar dinheiro.’ Deu um chute na roda do carro, entrou e foi embora.”<sup>74</sup>

██████████ também recebeu duas propostas financeiras para retirar

73 Entrevista em 18 jan. 2016.

74 Entrevista em 18 jan. 2016.

seu povo da aldeia Tekoha Tatury, em Guaíra.

A primeira veio de um proprietário vizinho. “Ele falou se nós não queria trocar, fazer um rolo: ele compraria sete alqueires pra nós, com casa e energia, e a gente mudaria pra lá, porque ele queria trabalhar de novo aqui nessa terra. Ele queria levar a gente pra cidade, mas você sabe que indígena não é da cidade. A gente é nativo, tem que ficar onde está a reserva”, conta. “Aqui tem cemitério. Se os ossos dos nossos parentes estivessem em cima, ficaria fácil pra trocar. Era só pegar e levar pra outro canto. Mas fica no chão, como é que vamos trocar? Se a gente sair, eles ficam aqui ainda. Então, temos que ficar.”<sup>75</sup>

A segunda, ocorrida em 2014, partiu de um fazendeiro da região. “Ele veio aqui oferecer dinheiro pra gente sair tudo daqui. Veio até aqui mesmo. Ficou aqui com carro, me chamou e ofereceu dinheiro pra gente sair tudo daqui. Falou assim: ‘██████████, vim conversar com você aqui, tenho dinheiro pra dar pra vocês saírem.’ Mas a gente não quis pegar o dinheiro. Ele não falou o valor. Não fez ameaça. Só ofereceu dinheiro. Eu disse que a gente é indígena e não podia sair, que a gente prefere morrer tudo aqui porque aqui é terra indígena. Depois que a gente falou que não queria o dinheiro, ele pegou o carro e foi embora.”<sup>76</sup>

## Grupos armados

*Onde tiver invasão, se reúnem todos os fazendeiros com arma e, se a Funai não tirar, eles tiram. Foi o tratado que eles fizeram.*

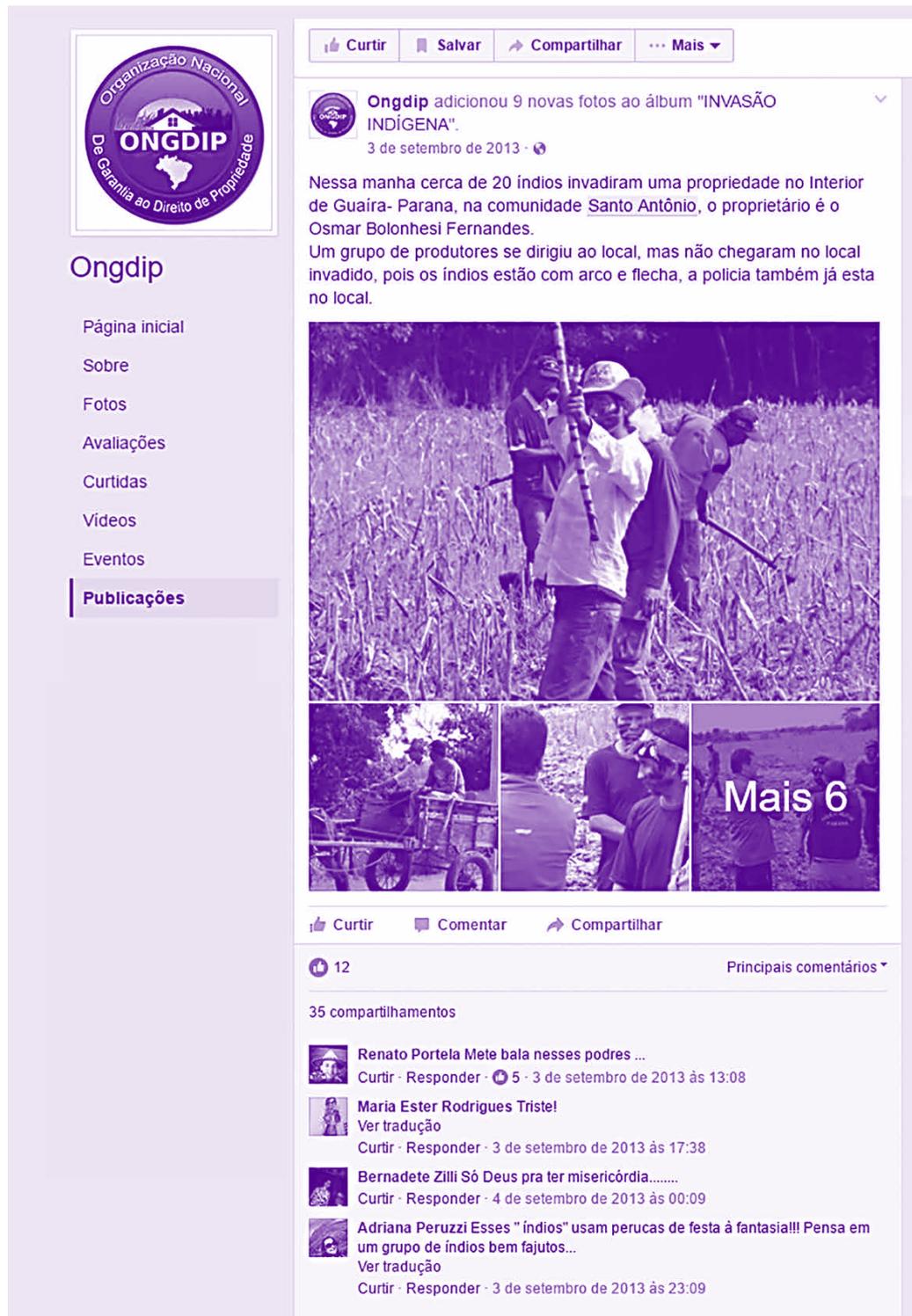
— ██████████<sup>77</sup>

Em março de 2013, os proprietários rurais de Guaíra e Terra Roxa fundaram a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), com sede na Rua Francisco Murtinho, 866, em Guaíra. Como veremos mais adiante, os canais de comunicação da Ongdip têm sido utilizados na condução de uma campanha permanente contra a atuação da Funai e contra os direitos dos povos indígenas no Oeste do Paraná e em outras partes do estado e do país.

75 Entrevista em 21 jan. 2016.

76 Entrevista em 21 jan. 2016.

77 Entrevista em 20 mai. 2016.



**Organização Nacional ONGDIP**  
De Garantia ao Direito de Propriedade

Ongdip

Página inicial  
Sobre  
Fotos  
Avaliações  
Curtidas  
Vídeos  
Eventos  
**Publicações**

Curtir Salvar Compartilhar Mais

Ongdip adicionou 9 novas fotos ao álbum "INVASÃO INDÍGENA".  
3 de setembro de 2013 ·

Nessa manhã cerca de 20 índios invadiram uma propriedade no Interior de Guairá-Paraná, na comunidade Santo Antônio, o proprietário é o Osmar Bolonhesi Fernandes.  
Um grupo de produtores se dirigiu ao local, mas não chegaram no local invadido, pois os índios estão com arco e flecha, a polícia também já está no local.

Mais 6

Curtir Comentar Compartilhar

12 Principais comentários

35 compartilhamentos

Renato Portela Mete bala nesses podres ...  
Curtir · Responder · 5 · 3 de setembro de 2013 às 13:08

Maria Ester Rodrigues Triste!  
Ver tradução  
Curtir · Responder · 3 de setembro de 2013 às 17:38

Bernadete Zilli Só Deus pra ter misericórdia.....  
Curtir · Responder · 4 de setembro de 2013 às 00:09

Adriana Peruzzi Esses "índios" usam perucas de festa à fantasia!!! Pensa em um grupo de índios bem fajutos...  
Ver tradução  
Curtir · Responder · 3 de setembro de 2013 às 23:09

A Ongdip, no entanto, também utiliza seus perfis nas redes sociais para mobilizar, incitar e auxiliar grupos armados a agir contra as retomadas indígenas em Guairá e Terra Roxa. Para tanto, divulga imediatamente novas ocorrências do que denominam “invasões indígenas”; instam os agricultores da região a se dirigirem até o local para repeli-las com as próprias mãos; e comemoram as vitórias obtidas pela união dos proprietários.

Esse padrão de atuação pode ser observado pelas postagens da Ongdip nas redes sociais antes, durante e depois da movimentação de agricultores que reverteu à força ao menos três retomadas empreendidas pelos Avá Guarani em Guairá e Terra Roxa em 2013, 2014 e 2016.

### “A força que o povo tem”

Em 3 de setembro de 2013, quando os indígenas realizaram uma ocupação no distrito de Santo Antônio, em Guairá, a página da Ongdip no Facebook divulgou a notícia,<sup>78</sup> que foi compartilhada pelos seus seguidores.

No mesmo dia, publicaram a seguinte mensagem: “Nessa manhã cerca de 20 índios invadiram uma propriedade no Interior de Guairá-Paraná, na comunidade Santo Antônio, o proprietário é o Osmar Bolonhesi Fernandes. Um grupo de produtores se dirigiu ao local, mas não chegaram no local invadido, pois os índios estão com arco e flecha, a polícia também já está no local.”

A postagem também foi compartilhada pelos seguidores da página, e recebeu os seguintes comentários: “Mete bala nesses podres...” e “Esses ‘índios’ usam perucas de festa à fantasia!!! Pensa em um grupo de índios bem fajutos...”, entre outros.

Um dia depois, em 4 de setembro de 2013, a página da Ongdip publicou uma nota de agradecimento: “Queremos através dessa nota agradecer a todos que estiveram envolvidos na mobilização de ontem na comunidade Santo Antonio, nossa gratidão é para cada agricultor, produtora... a TODOS que estiveram presentes, juntos mostraram a força que o povo tem, precisamos continuar assim, sempre mostrando a verdade, mas com tranquilidade e unidos! A vocês o nosso MUITO OBRIGADO!”

78 “Guairá – Índios ocupam propriedade agrícola”. *Portal Guairá*, 3 set. 2013. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/urgente-guaira-indios-invadem-propriedade-agricola/>>.



### “Exemplo para o país”

Em 18 de agosto de 2014, quando os agricultores descobriram uma retomada indígena instalada há sete dias em uma propriedade do município de Terra Roxa, a página da Ongdip no Facebook deu o alerta: “ATENÇÃO: Nova invasão na Fazenda São Paulo, de propriedade do Sr. Rosalino Weber, no município de Terra Roxa. Cerca de 150 pessoas, entre produtores rurais, comerciantes e moradores de Guaíra e região compareceram ao local, demonstrando união. Compartilhe, afim de que todos fiquem informados sobre a nossa realidade.”

A mensagem foi compartilhada, e teve os seguintes comentários: “Este é o País do PT! Nós trabalhadores não temos valor... Bandidos ,traficantes,ladrões do País estes são valorizados pelo PT” e “Uma vergonhaaaaa..... Onde isso vai parar? Esse povo está de brincadeira....”



Em 20 de agosto de 2014, dois dias depois de os agricultores terem conseguido repelir a retomada, a página da Ongdip replicou um texto do blog *Questão Indígena*<sup>79</sup> — atualmente fora do ar — que parabeniza a organização dos proprietários paranaenses:

“A ação no Paraná é um exemplo de como devem agir os produtores rurais. Unidos, forte e sem violência o grupo que se solidarizou com o Sr. Rosalino Weber forçou a ação do Estado, através da Polícia Federal, a evitar mais uma invasão de propriedade. Se os índios

<sup>79</sup> De conteúdo extremamente preconceituoso e anti-indígena, o blog *Questão Indígena* foi criado pela conhecida figura de Edward Luz, antropólogo expulso da Associação Brasileira de Antropologia, cujo histórico é marcado pela sua atuação de evangelista pelo New Tribes Mission Brasil, para “salvar os tribais não alcançados pela Bíblia”.

f Ongdip



Ongdip

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Avaliações
- Curtidas
- Vídeos
- Eventos
- Publicações**


**Ongdip**  
 20 de agosto de 2014 · 🌐

**Índios guarani ameaçam jornalista no oeste do Paraná**

A equipe de reportagem do portal O Paraná da qual fazia parte a jornalista Crislaine Güetter recebeu ameaças ao tentar ouvir um grupo de índios guarani na tarde de ontem (18). O índios haviam invadido a fazenda São Paulo, no município de Terra Roxa, pertencente ao produtor Rosalino Weber, de 82 anos na madrugada de segunda-feira.

Mais 300 produtores rurais se uniram em solidariedade ao Sr. Weber, um pioneiro da região oeste o Paraná, e pressionaram a saída dos índios. A situação ficou tensa durante toda a tarde de ontem e só se acalmou com a chegada de um grupo de policiais federais que passou a intermediar as negociações entre produtores e índios.

O delegado federal Marco Smith, informou que a ação dos índios representou a quebra de um acordo firmado entre a Funai, o Ministério Público e os próprios indígenas, em que não haveria novas invasões enquanto os estudos da Funai (Fundação Nacional do Índio) sobre a demarcação não fossem concluídos.

Sob pressão constante dos produtores rurais os índios deixaram a propriedade invadida no início da noite de ontem e foram escoltados pela Polícia Federal até uma outra propriedade oferecida a eles em Terra Roxa. Uma espingarda foi encontrada em poder dos índios e apreendida pela PF. Nenhum funcionário da Funai foi encontrado para auxiliar na negociação com os indígenas.

Uma equipe de reportagem do portal O Paraná tentou falar com os índios que se recusaram comentar o caso e ameaçaram com paus e flechas o repórter fotográfico Alton Santos, autor desta foto que ilustra o post.

A ação no Paraná é um exemplo de como devem agir os produtores rurais. Unidos, forte e sem violência o grupo que se solidarizou com o Sr. Rosalino Weber forçou a ação do Estado, através da Polícia Federal, a evitar mais uma invasão de propriedade.

Se os índios tivessem logrado montar o acampamento, Seu Rosalino teria que contratar e pagar um advogado para tentar na justiça uma ordem de reintegração de posse e ainda assim sem garantia de cumprimento. Mesmo quanto os produtores rurais conseguem esses mandados, ou o Governo se recusa a cumprir o que manda a lei, o Supremo Tribunal Federal derruba a ordem.

Os produtores rurais no Brasil não têm como recorrer à Justiça. Então cabe evitar novas invasões no corpo a corpo.

O importante nesses casos é evitar a qualquer custo a violência.

Parabéns aos produtores do Paraná.  
 - See more at: <http://www.questaoindigena.org/.../indios-guarani-amaecam-jor...>


**Questão Indígena: Índios guarani ameaçam jornalista no oeste do Paraná**  
QUESTAOINDIGENA.ORG

 Curtir
  Comentar
  Compartilhar

 8

3 compartilhamentos

f Ongdip



Ongdip

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Avaliações
- Curtidas
- Vídeos
- Eventos
- Publicações**


**Ongdip**  
 8 de junho de 2016 · 🌐

**URGENTE INVASÃO SENTIDO FAXINHA ULTIMA RUA DA SANTA CLARA- INVASÃO NA PROPRIEDADE DO SR PEDRO XAVIER. Precisamos da colaboração de todos, as 14h nos reuniremos no asfalto logo no final da mata do quartel. PRECISAMOS NOS UNIR, mais uma vez!!!**



 Curtir
  Comentar
  Compartilhar

 29
 Comentários mais relevantes ▾

57 compartilhamentos 1 comentário

tivessem logrado montar o acampamento, Seu Rosalino teria que contratar e pagar um advogado para tentar na justiça uma ordem de reintegração de posse e ainda assim sem garantia de cumprimento. Mesmo quando os produtores rurais conseguem esses mandados, ou o Governo se recusa a cumprir o que manda a lei, o Supremo Tribunal Federal derruba a ordem. Os produtores rurais no Brasil não têm como recorrer à Justiça. Então cabe evitar novas invasões no corpo a corpo.”

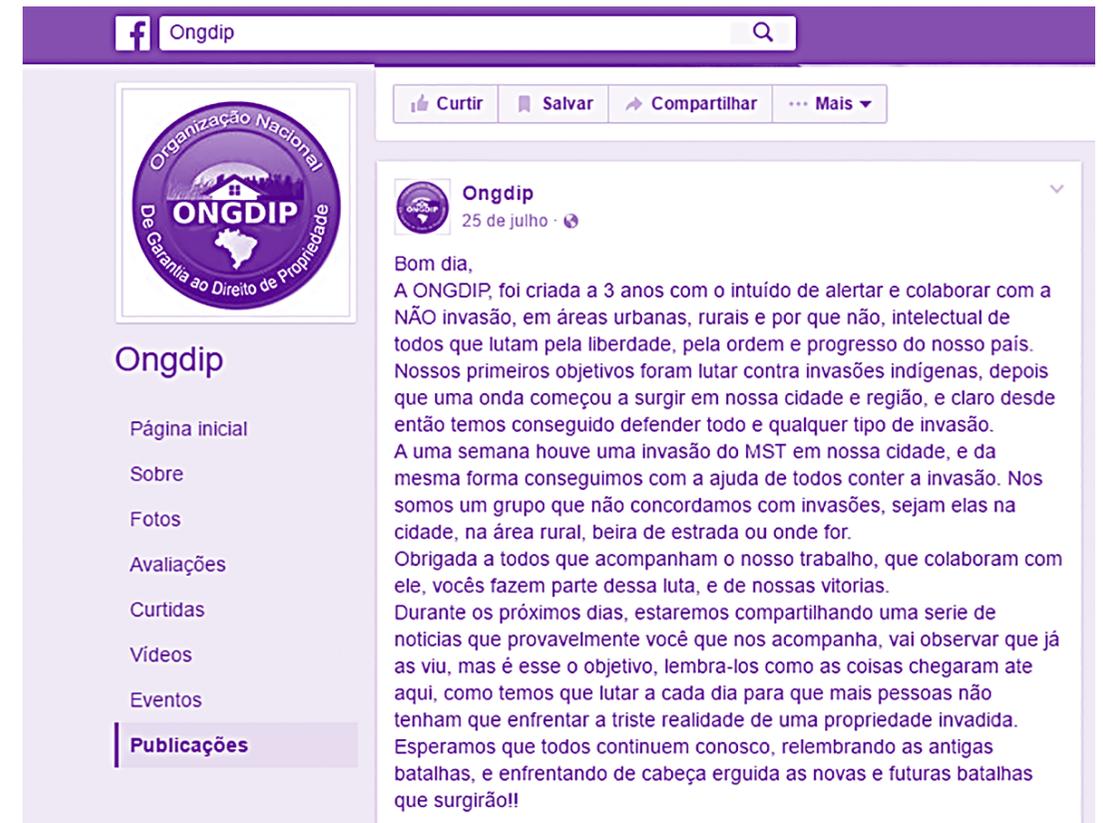


**Ongdip** adicionou 11 novas fotos.  
9 de junho · 🌐

Bom dia.  
Ontem já no período da noite foi desocupado o local, a situação ontem foi muito tensa e preocupante. Agradecemos os agricultores e parceiros que de forma pacífica e ordeira nos ajudaram a mobilizar as pessoas no dia de ontem.  
Se infelizmente tivermos qualquer nova invasão, vamos precisar de uma participação maior no local, para a pressão dos agricultores ser maior e assim ter mais força.  
Agradecemos a todos que pode estar no local ontem e reafirmamos que unidos o agricultor é forte.  
Ontem foi na propriedade do Sr Pedro Xavier mais amanhã pode ser outra área de nosso município ou da região.  
O nosso muito obrigado a todos!

### “Precisamos nos unir”

Em 8 de junho de 2016, mesmo dia em que os Avá Guarani foram retirados de um território que haviam retomado recentemente, a Ongdip publicou no Facebook: “URGENTE INVASÃO SENTIDO FAXINHA ULTIMA RUA DA SANTA CLARA- INVASÃO NA PROPRIEDADE DO SR PEDRO XAVIER. Precisamos da colaboração de todos, as 14h nos reuniremos no asfalto logo no final da mata do quartel. PRECISAMOS NOS UNIR, mais uma vez!!!”.



**Ongdip**  
25 de julho · 🌐

Bom dia,  
A ONGDIP, foi criada a 3 anos com o intuito de alertar e colaborar com a NÃO invasão, em áreas urbanas, rurais e por que não, intelectual de todos que lutam pela liberdade, pela ordem e progresso do nosso país. Nossos primeiros objetivos foram lutar contra invasões indígenas, depois que uma onda começou a surgir em nossa cidade e região, e claro desde então temos conseguido defender todo e qualquer tipo de invasão. A uma semana houve uma invasão do MST em nossa cidade, e da mesma forma conseguimos com a ajuda de todos conter a invasão. Nos somos um grupo que não concordamos com invasões, sejam elas na cidade, na área rural, beira de estrada ou onde for.  
Obrigada a todos que acompanham o nosso trabalho, que colaboram com ele, vocês fazem parte dessa luta, e de nossas vitórias.  
Durante os próximos dias, estaremos compartilhando uma serie de notícias que provavelmente você que nos acompanha, vai observar que já as viu, mas é esse o objetivo, lembra-los como as coisas chegaram ate aqui, como temos que lutar a cada dia para que mais pessoas não tenham que enfrentar a triste realidade de uma propriedade invadida. Esperamos que todos continuem conosco, relembrando as antigas batalhas, e enfrentando de cabeça erguida as novas e futuras batalhas que surgirão!!

A mensagem foi compartilhada pelos seguidores da página. No dia seguinte, em 9 de junho de 2016, a Ongdip prestou seus agradecimentos à união dos agricultores pelo sucesso de mais uma retomada indígena frustrada:

“Bom dia. Ontem já no período da noite foi desocupado o local, a situação ontem foi muito tensa e preocupante. Agradecemos os agricultores e parceiros que de forma pacífica e ordeira nos ajudaram a mobilizar as pessoas no dia de ontem. Se infelizmente tivermos qualquer nova invasão, vamos precisar de uma participação maior no local, para a pressão dos agricultores ser maior e assim ter mais força. Agradecemos a todos que pode estar no local ontem e reafirmamos que unidos o agricultor é forte. Ontem foi na propriedade do Sr Pedro Xavier mais amanhã pode ser outra área de nosso município ou da região. O nosso muito obrigado a todos!”

## “Vocação”

A Ongdip, portanto, tem colaborado com a organização dos agricultores de Guaíra e Terra Roxa em grupos armados contra o direito das populações indígenas à restituição de suas terras tradicionais. Outras publicações da entidade nas redes sociais reforçam essa conclusão.

Em 25 de julho de 2016, a Ongdip publicou texto em sua página no Facebook em que reconhece a vocação da entidade em organizar os produtores rurais de Guaíra e Terra Roxa contra as retomadas de terra: “A Ongdip, foi criada a 3 anos com o intuito de alertar e colaborar com a NÃO invasão, em áreas urbanas, rurais e por que não, intelectual de todos que lutam pela liberdade, pela ordem e progresso do nosso país. Nossos primeiros objetivos foram lutar contra invasões indígenas, depois que uma onda começou a surgir em nossa cidade e região, e claro desde então temos conseguido defender todo e qualquer tipo de invasão.”



A articulação dos proprietários também se expressa pela declaração de representantes dos agricultores de Guaíra e Terra Roxa à imprensa, confirmando o *modus operandi* dos grupos armados.

“O telefone funcionou, o pessoal começou a se ligar, até postaram na internet, e nós nos juntamos, os agricultores, porque não aceitamos mais nenhuma invasão no município de Guaíra, nem de Terra Roxa”, afirmou Rosalino Weber, presidente da Ongdip, a repórteres que cobriam a ação dos agricultores contra a retomada indígena realizada em 4 de setembro de 2013.<sup>80</sup>

O mesmo episódio provocou declarações semelhantes do

80 “Guaira: Polícia intervém e invasão de grupo indígena acaba sem confronto”. *Guia Midianeira*, 4 set. 2013. Disponível em <<http://www.guiamedianeira.com.br/noticia/6259/Guaira:+Policia+intervem+e++invasao+de+grupo+indigena+acaba+sem+confronto>>.

presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosset: “Os produtores não aceitam mais invasão de terra. Ou eles [os índios] saem, ou os produtores vão tirar.”<sup>81</sup>

A articulação dos agricultores em grupos armados contra as retomadas indígenas tem sido motivada há alguns anos por lideranças políticas ligadas aos interesses do agronegócio no Sul do país. Os deputados federais gaúchos Alceu Moreira e Luis Carlos Heinze, por exemplo, aparecem em um vídeo instando produtores rurais a repelirem autonomamente as retomadas.<sup>82</sup>

“Se nós não fizermos nada, se vocês ficarem de braços cruzados, o que vai acontecer?”, perguntou Luis Carlos Heinze a um grupo de agricultores do Rio Grande do Sul durante audiência pública em 29 de novembro de 2013. “No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a Brigada Militar [polícia] não lhes dá guarida lá, e eles têm que fazer a defesa das suas propriedades”, argumenta. “Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam



Fabian Vendruscolo media impasse entre indígenas e fazendeiros; agricultores impedem passagem de procuradores e policiais federais.

a defesa, como o Pará está fazendo, como o Mato Grosso do Sul está fazendo.” Na ocasião, o deputado ainda inferiu que quilombolas, índios, gays e lésbicas seriam “tudo o que não presta”.<sup>83</sup>

Durante a mesma audiência, Alceu Moreira apresenta proposta semelhante. “Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra. Mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na tua propriedade. Nenhum! Nenhum!”, exortou.

81 “Jornal Tarobá - Índios invadem terras em Guaíra”. *TV Tarobá Cascavel*, 4 set. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=A0uz7D-Aisl>>.

82 “Deputado diz que quilombolas, índios e homossexuais são 'tudo o que não presta'”. Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>>.

83 “Deputados da base aliada dizem que governo 'aninha gays, índios e tudo o que não presta'”. *Rede Brasil Atual*, 12 fev. 2014. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidada-ria/2014/02/deputados-da-base-aliada-dizem-que-governo-aninha-gays-indios-e-tudo-o-que-nao-presta-1827.html>>.

“Use todo tipo de rede. Todo mundo tem telefone, liguem um para o outro imediatamente, reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário.”<sup>84</sup>

Alguns meses depois que o vídeo com Alceu Moreira e Luis Carlos Heinze veio a público — o que acarretou uma representação do Ministério Público Federal contra os parlamentares por racismo e incitação ao crime<sup>85</sup> —, o prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, cuja família também é proprietária de terras no Oeste do Paraná, reconheceu que os proprietários locais estavam se organizando contra a presença dos índios.

“Os agricultores estão organizados num sistema de comunicação para que qualquer nova área que venha a ser ocupada seja imediatamente rechaçada. Todo proprietário tem direito de rechaçar a invasão de sua propriedade, não tem? Independentemente de ser indígena ou não indígena. Se identificar nova ocupação, o proprietário, com apoio de seus vizinhos, vai fazer o que for preciso para evitá-la. Como já ocorreu. Houve tentativa de nova ocupação, imediatamente os agricultores se posicionaram dentro da terra e os índios recuaram.”<sup>86</sup>

## Água de beber

Fabian Vendruscolo se refere à tentativa de retomada empreendida por cerca de vinte Avá Guarani da aldeia Tekoha Mirim em uma propriedade localizada no distrito de Santo Antônio, em Guaíra, em 3 de setembro de 2013.

“Não temos água tratada pra beber. Estamos tomando água do Rio Paraná, e todo mundo está sabendo essa água do rio não é bom, vem muita coisa sujo, a criança está passando mal, diarreia, está passando vômito”, disse uma liderança indígena a uma equipe de tv.<sup>87</sup>

84 “Deputados da base aliada dizem que governo 'aninha gays, índios e tudo o que não presta’”. *Rede Brasil Atual*, 12 fev. 2014. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/deputados-da-base-aliada-dizem-que-governo-aninha-gays-indios-e-tudo-o-que-nao-presta-1827.html>>.

85 “Deputados Heinze e Alceu Moreira sofrem representações por racismo e incitação ao crime”. *Repórter Brasil*, 25 fev. 2014. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2014/02/deputados-heinze-e-alceu-moreira-sofrem-representacoes-por-racismo-e-incitacao-ao-crime/>>.

86 Entrevista em abr. 2014.

87 “Guaira: Polícia intervém e invasão de grupo indígena acaba sem confronto”. *Guia Medianeira*, 4 set. 2013. Disponível em <<http://www.guiamedianeira.com.br/noticia/6259/Guaira:+Policia+intervem+e++invasao+de+grupo+indigena+acaba+sem+confronto>>.

De acordo com ██████████, cacique da aldeia Tekoha Mirim, dezessete famílias participaram daquela retomada. Entraram na área às oito horas da manhã, com idosos e crianças. Levaram sementes para plantar e construíram barracos, porque, afirmam, estavam “muito amontoados” no pedaço de terra que então ocupavam, sem espaço para plantio ou criação de animais; além da superlotação, diziam estar sofrendo com a fumigação de agrotóxicos nas plantações de milho e soja vizinhas à aldeia.<sup>88</sup>

Foi a primeira vez que os agricultores da região — com apoio da Ongdip, como vimos — se articularam em Guaíra e Terra Roxa para repelir a ação dos índios. Cerca de trezentos proprietários se mobilizaram. E alcançaram seus objetivos.

“Encheu essa estrada aqui de gente. Eles estavam com armas e falaram que iam matar todo mundo. Daí a gente chamou a polícia”, explica o indígena ██████████, 73 anos. “A gente morava no mato. Pegamos uma terra para fazer roça. Mas eles não querem deixar a gente entrar.”<sup>89</sup>

A Funai, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal mandaram representantes para dialogar com os Avá Guarani — e o procurador da República, Bruno Maron, foi impedido de deixar o local pelos agricultores, que o obrigaram a dar explicações. “Se vocês não descerem, vocês não vão embora”, disse um proprietário à comitiva do Ministério Público Federal, que já estava dentro da caminhonete.

O prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, também se dirigiu ao local.

Como resultado, os indígenas desistiram da retomada e retornaram para a Tekoha Mirim com as promessas de que o poder público aumentaria a distribuição de cestas básicas e ampliaria a área da aldeia. De acordo com a liderança ██████████, mais de três anos depois, nenhuma delas foi cumprida.<sup>90</sup>

## Tatarendy

Em 18 de agosto de 2014, um grupo de aproximadamente trinta famílias indígenas foi retirado de uma área que denominam Tatarendy, localizada dentro dos limites municipais de Terra Roxa. A ocupação ocorreu

88 Entrevista em 5 out. 2016.

89 Entrevista em 3 set. 2016.

90 Entrevista em 5 out. 2016.



Pertences dos Avá Guarani do Tatarendy são colocados em caminhão.



Agricultores se reúnem para repelir retomada do Tatarendy.

pacificamente, sem nenhum conflito. Rosalino Weber, que alega ser o proprietário da terra, percebeu a presença dos Avá Guarani no Tatarendy apenas sete dias depois da retomada. Só então ativou o grupo armado.

“Eles foram até lá e começaram a ameaçar. Estavam com armas, pedaços de pau e facão”, explica o indígena ██████████. “Levaram tudo que a gente tinha: enxada, panela, barraco, ferramenta, pá, foice, lima. Colocaram tudo em um caminhão e levaram embora. Até nossos documentos eles pegaram.”<sup>91</sup>

██████████ lembra que cerca de duzentos agricultores se dirigiram ao Tatarendy para retirar os Avá Guarani do local. Notícias veiculadas pela imprensa falam que trezentos homens se mobilizaram para repelir a ocupação.<sup>92</sup>

“Eles chegaram em muitos carros, ameaçando. E falaram: ‘Se vocês ficarem aqui, vamos matar todo

91 Entrevista em 28 out. 2015.

92 “Guairá – Índios invadem fazenda na Vila Guarani”. *Portal Guairá*, 18 ago. 2014. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/urgente-guaira-indios-invadem-fazenda-na-vila-guarani/>>. Um vídeo publicado no Youtube 19 ago. 2014, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XSvox91AtNA>>, também mostra cenas da ação dos agricultores para repelir a ocupação do Tatarendy.

mundo’. Chamaram a gente de ‘urubu’, ‘fome zero’, ‘vagabundo’, ‘paraguaio’, ‘ladrão’.”<sup>93</sup> Pouco depois, começaram a chegar representantes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. O então vice-prefeito de Terra Roxa, Altair de Pádua, também esteve presente.

De acordo com ██████████, a autoridade municipal prometeu que forneceria energia elétrica e saneamento básico, construiria uma escola e entregaria cestas básicas a cada quinze dias para as cerca de trinta famílias que ocupavam o Tatarendy caso elas desistissem da retomada e voltassem para a aldeia Tekoha Yvyraty Porã, onde estavam estabelecidas de maneira precária.

“Prometeram tudo isso pra gente sair de lá. Eu vi essa palavra que estavam falando, tive confiança, e saímos”,<sup>94</sup> explica ██████████, lembrando que o prazo estabelecido pelo vice-prefeito de Terra Roxa para cumprir o acordo era de um mês. Mais de dois anos depois, a aldeia Tekoha Yvyraty Porã continua sem nenhum dos serviços públicos prometidos por Altair de Pádua — e o grupo liderado por ██████████, sem receber cestas

93 Entrevista em 28 out. 2015.

94 Entrevista em 28 out. 2015.

básicas.<sup>95</sup> “As autoridades estão do lado dos proprietários. Prometeram um monte de coisa pra gente sair e até agora não deram nada. Isso quer dizer que ajudaram os fazendeiros”.<sup>96</sup>

Aos 97 anos, ■■■■■ trabalha diariamente em seu roçado de mandioca, uma das únicas alternativas alimentares de que dispõe. E explica por que deseja ocupar a terra de que foi expulso. “Tatarendy quer dizer ‘brilho do fogo’. É um lugar antigo, que tem esse nome por causa de um *xamoi* [ancião] que morava lá, e que se chamava assim: Tatarendy. Alguns familiares meus estão enterrados lá”.<sup>97</sup>

Vice-prefeito de Terra Roxa  
auxilia agricultores contra  
indígenas do Tatarendy.



95 Entrevista em 14 nov. 2016.

96 Entrevista em 28 out. 2015.

97 Entrevista em 28 out. 2015.

## Incêndio

Em 8 de junho de 2016, agricultores incendiaram uma retomada de terra realizada por cerca de vinte Avá Guarani nas imediações da aldeia Tekoha Mirim, em Guaíra. Os indígenas haviam entrado na área quatro dias antes, em 4 de junho de 2016.

“Queremos espaço pra fazer a casa de reza e para as crianças poderem conhecer a cultura”, explica ■■■■■, chefe de uma das cinco famílias que conduziram a retomada. “E também por causa da mata. A gente procura um lugar melhor, onde possa cultivar a cultura e passar a cultura para as crianças, para as crianças não perderem o conhecimento dos Guarani.”<sup>98</sup>

■■■■■ explica que a ocupação da terra reivindicada pela comunidade indígena transcorreu de maneira “tranquila” — até a chegada dos agricultores.

ÍLSON SOARES



98 Entrevista em 30 jun. 2016.

“Entramos no sábado à noite. Na quarta-feira veio fazendeiro pra tirar a gente à força. Chegaram em várias caminhonetes. Eu falei pra ele: ‘Se você vem aqui pra conversar tranquilamente, a gente vai conversar tranquilamente’. Mas o fazendeiro não quer assim, ele quer tirar dali à força. A gente conversou bastante com ele, mas ele ganhou de expulsar dali”, explica. “O fazendeiro chegou a falar pra mim: ‘Você tem que ir agora, se não quiser morrer aqui mesmo’. Eu fiquei assustado, mas tinha coragem naquele momento. E falei: ‘Se você quiser fazer alguma coisa, matar alguém do nosso povo, pode matar. Se tem coragem de me matar, pode me matar agora mesmo.’ Mas ele não matou. Deu cinco tiros pra cima naquele dia.”<sup>99</sup>

██████████ e sua esposa, ██████████, não sabem dizer ao certo quantas pessoas faziam parte do grupo de agricultores mobilizado contra a retomada. “Eram mais de cinquenta. Muitos, muita gente”, explicam.

Pertences dos Avá Guarani ainda fumegando após terem sido incendiados por agricultores. CIMI

99 Entrevista em 30 jun. 2016.



Uma notícia publicada pela imprensa regional fala em aproximadamente duzentos proprietários.<sup>100</sup> O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que publicou nota de repúdio ao episódio, contabilizou 150 pessoas.<sup>101</sup>

A polícia esteve presente no local — e, de acordo com os Avá Guarani, atuou em defesa dos proprietários. Em vez de proteger a comunidade de eventuais agressões, os policiais teriam estimulado os indígenas a deixar a ocupação, reforçando as ameaças dos agricultores.

“A polícia chegou também, e a polícia falou pra sair dali o mais rápido possível. Eu falei que o fazendeiro estava armado, mas não adiantou nada”, recorda ██████████. “O policial mesmo falou pra mim: ‘Sai daí porque o ruralista vai fazer alguma coisa com seu povo.’ Eles vieram a favor do fazendeiro.”<sup>102</sup>

As ameaças se concretizaram em um incêndio. “Queimou tudo, barraco, queimou cesta básica, queimou roupa da criança, sapato, louça, panela, tudo o que a gente tem, mataram galinha, jogou tudo no fogo. Até documento queimou”, explica ██████████, dizendo que as chamas consumiram a certidão de nascimento do indígena ██████████.<sup>103</sup>

As cinco famílias expulsas pela ação mais recente do grupo de agricultores armados em Guáira foram obrigadas a retornar à aldeia Tekoha Mirim, onde disputam espaço com outros Avá Guarani — situação que intensifica conflitos internos dentro da comunidade, às vezes com desfechos violentos.

“Aqui você está vendo como é a situação. É pequeno, não tem mata, não tem remédio da mata. Por isso que nós mudamos pra lá, porque ali tem mata, tem remédio, e dá pra fazer casa”, relata ██████████. “Eu não nasci pra isso. Pra mim é dor. Dói muito, muito mesmo, porque eu nunca não vivi assim. Mas eu não vou entregar. Por isso estamos aqui.”<sup>104</sup>

100 “Índios invadem propriedade rural e agricultores incendeiam acampamento”. *Catve*, 8 jun. 2016. Disponível em <<http://catve.com/noticia/6/152989/indios-invadem-propriedade-rural-e-agricultores-incendeiam-acampamento>>.

101 “Fazendeiros expulsam Avá Guarani de terra reivindicada como indígena no Paraná”. *Conselho Indigenista Missionário*, 13 jun. 2016. Disponível em <[http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8769&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8769&action=read)>.

102 Entrevista em 30 jun. 2016.

103 Entrevista em 30 jun. 2016.

104 Entrevista em 30 jun. 2016.

## Ameaças

*Ameaça de branco teve também, sempre tem. Até agora tem.  
Em todas as aldeias teve ameaça de branco.*

— ██████████<sup>105</sup>

Os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa receberam uma série de ameaças verbais diretamente relacionadas com sua permanência na região. À diferença dos inúmeros casos de ofensas, agressões e hostilidades, que serão abordados mais adiante, tais ameaças podem ser consideradas como tentativas claras de remoção, pois foram feitas com a intenção expressa de que os indígenas deixem os territórios que ocupam, sob pena de sofrer algum tipo de violência física caso decidam permanecer. Costumam dirigir-se a lideranças, ocorrem nas cercanias das aldeias e partem de vizinhos descontentes com a presença dos Avá Guarani dentro ou nas adjacências das terras cuja posse reivindicam.

Em 2012, a liderança da aldeia Tajy Poty, ██████████, foi ameaçado de morte por um agricultor. “O fazendeiro me cercou na entrada da aldeia e disse: ‘Você tem que sair daqui, a terra é minha.’ Disse também que iria colocar jagunço pra me matar. Ele é meu vizinho e veio me ameaçar aqui. Falou que não vai colocar na justiça, que vai chamar jagunço, mas que só vai chamar se ele perder a terra.”<sup>106</sup> No final de 2015, ██████████ afirma ter recebido ameaça semelhante vinda do administrador de uma fazenda vizinha à aldeia. “O administrador veio aqui e falou: ‘Você tem que sair daqui porque o fazendeiro vai matar você, suas crianças e sua família. Ele tem dinheiro. Ele vai mandar o pistoleiro, vai matar tudo.’”<sup>107</sup>

A liderança da aldeia Tekoha Y’Hovy, ██████████, foi interpelada na rua por um agricultor que exigiu que ele retirasse os Avá Guarani dos territórios que ocupam em Guaíra. “O arrendatário da terra vizinha uma vez me parou na rua e disse que eu tinha que tirar o povo da aldeia por bem ou por mal”, conta. “Disse que eu não era índio, que eu falo português, que uso roupa, que índio está na Amazônia.”<sup>108</sup>

Os indígenas da aldeia Tekoha Guarani, em Guaíra, contam que em 2013 um veículo — que identificaram como um “camburão da Polícia



RUY SPOSATI

Militar” — entrou na aldeia ordenando que os Avá Guarani saíssem da terra. “Vieram em um camburão da Polícia Militar e mandaram a gente sair daqui. Também disseram que, se a gente não saísse, iam matar as lideranças. O uniforme que eles vestiam era da Polícia Militar. O camburão também era da Polícia Militar”, explica o indígena ██████████. “Era por volta das nove horas da noite. Quatro pessoas desceram do carro armadas e falaram que o proprietário tem o documento da terra. A gente se juntou pra conversar, eles não entendiam o que a gente falava e foram embora.”<sup>109</sup>

Um vizinho da aldeia Tekoha Yvy Porã, em Terra Roxa, contou à liderança ██████████ sobre rumores de que os fazendeiros de Guaíra e Terra Roxa iriam matar os índios caso o governo decidisse demarcar as terras reivindicadas pelos Avá Guarani. “Uma vez me falaram que, quando sair a demarcação, o fazendeiro vai matar os índios. Essa é a ameaça que a gente sente, a violência. Não pode sair criança e pessoa

105 Entrevista em 18 mai. 2016.

106 Entrevista em 23 out. 2015.

107 Entrevista em 23 out. 2015.

108 Entrevista em 25 out. 2015.

109 Entrevista em 26 out. 2015.

sozinha na cidade, porque o fazendeiro pode pagar alguma pessoa pra fazer acidente e matar.”<sup>110</sup>

A liderança ██████████, da aldeia Tekoha Karumbey, em Guaíra, afirma que as ameaças são constantes. “A gente sofre várias ameaças aqui, eu e toda minha família. Falam que, se não conseguirem me matar, vão matar minha família. Quem me ameaça é o vizinho daqui. É uma família que mora aqui na frente da aldeia. O cara falou que vai contratar um matador pra me matar.”<sup>111</sup>

██████████ conta que as ameaças eram mais intensas em 2010. “Isso acontecia porque a aldeia Tekoha Karumbey ficou muito tempo sem liderança. Os índios moravam aqui e não tinham cacique. Aí o branco atacava essa área. Ficavam dizendo que eram os donos da terra, vendiam lotes. Quando a coisa ficou pesada, em 2009, os índios me chamaram. Comecei a sofrer ameaças depois que virei liderança daqui.”<sup>112</sup> Também moradora da aldeia Tekoha Karumbey, ██████████, é outra indígena que relata ter sofrido ameaças. “Em 2015, o vizinho me ameaçou para sair daqui porque dizia que a terra não era minha. Ameaçou eu e meu marido.”<sup>113</sup>

██████████, uma das lideranças da aldeia Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, explica que ele e seus companheiros sofreram ameaças na época em que retomaram a terra, em setembro de 2005. “Veio o delegado de Terra Roxa e o presidente da associação náutica dizendo que tínhamos invadido a propriedade da associação e que a gente era invasor. O presidente da associação falou para o delegado ir erguendo nós na botina, que não era pra conversar com nós, porque ele tinha trazido o delegado não era pra conversar, era pra erguer nós na botina. Como a gente estava tudo pintado, com flecha, o delegado não quis, recuou. E falou que não podia tirar nós daqui porque não tinha lugar pra levar. Daí eles tocaram pra justiça.”<sup>114</sup>

██████████ é uma liderança da aldeia Tekoha Marangatu e afirma que já sofreu diversas ameaças de membros da Marinha do Brasil, que reivindica a área ocupada pelos Avá Guarani na beira do Rio Paraná. “A última ameaça que fizeram pra gente sair daqui foi em 2015. Pensei que era pessoal da Prefeitura que estava vindo pra fazer limpeza na estrada. Estava cheio de caçamba. Tinha soldado da Marinha com facão e foice. Quando foi dez e meia, vieram até a

110 Entrevista em 29 out. 2015.

111 Entrevista em 17 jan. 2016.

112 Entrevista em 17 jan. 2016.

113 Entrevista em 17 jan. 2016.

114 Entrevista em 18 jan. 2016.

escola. Os funcionários da escola estavam aqui, diretora, professora, e na frente da escola a Marinha me ameaçou de morte. Chamei a Funai, chamei a Polícia Federal também. Fiz boletim de ocorrência. Mas depois ele negou tudo. Ele disse que ia trazer fuzileiro pra matar tudo aqui, ameaçou a comunidade, não fui eu sozinho não.”<sup>115</sup>

## Ameaças contra indigenistas

“Eu tenho muita história de discriminação e ameaça contra mim”, diz ██████████, representante da Funai em Guaíra. A afirmação revela outra faceta das hostilidades sofridas pelos Avá Guarani do Oeste do Paraná, e que se estende aos indigenistas que trabalham em defesa das comunidades da região. “As pessoas querem tirar satisfação comigo porque estou trabalhando com os índios. Dizem que eu tenho que remover os índios da terra, que eu tenho que parar de trazer índio pra cá.”

██████████ explica que as ameaças eram muito mais constantes em 2013, logo depois da instalação da Coordenação Técnica Local da Funai em Guaíra — ocorrida em 2012 — e durante o auge da campanha contra as “invasões indígenas” na região — sobre a qual trataremos adiante. “Em duas ocasiões, fui abordado em mesa de restaurante”, diz. “Isso não aconteceu mais, mas eu também quase não vou mais pra restaurante aqui.”

Deixar de frequentar locais públicos, como restaurantes, foi apenas uma das precauções tomadas por ██████████ para amenizar a situação, com grande prejuízo à sua vida pessoal. O representante da Funai também retirou do carro e da caminhonete do órgão indigenista os adesivos que indicavam tratar-se de veículos da instituição. “Número de telefone desconhecido eu não atendo”, explica. “Inclusive algumas pessoas têm dificuldade para entrar em contato comigo com assuntos importantes por causa disso. Não atendo mesmo, justamente para não levar ameaça.”

As hostilidades contra ██████████ e outros funcionários da Funai em Guaíra diminuíram ao longo do tempo, em parte porque as retomadas de novas terras pelos Avá Guarani também diminuíram, em parte porque as autoridades passaram a agir com mais dureza na repressão às campanhas anti-indígenas, como veremos adiante. Mas

115 Entrevista em 20 jan. 2016.

nunca cessaram completamente, mesmo depois que a mais grave delas — dirigida contra uma jovem avá guarani, como também veremos a seguir — ganhou repercussão regional.

“No último ano aconteceu muito pouco. Mas às vezes eu estou andando pela rua, passa alguém com um veículo e grita: ‘Vai morrer, Funai!’ ou ‘Funai filho da puta!’”, relata ██████████. “Uma vez alguns colegas da Funai de Chapecó estiveram aqui e estranharam: ‘Poxa, esse cara tá xingando a gente?’ Eu disse: ‘Claro, vocês estão comigo.’”

De acordo com ██████████, hostilidades já ocorreram inclusive em reuniões de trabalho com autoridades. “É comum haver uma pessoa ou outra discriminando a instituição Funai, questionando o serviço e a idoneidade da Funai, dizendo que a Funai não trabalha em benefício do índio, mas em benefício próprio, como se estivesse se apossando de riquezas do Estado ou de particulares”, conta. “Do ponto de vista que é vendido para a população, quanto mais você ajuda o índio a obter seus direitos fundamentais, mais você está trabalhando em prejuízo das pessoas.”

“Outra coisa que se divulgava muito aqui na região era que a Funai é uma ONG a serviço do capitalismo internacional”, continua. Essa visão distorcida sobre as atividades da Funai alcançou ██████████ até mesmo em uma viagem de ônibus. “Um policial que estava revistando as pessoas no ônibus me perguntou onde eu morava, e eu disse que morava em Guaíra. Então, perguntou onde eu trabalhava, e eu disse que trabalhava na Funai. E ele: ‘Ah, você trabalha nessa ONG?’”<sup>116</sup>

Embora com muito menos frequência, pessoas que efetivamente trabalham para ONGs indigenistas que auxiliam os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa também enfrentam problemas com proprietários de terra e com a sociedade local, e relatam já terem sido hostilizadas em estradas da região, durante visita às aldeias, e convidadas a se retirar de estabelecimentos comerciais. Ameaças também já foram registradas.

## Ações de reintegração de posse

*Tem processo na justiça.*

*Funai trouxe papel pra mim.*

— ██████████<sup>117</sup>

Até o presente momento, reunindo-se todos os processos judiciais impetrados contra os catorze aldeamentos avá guarani do Oeste do Paraná, na região de Guaíra e Terra Roxa, existe um total de 23 processos judiciais, dos quais vinte são ações possessórias. Os outros três processos, que serão abordados mais adiante, tratam-se de ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal: duas estão voltadas à garantia dos serviços básicos aos indígenas, e uma se dirige à Funai, com a intenção de que o órgão federal dê encaminhamento ao procedimento de demarcação de terras indígenas na região.

Listadas na tabela abaixo, as ações possessórias que incidem sobre as aldeias da região registram um total de quinze processos, dos quais sete ainda pendem de cumprimento. Dentre as ações que tangem à questão possessória, a maioria se resume a processos movidos por particulares, em geral agricultores cuja propriedade rural incide na ocupação indígena.

A maior parte das ações — dez, ao menos — concentra-se no ano de 2012, quando, como veremos, tiveram início as campanhas de propaganda contra a existência e a permanência dos Avá Guarani em Guaíra e Terra Roxa: movimento que esteve articulado nacionalmente graças à ação da Frente Parlamentar Agropecuária do Congresso Nacional.

Em relação às ações possessórias concentradas em 2012, destacamos a aldeia Tekoha Guarani, em Guaíra, como uma das mais judicializadas, uma vez que enfrentou quatro ações apenas neste ano: três delas foram movidas por conhecidos proprietários rurais da região (Simião Lopes

Neves, uma das principais lideranças do movimento ruralista do Oeste do Paraná e candidato à Prefeitura de Guaíra em três ocasiões; Carlos Eduardo Miranda; e a família Vendruscolo, uma das pioneiras da recente colonização do Oeste do Paraná e que teve um de seus membros — Fabian — eleito à Prefeitura em duas ocasiões); e uma de autoria da Companhia Matte Larangeira, que também é autora de uma ação possessória movida contra a aldeia Tekoha Jevy, em Guaíra.

Nº DO PROCESSO	AUTOR	ALDEIA /TEKOKHA	MUNICÍPIO	SUBSEÇÃO
5000554-73.2012.404.7017	COMPANHIA MATE LARANGEIRA	GUARANI	GUAÍRA	GUAÍRA
5000934-67.2010.404.7017	COMPANHIA MATE LARANGEIRA	JEVY	GUAÍRA	GUAÍRA
5001521-21.2012.404.7017	MINERAÇÃO ANDREIS LTDA	TATURY	GUAÍRA	GUAÍRA
5001566-25.2012.404.7017	LUIZ CARLOS SARTORI E OUTRO	MIRIM	GUAÍRA	GUAÍRA
5001131-51.2012.404.7017	SIMIAO LOPES NEVES E OUTRO	GUARANI	GUAÍRA	GUAÍRA
5001044-95.2012.404.7017	WANDA INÊS RIEDI E OUTRO	POHÃ RENDA	TERRA ROXA	GUAÍRA
5000246-37.2012.404.7017	ADEMIR GONCALVES	PORÃ	GUAÍRA	GUAÍRA
5001534-20.2012.404.7017	ROSALINO DOMINGOS WEBER E OUTROS	YVYRATY PORÃ E YVY PORÃ	TERRA ROXA	GUAÍRA
5001313-37.2012.404.7017	CRISTIANE GIANGARELLI VENDRUSCOLO E OUTROS	GUARANI	GUAÍRA	GUAÍRA
5001684-98.2012.404.7017	CARLOS EDUARDO MIRANDA AFONSO DE MELLO E OUTROS (SCARPA)	GUARANI	GUAÍRA	GUAÍRA
2007.70.04.002850-9 / 0002850-71.2007.404.7004 / 50030914720134047004	SILVIO ROBERTO WOINARSKI TEIXEIRA, RONSONI, ASSOCIAÇÃO NÁUTICA E OUTROS	ARAGUAJU	TERRA ROXA	UMUARAMA
0000382-32.2010.404.700 / 0000383-17.2010.404.7004 / 0000384-02.2010.404.7004	VÁRIOS	Y HOVY	GUAÍRA	UMUARAMA
2007.70.04.002091-2	ADEMIR GONCALVES	PORÃ	GUAÍRA	UMUARAMA
2005.70.04.001764-3	ITAIPU BINACIONAL	MARANGATU	GUAÍRA	UMUARAMA
5001889-93.2013.404.7017	GENECI APARECIDA SIQUEIRI FANHANI E OUTROS	TAJY POTY	TERRA ROXA	GUAÍRA

## Decisões

Em uma breve síntese, de todos os quinze processos de reintegração de posse em face das ocupações Avá Guarani, a maioria — onze, pelo menos — ainda se encontra em andamento. As demais ações foram arquivadas: seja por conciliação, ganho no mérito ou falhas processuais, todas mantiveram as ocupações indígenas.

A partir da análise dos andamentos processuais de cada caso, fica patente a importância de um ponto central a garantir a defesa dos direitos dos povos indígenas: o início dos estudos demarcatórios realizados pela Funai. O começo dos procedimentos demarcatórios na região se deu em consonância com a manifestação do Ministério Público Federal nos processos de reintegração, pedindo a suspensão dos mesmos com base na Ação Civil Pública nº 5001076-03.2012.404.7017, movida contra a Funai para que a instituição impingisse celeridade aos processos de demarcação da área.

O andamento dos procedimentos demarcatórios foi o principal responsável pela suspensão de nove processos contra as aldeias Jevy, Tatury, Mirim, Yvy Porã, Yvyraty Porã, Marangatu, Tajy Poty, Guarani e Porã. Nesse sentido, ressalta-se que, em termos processuais, de acordo com

AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE MOVIDAS CONTRAS AS ALDEIAS GUARANI DE GUAÍRA E TERRA ROXA			
ANO	ALDEIA	MUNICÍPIO	AUTOR
2013	TAJY POTY	TERRA ROXA	GENECI FANHANI
2012	GUARANI	GUAÍRA	SIMIÃO LOPES
	GUARANI	GUAÍRA	COMPANHIA MATE LARANGEIRA
	GUARANI	GUAÍRA	CARLOS EDUARDO MIRANDA
	GUARANI	GUAÍRA	CRISTIANE VENDRUSCOLO
	TATURY	GUAÍRA	MINERAÇÃO ANDREIS
	MIRIM	GUAÍRA	LUIZ CARLOS SARTORI
	POHÃ RENDA	TERRA ROXA	WANDA REIDI
	PORÃ	GUAÍRA	ADEMIR GONÇALVES
	YVY PORÃ E YVYRATY PORÃ	TERRA ROXA	ROSALINO WEBER
2011	MIRIM	GUAÍRA	ITAIPU BINACIONAL
2010	JEVY	GUAÍRA	COMPANHIA MATE LARANJEIRA
	Y HOVY	GUAÍRA	VÁRIOS
2007	ARAGUAJU	TERRA ROXA	SILVIO ROBERTO TEIXERA
	PORÃ	GUAÍRA	ADEMIR GONÇALVES
2005	MARANGATU	GUAÍRA	ITAIPU BINACIONAL

### VARA DA JUSTIÇA FEDERAL EM GUAÍRA

A respeito das ações judiciais na região, a Subseção da Justiça Federal em Guaíra, órgão competente a versar sobre conflitos processuais envolvendo ocupações indígenas, assim como o Ministério Público Federal, é extremamente recente. Resultado de interesses estratégicos do governo nacional sobre áreas de fronteira, a vara, inaugurada em julho de 2010, foi a primeira das cinco varas de fronteira criadas pela Lei 12.011, de 4 de agosto de 2009.

o artigo 313, inciso v, do Código de Processo Penal, “a suspensão é admitida quando o julgamento da causa depender de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente”. Assim, com a temporária suspensão, os juízos entendem que existe a possibilidade de que a área em disputa seja de tradicional ocupação pelos Avá Guarani, a depender dos estudos demarcatórios instruídos pela Funai e, posteriormente, pelo Ministério da Justiça.

Importante ressaltar que, no mesmo período de produção do relatório, as aldeias Yvyraty Porã e Yvy Porã, localizadas no município de Terra Roxa, sofreram iminência de cumprimento de reintegração de posse, barrado apenas pela suspensão do processo por conta do procedimento demarcatório, após articulação da própria Comissão Guarani Yvyrupa, que antecedeu a audiência para discutir os termos da reintegração com a Funai e o Ministério Público Federal. Além deste caso, entende-se que, acompanhando os andamentos processuais das ações em questão, as aldeias Guarani (caso Matte Larangeira), Yvyraty Porã (caso Riedi), Araguaju (caso Associação Náutica) e Y’Hovy (caso Durks) apresentam uma situação de maior risco frente a possíveis decisões desfavoráveis aos Avá Guarani.

### **Argumentos contra as ocupações**

Em geral, a linha argumentativa utilizada pelos autores caminha no sentido de tentar comprovar a ilegalidade das ocupações Avá Guarani no Oeste do Paraná frente aos títulos de propriedade do imóvel rural. Muitos deles argumentam que a ocupação traria prejuízos relativos às atividades agropecuárias que se desenvolvem na região. As petições iniciais dos referidos processos trazem consigo uma interpretação extremamente equivocada da ideia do que seria a noção de “tradicionalidade” a categorizar a ocupação indígena.

Convenientemente, os fazendeiros consideram em suas ações apenas o tempo passado, desde o primeiro momento da instalação dos indígenas na região, desconsiderando todo o contexto histórico de esbulho, assassinatos, etnocídio e remoções forçadas dos parentes destes mesmos indígenas desde os primórdios da colonização europeia na chamada região do Guairá e, mais recentemente, a partir da intensificação da “marcha para o oeste” do Paraná, com o estímulo à colonização da região por iniciativa governamental, como já vimos anteriormente neste relatório.

A este respeito, inclusive, é preocupante a apresentação da teoria do marco temporal, que afirma que só têm direito ao território tradicional os indígenas que ocupavam na data da promulgação constitucional, em 1988, as áreas que reivindicam. Tal prerrogativa, oriunda de decisão extremamente controversa do Supremo Tribunal Federal, em 2013, e sem entendimento jurisprudencial consolidado, já aparece interferindo no posicionamento de uma das decisões no caso da aldeia Tekoha Araguaju, em Terra Roxa.

Além disso, em alguns casos, os autores ainda alegam, para justificar o pedido de expulsão dos indígenas, supostas ameaças que a presença dos Avá Guarani na região acarretaria para a preservação ambiental, como no caso de ocupações localizadas nas proximidades de reservas ambientais. Para tanto, os particulares acionam o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), como no caso da reintegração de posse movida em face da aldeia Tekoha Guarani, em Guaíra.

## BREVE SÍNTESE DAS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

### **GUARANI**

#### **MATE LARANGEIRA vs UNIÃO E FUNAI**

Em Abril de 2012, a Companhia Mate Laranjeira ingressa com pedido de reintegração de posse, sem liminar, da ocupação da Tekoha Guarani, em face da União e da Funai. Com a apresentação do laudo antropológico e manifestação do Ministério Público Federal, o juiz decidiu pelo provimento apenas parcial da remoção, remanejando a comunidade para um faixa de domínio da Estrada Rodoviária, parte do lote rural, e o excedente para a área da fazenda Cruz de Malta. No entanto, o autor, desejando a manutenção total de sua propriedade, entrou com recurso e ganhou. Até recentemente, após quatro anos, foi encerrada a fase instrutória em agosto de 2016, e o processo caminha para o seu encerramento com a apresentação das alegações finais de cada parte. — **EM MOVIMENTO**

#### **SIMIÃO E ELDES NEVES vs FUNAI E UNIÃO**

O processo iniciou-se em julho de 2012 por parte do particular Simião Lopes em face da ocupação da comunidade Guarani. Em sua última pronúncia no processo, o juiz do caso decidiu pela suspensão do caso até que fosse concluído todos os estudos referentes à demarcação da terra pela Funai, assim como o julgamento da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal. O autor, em consonância com as alegações da Companhia Mate Laranjeira frente à mesma ocupação, participa como interessado no outro processo de reintegração. — **EM MOVIMENTO**

#### **VENDRUSCOLO vs FUNAI E UNIÃO**

Em agosto de 2012, os autores ingressam com ação de reintegração de posse em face da união para retirada da comunidade indígena da Tekoha Guarani. Em um primeiro momento a remoção é permitida pela decisão, no entanto, diante da possibilidade de intensificação do conflito, a comunidade recebe autorização para permanecer no local até o fim do processo. Após movimentação, o Ministério Público Federal apresenta pedido de suspensão<sup>1</sup>, protocolado em maio de 2016, acolhido pelo juízo em julho do mesmo ano. Cabe comentar ainda que um dos particulares acabou ingressando como interessado em ação movida pela Companhia Mate Laranjeira contra a referida comunidade. — **SUSPENSO**

#### **CARLOS AFONSO DE MELLO, CAROLINA E MARIANA SCARPA vs FUNAI E UNIÃO**

A ação movida em outubro de 2012 acaba, após designação de audiência de conciliação entre as partes acaba transitando em julgado, pondo fim ao processo. — **BAIXADO**

### **JEVY**

#### **MATE LARANGEIRA vs FUNAI, UNIÃO E ANATÁLIO ORTIZ**

A companhia Mate Laranjeira entra com pedido de reintegração de posse contra a comunidade Guarani da Tekoha Jevy em setembro de 2010. No entanto o processo tramita ao longo de seis anos, em meio ao qual são iniciados os estudos de demarcação da área em conflito. Assim, frente aos documentos apresentados pela Funai, o juiz determina, em primeira instância, pela suspensão do processo, em espera para que sejam realizados os estudos demarcatórios da Funai. Os autores recorrem por mais de um vez sem, no entanto, conseguirem ganhar a causa, já que a corte, em segunda instância, entende que não existem riscos de dano irreparável ou de difícil reparação envolvendo a reintegração. — **EM MOVIMENTO**

### **TATURY**

#### **MINERAÇÃO ANDREIS vs FUNAI, UNIÃO E COMUNIDADE**

Autuada em setembro de 2012, a ação de reintegração de posse contra a comunidade Tatury ainda segue em trâmite. Por conta da manifestação do Ministério Público Federal, pedindo pela suspensão da remoção imediata, o juízo acatou o requerimento e manteve os indígenas no local até o fim do processo. — **EM MOVIMENTO**

### **MIRIM**

#### **SARTORI vs UNIÃO, FUNAI E ARNALDO**

Movida também em setembro de 2012, como outras das ações analisadas, o pedido de reintegração de posse ainda pende de decisão. Com base nos argumentos da Funai e do Ministério Público Federal de dependência do caso à conclusão do processo de demarcação, frente à ACP já iniciada pelo Ministério Público Federal sobre a demarcação, diante da vulnerabilidade da comunidade, o juiz, em uma primeira avaliação, decidiu pela suspensão do processo até a finalização dos estudos demarcatórios. — **EM MOVIMENTO**

## **POHÃ RENDA**

### **WANDA RIEDI E OSCAR BENITES LOPES vs ALDEIA TEKOKA POHÃ RENDA E UNIÃO**

Em ação de reintegração atuada no mês de junho de 2012, os particulares pedem a remoção imediata da comunidade da área ocupada pela Tekoha. Em agosto de 2013 a liminar não é concedida aos autores, estipulando condições para a manutenção da comunidade no local. No entanto, os autores entram com recurso no tribunal e conseguem reforma da decisão, recebida em outubro de 2015. Assim, com base na decisão do Tribunal Regional Federal 4, o juiz opta pela reintegração, intimando a Polícia Federal ao cumprimento da sentença. A Funai recorre frente a iminência da retirada forçada dos indígenas e aguarda apreciação do Superior Tribunal de Justiça. — **EM MOVIMENTO**

## **YVYRATY PORÃ e YVY PORÃ**

### **ROSALINO E ENEDINA WEBER vs UNIÃO, FUNAI, ALDEIA YVYRATY PORÃ E YVY PORÃ**

Em setembro de 2012, o Sr. Rosalino Weber e sua esposa moveram contra a União e a Funai uma ação possessória exigindo a imediata retirada dos indígenas que ocupavam as terras de sua suposta propriedade. A primeira decisão no processo, contudo, não disse respeito à questão: o Ministério Público Federal noticiou que o Sr. Rosalino havia impedido a entrega de cestas básicas aos indígenas, e o juiz deu ordem garantindo escolta da Polícia Federal e proibindo o suposto proprietário de impedir o trabalho dos órgãos assistenciais. Na sequência, o autor acusou os indígenas de haverem expandido a ocupação e provocado danos ao terreno. O juiz ordenou ao oficial de justiça a constatação in loco das acusações. Retornou aos autos constatação de que os índios não estavam, de fato, provocando danos à propriedade. O juiz negou a liminar de reintegração de posse. O autor recorreu ao tribunal que reformou a decisão dando razão ao suposto proprietário. Frente a isso, a Advocacia Geral da União entrou com pedido no Superior Tribunal de Justiça, ainda pendente de julgamento. Informada a decisão à primeira instância, o juiz deu seguimento ao trâmite preparando, em julho de 2016, o cumprimento da reintegração de posse. No entanto, atendendo ao pedido do Ministério Público, o juiz suspendeu o processo pelo prazo de 06 meses, a aguardar a solução da ação civil pública que trata do procedimento demarcatório. — **EM MOVIMENTO**

## **PORÃ**

### **ADEMIR GONÇALVES vs UNIÃO E FUNAI**

Ação ajuizada em fevereiro de 2012 acaba tendo seu pedido liminar de expulsão da comunidade proferido pelo juiz, dois meses após o pedido. No entanto, a remoção não se concretiza pois o juiz entende que as características específicas da ocupação deveriam ter a mediação da Funai para realocação pacífica dos indígenas, estendendo o prazo para tal negociação. Após cerca de dois anos de negociação, o Ministério Público Federal ingressa com pedido de suspensão da demanda frente à Ação Civil Pública2 - já citada em outras ações - e na obrigação da Funai em realizar os procedimentos demarcatórios da terra ocupada. O processo fica suspenso, desta forma, até a resolução da demarcação da área. — **EM MOVIMENTO**

### **ADEMIR GONÇALVES vs UNIÃO E FUNAI**

Iniciado em agosto de 2007, o processo de reintegração de posse em face da comunidade acabou se resolvendo por via da conciliação, intermediada pela Funai, de modo a evitar a expulsão dos Avá Guarani de sua Tekoha. — **BAIXADO**

## **ARAGUAJU**

### **ASSOCIAÇÃO NÁUTICA, RONSONI, WOINARSKI TEIXEIRA E ROMANHA vs COMUNIDADE, FUNAI E UNIÃO**

Movidas todas em novembro de 2007 contra a comunidade, as três ações de reintegração de posse, após andamento, tiveram decisão de remoção negada por sentença emitida em abril de 2009. Frente à perda inicial, interessante notar que ingressa como novo advogado dos autores o, também proprietário rural, Hamilton Mariano, nome conhecido por advogar na defesa de outros fazendeiros locais. A decisão que se seguiu (em junho de 2008) foi a de esperar pela realização do laudo antropológico pela Funai, considerando que logo após tal determinação o Ministério Público Federal apresentou parecer defendendo a suspensão do processo. No entanto, com base na teoria do marco temporal (PET 3388/RR STF) e demais jurisprudências, o juiz decide pela reintegração da posse, no ano de 2013, negando a suspensão das ações. Em março de 2013, a União, Funai e Ministério Público Federal recorrem da decisão na segunda instância, no TRF4. Sem sucesso, a Funai, assim, entra com recurso especial em apelação, admitido em julho de 2015 e aguarda decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre o caso. — **EM MOVIMENTO**

## Y HOVY

### **EUGEN E JANE DURKS vs FUNAI E UNIÃO**

A ação de reintegração de posse foi movida em fevereiro de 2010 e julgada em março, com decisão que não acolheu o pedido de remoção formulado pelos autores, considerando a necessidade de realizar os estudos demarcatórios e a vulnerabilidade dos indígenas caso ocorresse a reintegração. Em 2011, no entanto, o juiz substituto, contrariando a decisão anterior, emite intimação no sentido de expropriar os indígenas de sua ocupação. Assim, União, Funai e Ministério Público Federal entram com recurso de modo a tentar reverter a situação. Remetido ao Superior Tribunal de Justiça, a apelação ainda pende de julgamento. — **EM MOVIMENTO**

## MARANGATU

### **ITAIPU BINACIONAL vs INÁCIO MARTINS E COMUNIDADE**

Autua-se a reintegração de posse em maio de 2005, em face da comunidade da Tekoha Marangatu. Em decisão favorável aos indígenas, o juiz profere em seu julgamento (novembro de 2007) que: "I - Ante o exposto, julgo improcedente o pedido possessório formulado pela ITAIPU BINACIONAL e declaro que as terras ocupadas pelos índios Avá Guarani nos lotes abordados (Tekoha Porá; Karumbey e Tekoha Marangatu) constituem terras indígenas tradicionalmente ocupadas, não podendo ser objeto de domínio ou posse, senão pelos próprios índios, conforme disposição constitucional, independente de prévia demarcação.". Diante de tal decisão, a Itaipu recorre da decisão e perde. — **BAIXADO**

## TAJY POTY

### **GEYSA, GENEKI, HERINTON E HERIKA FANHANI vs ASSUNÇÃO BENITES, FUNAI E UNIÃO**

A ação de reintegração é relativamente recente, iniciada em novembro de 2013, ainda corre em pendência de decisão. O processo foi suspenso frente a pedido do Ministério Público Federal, para que se levasse em conta a tramitação do processo de demarcação da Terra Indígena em Guaíra e Terra Roxa pela Funai. — **EM MOVIMENTO**

# 5 Hostilidades

*Tem proprietário que é ruim. Tão ruim  
que até os outros proprietários têm medo deles.  
Trabalham na brutalidade mesmo.*

—  118

As hostilidades sofridas pelos Avá Guarani em Guaíra e Terra Roxa são cotidianas e ocorrem em vários âmbitos da vida das comunidades que reivindicam a demarcação de terras indígenas na região.

A pesquisa identificou casos de xingamentos, ofensas, racismo e ameaças, ocorridos nas cercanias das aldeias, na relação entre os indígenas e os proprietários de terra vizinhos, nas estradas e nas ruas das cidades, em estabelecimentos comerciais, em postos de atendimento público, na imprensa, nos ambientes de trabalho e nas escolas, contra mulheres, crianças e adultos.

Há também hostilidades especificamente dirigidas às lideranças indígenas, e que ocorrem pessoalmente, por meio de veículos de comunicação e redes sociais, por telefone, em ligações anônimas, e ainda por “recados”. São inúmeras ocorrências, que formam parte da campanha movida por setores da sociedade local contra a presença dos Avá Guarani na região.



## Relação com vizinhos

*O fazendeiro não quer que passe um índio pelas terras dele. Se passar, ele fala que manda matar.*

— ██████████<sup>119</sup>

O mais grave conflito ocorrido entre os Avá Guarani e os proprietários vizinhos às aldeias localizadas em Guaíra e Terra Roxa envolveu os moradores do Tekoha Y'Hovy que, em 4 de novembro de 2014, tentavam impedir o desmatamento de uma área próxima à aldeia. Na ocasião, dois indígenas — um homem e uma adolescente — ficaram em poder de agricultores por cerca de quinze minutos. Durante esse tempo, relatam haver sofrido ameaças e agressões.

“Essa mata em que a gente está agora faz parte do nosso *tekoha*. A gente tem utilizado ela pra pegar remédio, pra caça, pra pegar materiais para artesanato e até pra fazer nossas moradias”, explicou a liderança ██████████ a uma equipe de televisão presente no local durante a ocupação indígena. “Quando a gente ficou sabendo que ela seria loteada para a construção de condomínios, a gente encaminhou documentos para o Ministério Público Federal e não obteve resultado nenhum. Tanto que nessa semana entraram máquinas, começaram a derrubar a mata e abrir estradas dentro da nossa mata.”<sup>120</sup>

Assim que os Avá Guarani entraram na terra, os agricultores de Guaíra e Terra Roxa ativaram sua rede de comunicação. A articulação contou com o apoio da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), que postou a seguinte mensagem em sua página no Facebook:

“URGENTE. Esta acontecendo uma invasão no antigo Mirante, indo para a eletrosul, precisamos da colaboração de todos, já tem algumas pessoas se encaminhando para lá, mas precisamos nos unir, mais uma vez!!!”

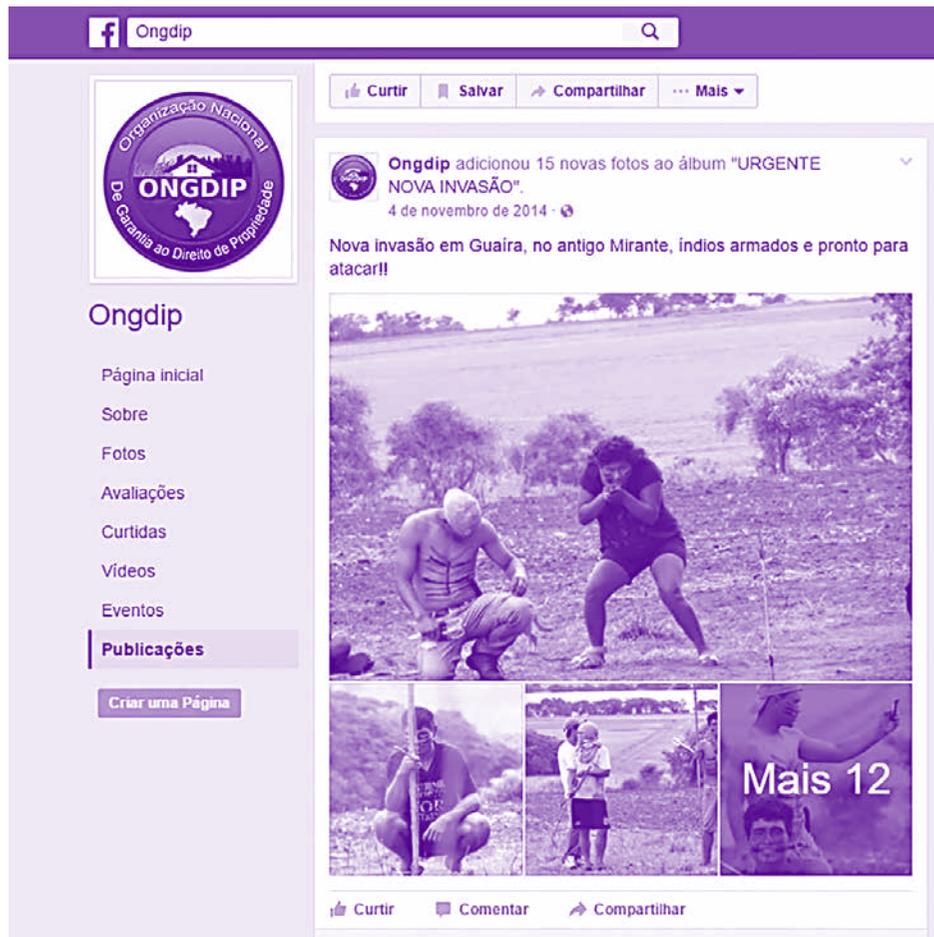
A mensagem foi compartilhada e recebeu o seguinte comentário: “Pessoal, vamos para lá ajudar a resolver a situação, pois se ficarmos esperando por nossos representantes políticos e autoridades, a cidade será TODA tomada em breve!”

119 Entrevista em 18 jan. 2016.

120 “Índios e agricultores entram em confronto em Guaíra”. *Catve*, 4 nov. 2014. Disponível em <<http://catve.com/noticia/6/100801/>>.

Logo depois, a Ongdip publicou outra postagem: “Nova invasão em Guaíra, no antigo Mirante, índios armados e pronto para atacar!!” e logo depois: “As coisas estão ficando complicadas la...precisamos da ajuda de TODOS!!” A mensagem recebeu os seguintes comentários: “esses vagabundo tem celular melhor q o meu, pqp!”, “Já não se fazem índios como antigamente, Esses estão com o DNA modificado”, “Agora que estou vendo, estudei com esses caras aí. A maioria são paraguaios e mulatos, de índios não têm nada”, “ahhh eu tbm quero ter piscina particular rrsrs”, “Esse de camiseta preta é um estilingue na mão dele, parece até piada, merecem tomar um caceteeee” e “Fantasiados de Índios. Fantasias compradas na 25 de março pelo Cimi ou ONGS”.

The screenshot shows a Facebook post from the page 'Ongdip'. The post is dated '4 de novembro de 2014' and is marked as 'URGENTE'. The text of the post reads: 'Esta acontecendo uma invasão no antigo Mirante, indo para a eletrosul, precisamos da colaboração de todos, já tem algumas pessoas se encaminhando para la, mas precisamos nos unir, mais uma vez!!!'. Below the text is a large graphic with the word 'URGENTE' in the center, surrounded by a circular border containing the word 'IMPORTE' (part of 'IMPORTEANTE'). The post has 22 likes and 32 shares. Two comments are visible: one from Marcio Margatto Nunes and another from Humberto Bridi Pessoal, both expressing support for the situation.



O texto da Ongdip foi acompanhado de fotos dos Avá Guarani pintados, fumando petygua e empunhando facões e arco e flecha.

As imagens também receberam uma série de comentários, por exemplo, “desculpe... mas com esta cara ela nem precisa de facão pra assustar !!!!! tá mais pra dragão que para Índio (a) ..!!! TER QUE OLHAR PARA UMA CARA ASSIM, POR SI SÓ JÁ É MAIS QUE UMA AMEAÇA DE MORTE !!!! srrrsrs”, “Cara akilo é um estilingue??? será q ta carregado...por que o facão da india tá kkkk”, “isso é mesmo um índio?? Hummm...sei não!”, “Se esse cidadão é índio eu também sou”, “kkk isto não tem cara de índio não kkkk estratégia”, “olha ali tinha que ser CORINTHIANO,, não são índios são CORINTHIANOS paraguaios infiltrados,,,”, “Vixi olha o arco e a flexa..nao mata nem galinha”, “Antigamente índio comunicava-se através de FUMAÇA, hoje se der mole índio ta mais modernizado que eu !!!!!”, “não sabia que índio ( índio de verdade ) , tinha celular , qto mais tirar selfie, vamos rir p não chorar !”, “Essa de roupa estampada eh uma paraguaia original....precisavam ouvir ela falar...at pensei estar no país



vizinho”, “paraguaios vagabundos”, “índio de boné aba reta ? faça-me o favor”, “eles ganham bem do governo e estão até fazendo plastica pra ficar que nem nós, Índio diz:” Indio quêer ser homeinn branco!!!””, “Índio de cabelo ondulado kkkkk isso sim que é evolução” e “As crianças desde pequenas invés de aprenderem valores culturais e trabalharem, ficam vendo ESSE BANDO DE VAGABUNDO DESOCUPADO a invadir terras”.

Assim como ocorreu nas tentativas de retomada, como já vimos, o grupo de agricultores armados rapidamente se reuniu no local. “Se toda vez que acontecer uma invasão, nós tomarmos uma atitude, a gente mesmo, não ficar esperando o governo... porque se for esperar o governo estadual, federal ou Funai, nós estamos lascados”, disse a uma equipe de televisão um agricultor que segurava um taco de beisebol.<sup>121</sup>

Homens da Polícia Militar chegaram para intermediar o impasse. Autoridades municipais também se encaminharam ao local. “Fizemos um acordo. Nós vamos nos retirar — os agricultores — e às quatro horas vamos ter uma reunião para resolver definitivamente esse problema. Entendemos os dois lados, mas quero deixar bem claro que somos totalmente contra qualquer invasão”, disse a jornalista o vice-prefeito de Guaira, Osmar Volpato.<sup>122</sup>

Apesar de tensa, a situação ia se resolvendo, com a saída de ambos os grupos da área. Quando os Avá Guarani estavam deixando o terreno, porém, o indígena ██████████, 59 anos, voltou para pegar seu

121 “Índios e agricultores entram em confronto em Guaira”. *Catve*, 4 nov. 2014. Disponível em <<http://catve.com/noticia/6/100801/>>.

122 “Índios e agricultores entram em confronto em Guaira”. *Catve*, 4 nov. 2014. Disponível em <<http://catve.com/noticia/6/100801/>>.

*nhambaí* — recipiente em que havia levado comida. “Assim que peguei o *nhambaí*, chegaram umas pessoas em mim. Um deles era careca e falava guarani. Perguntou: ‘Onde está seu patrão?’ Eu disse que não tinha patrão nenhum. Então ouvi um tiro.”<sup>123</sup>

De acordo com a liderança do Tekoha Y’Hovy, foram quatro disparos. Os ruídos voltaram a tensionar os ânimos. “Ouvi tiros. Falaram que era rojão, mas não era: eu vi a arma”, relata a indígena [REDACTED], 14 anos, que estava acompanhando [REDACTED] e acabou rendida pelo grupo.

“Ficamos rodeados eu e o [REDACTED]. Todo mundo já estava saindo, porque estava tudo arrumado. Mas eles rodaram, vieram por trás e pegaram o [REDACTED]. Cutucaram as costas dele com uma vara. Depois vieram com um machado. Colocaram perto do peito dele. Cutucaram minhas costas com a vara. Falaram que iam matar a gente, que iríamos ficar como reféns se as pessoas não saíssem de lá, que éramos paraguaios, que estávamos mentindo só pra ganhar terra e viver no sossego. Fiquei arranhada. Era um monte de gente.”<sup>124</sup>

Uma equipe de televisão registrou o momento em que [REDACTED] e [REDACTED] são colocados para fora da propriedade por um grupo de agricultores — entre eles um homem careca pronunciando algumas palavras em guarani, conforme a descrição de [REDACTED].<sup>125</sup>

“Naquele dia estava muito tenso, muito difícil de controlar”, afirma a liderança [REDACTED]. “O pessoal estava muito agitado. Havia muita provocação. Quando nosso pessoal saiu, eles saíram na frente e fizeram a volta. Quando [REDACTED] voltou, pegaram ele e a [REDACTED]. A polícia estava de braços cruzados, não sei se não queriam fazer nada ou se não sabiam o que fazer. A gente estava com arco e flecha. Os caras ficaram provocando. Foi muito tenso. Demorou pra baixar a poeira.”<sup>126</sup>

Depois que os desentendimentos cessaram, a Ongdip voltou a publicar uma mensagem em sua página no Facebook comemorando mais uma ação exitosa do grupo de agricultores armados, mesmo que, no caso, não se tratasse de uma retomada: “Quando dizemos que as invasões estão aumentando muitos não acreditam, nossa cidade precisa acordar, se mobilizar, a nossa união faz toda a diferença e somos gratos por sua ajuda mais uma vez! A luta não pode parar!!”

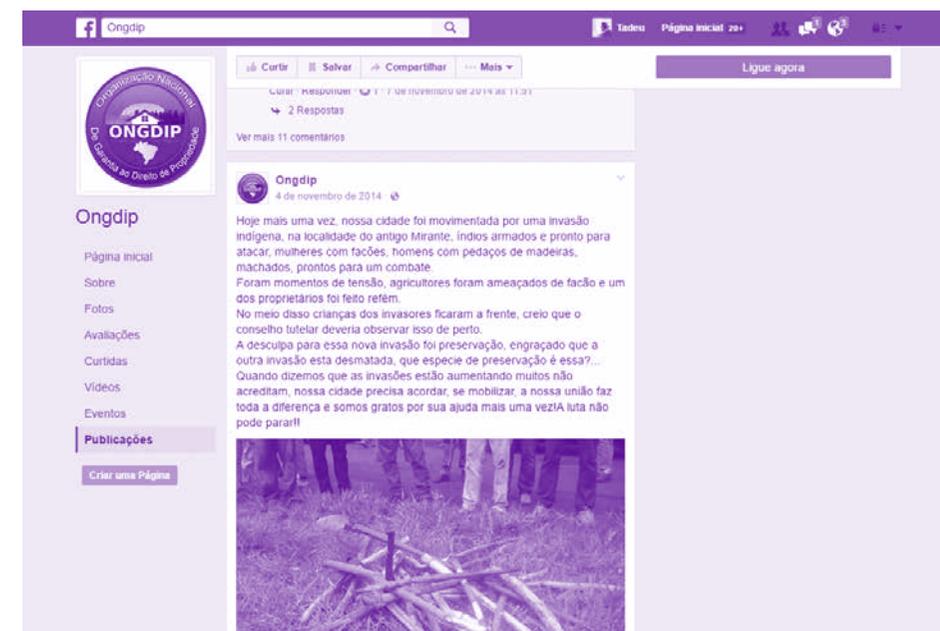
[REDACTED], liderança do Tekoha Nhemboete, em Terra Roxa,

123 Entrevista em 25 out. 2015.

124 Entrevista em 25 out. 2015.

125 “Índios e agricultores entram em confronto em Guaíra”. *Catve*, 4 nov. 2014. Disponível em <<http://catve.com/noticia/6/100801/>>.

126 Entrevista em 25 out. 2015.



conta que em 18 de outubro de 2011 o fazendeiro vizinho bloqueou a estrada que dá acesso à aldeia. “Colocou madeira no caminho e arrastou terra com o trator”, explica. “Não deixou a Funai entregar cesta básica.” [REDACTED] conta que os indígenas queimaram a madeira e, com enxadas, voltaram a aplainar a estrada. “Depois de uns quinze dias, ele voltou a fechar o caminho: desta vez, com cerca. As crianças foram atrás dele com flecha pra não deixar ele colocar a cerca.”<sup>127</sup>

Uma das crianças que tentou impedir o vizinho foi [REDACTED], 14 anos. “Fomos até lá cortar o arame que ele usou pra fechar a estrada. O fazendeiro voltou e disse que não era pra cortar o arame: ‘Isso não é aldeia, a estrada é minha. Vou te matar se você abrir a estrada de novo.’ Apontamos a flecha nele. Ele mandou a gente embora: ‘Isso não é sua terra’, disse, e ficou filmando a gente. Ele disse que tinha revólver na caminhonete.”<sup>128</sup>

Então, de acordo com os indígenas, o fazendeiro chamou a Polícia Federal. “E acusou os índios de mexer na cerca dele”, continua a liderança [REDACTED]. “Depois fomos conversar com ele, mas ele não queria conversar. Estava com arma na mão. Mas conversamos. Ele prometeu liberar a estrada. E liberou. Depois, nunca mais tentou fechar.”<sup>129</sup>

Os indígenas do Tekoha Guarani, em Guaíra, também já

127 Entrevista em 26 out. 2015.

128 Entrevista em 26 out. 2015.

129 Entrevista em 26 out. 2015.

enfrentaram problemas com as tentativas do proprietário vizinho em fechar o caminho de terra que leva até a aldeia. “Ele fez buracos na estrada com a máquina, curvas de nível”, conta [REDACTED]. A questão se resolveu em um acordo de convivência intermediado pela Funai. No entanto, explica [REDACTED], o fazendeiro continua impedindo a entrada de transporte escolar. “O proprietário não aceitou que o ônibus viesse buscar as crianças aqui na aldeia. Já conversei com o Ministério Público Federal. E não adiantou.”<sup>130</sup>

Como veremos mais adiante, a atitude do fazendeiro em impedir a entrada do transporte escolar faz com que os estudantes indígenas tenham que esperar pelo ônibus em frente à sede da fazenda — o que as expõem a hostilidades por parte dos agricultores e suas famílias. O Tekoha Guarani ocupa terras reivindicadas por um dos líderes dos agricultores da região. A relação com os indígenas é muito ruim — e se expressa, sobretudo, em veículos trafegando em alta velocidade pela estrada que margeia a moradia dos Avá Guarani. Tais casos serão tratados mais adiante.

Em 2009, o proprietário vizinho ao Tekoha Karumbey, em Guaíra, cobrava aluguel dos Avá Guarani que moravam na aldeia. “Ele passava de casa em casa, todos os meses, pedindo o pagamento dessa espécie de imposto. E as famílias pagavam. Tinha gente que pagava trinta reais, tinha gente que pagava noventa reais. Eu paguei três vezes, porque, se não pagasse, ele dizia que ia expulsar a gente daqui”, explica [REDACTED], 49 anos. “Meu filho, [REDACTED], também pagou.” A indígena [REDACTED] conta que também cedeu às pressões do vizinho. “Paguei uma vez.”<sup>131</sup>

A situação mudou quando os moradores do Karumbey se juntaram e nomearam um cacique. Com a chegada da liderança, o proprietário deixou de cobrar aluguel, mas não deixou de hostilizar os Avá Guarani. “Ele colocou arame farpado para fechar a entrada do terreno, dizendo que era o dono dessa terra”, explica [REDACTED]. “Mas tudo foi resolvido quando fiz denúncia no Ministério Público Federal.”<sup>132</sup>

De acordo com os Avá Guarani, em 2014, outro vizinho também tentou impedir o acesso à aldeia Karumbey. “Ele fechou nossa saída. Se juntaram ali na frente, ficaram rindo da nossa cara. ‘Agora quero ver quem vai passar por aqui’, falaram. ‘Os índios vão ter que comprar avião ou helicóptero pra passar’”, conta [REDACTED]. “Isso aconteceu numa sexta-feira. Passou sábado e domingo, a gente foi ficando

130 Entrevista em 26 out. 2015.

131 Entrevista em 17 jan. 2016.

132 Entrevista em 17 jan. 2016.

nervoso, porque eles fecharam a saída que a gente usa. Na segunda-feira, chamei a Polícia Militar. Mas, quando os policiais chegaram, começaram a brincar com os vizinhos que tinham fechado nosso caminho. Falaram assim pra mim: ‘Eles têm direito de fechar, eles têm documento.’ E os vizinhos falaram: ‘Comprei, paguei, tenho documento. Aqui é nós que manda.’ Então eu fui no Ministério Público Federal. Passei a tarde inteira esperando o procurador me atender. Quando me atendeu, mandou os policiais dele pra cortar os arames e reabrir a entrada.”<sup>133</sup>

Cercas também se tornaram um grande problema na vida dos Avá Guarani que retomaram o Tekoha Araguaju, em Terra Roxa. “Fizemos um acordo com o fazendeiro, com a justiça e com a polícia de que a gente podia ficar aqui até haver estudo antropológico. O fazendeiro falou: ‘Então vamos colocar um arame. Vocês ficam do arame pra baixo, a gente fica pra cima.’ O cacique concordou. Deram prazo de trinta dias pra Funai trazer os palanques e o arame, que o fazendeiro ia colocar os peões pra fazer a cerca. A Funai trouxe, mas o fazendeiro não veio fazer a cerca. Então a gente fez a cerca onde a gente queria”, conta [REDACTED], liderança do Tekoha Araguaju.

“Fizemos uma picada no meio da plantação de milho. Dali três dias, o fazendeiro passou com avião e viu a cerca dentro do milho dele. Marcou outra audiência. E ele disse que não queria cerca lá. O juiz perguntou: ‘Por que você não fez a cerca?’ Ele quis tirar, a liderança concordou e no outro dia tiramos o arame e os palanques. Ficou sem cerca. Passou dois anos. Sem conversar com ninguém, eles começaram a balizar pra fazer uma cerca. Só que passaram bem mais pra baixo, a dez metros da minha casa. A gente não podia deixar barato. Eu e outros índios fomos lá, tiramos toda a baliza do fazendeiro e balizamos onde a gente queria, lá pra cima, daqui quinhentos metros. No outro dia vieram com trator, um caminhão cheio de palanque, mas não acharam a baliza. Daí voltaram. Falaram para o fazendeiro. Dali três dias, o fazendeiro chegou aqui com o advogado e reuniu com a gente aqui. Eles falaram que a gente tirou a baliza e estava querendo ser rei. E disse: ‘Vamos fazer a cerca onde nós queremos, seja por bem ou seja no pau.’ Eu respondi: ‘Se você quiser fazer no pau, vamos fazer no pau. Mas não vamos brigar com vocês.’ Eu sempre tenho crédito no celular. Liguei pra Polícia Federal. Em quarenta minutos eles chegaram. Daí o fazendeiro mudou: disse que iam fazer uma cerca onde os índios queriam. Daí fizeram a cerca. Dali pra frente, foi feito um acerto e um documento pra ele respeitar

133 Entrevista em 17 jan. 2016.

a gente e a gente respeitar ele. Não era pra ele puxar encrenca com a gente nem a gente puxar encrenca com ele. E era pra eles passar arrastão pra gente nessa parte que ficou aqui pra nós plantar duas vezes por ano. Eles assinaram, a liderança assinou, o papel tem assinado até hoje. Isso foi em 2010. Mas eles não cumpriram.”<sup>134</sup>

Além de uma fazenda, o Tekoha Araguaçu também tem como vizinha uma mineradora que extrai areia do Rio Paraná. De acordo com ■■■■■, a relação com os donos e funcionários da mineradora é igualmente ruim. “Eles têm uma terra de mais ou menos oito alqueires que é reserva, é mata. Mas eles soltam os bois deles lá, cem, duzentos bois, e deixam três meses, cinco meses”, conta a liderança. “Às vezes, os bois forçam a cerca, estouram o arame e destroem minha plantação. Eu planto milho, mandioca, batata, cana, banana, laranja, mexerica. Eles vão devorando o que encontram pela frente. Uma vez fui reclamar com os funcionários da mineradora e eles me disseram: ‘Você não manda aqui, índio. Quem manda aqui é a mineração.’”<sup>135</sup>

■■■■■, liderança do Tekoha Porã, em Guaíra, reclama que os vizinhos da aldeia, localizada dentro do perímetro urbano do município, frequentemente se embriagam e começam a hostilizar os índios. “Às vezes ficam tomando cerveja na rua, colocam som alto e começam a xingar a gente aqui”, explica. “Falamos que vão matar os índios. Mija pra dentro da aldeia e ficam mostrando o pinto pra mulherada aqui.”<sup>136</sup>

A maioria das hostilidades relatadas pelos Avá Guarani do Tekoha Marangatu, em Guaíra, é provocada pelos homens da Marinha, como já vimos, e também da Receita Federal, órgãos instalados ao lado da aldeia, à beira do Rio Paraná. O indígena ■■■■■, 74 anos, conta que foi abordado por homens que trabalham na Receita Federal em dezembro de 2015, quando passava pela mata do entorno da aldeia.

“Eu estava trazendo remédio natural que tirei do mato. Eram cascas de árvore, folhas, essas coisas”, relata. “Quando passei pela Receita Federal, o pessoal que faz a guarda de lá me parou. Estavam com uniforme, mas não tinham armas. Disseram pra mim que era proibido passar com remédio por lá. Eu tinha ganhado um cacho de banana, e também tiraram de mim.”<sup>137</sup>

A liderança do Tekoha Tatury, em Guaíra, ■■■■■, conta que em 2011 o proprietário que reivindica as terras dos Avá Guarani

134 Entrevista em 18 jan. 2016.

135 Entrevista em 18 jan. 2016.

136 Entrevista em 18 jan. 2016.

137 Entrevista em 20 jan. 2016.

apareceu embriagado na aldeia durante a noite. “Veio ele e um motorista, funcionário dele. Era umas nove horas da noite. Chegaram perguntando por mim. Eu não estava em casa, estava conversando na casa de um companheiro aqui. Ninguém contou onde eu estava. Disseram que eu tinha saído, que não estava na aldeia. Então foram embora. Não sei o que eles vieram fazer aqui bêbados.”<sup>138</sup>

Trabalhadores paraguaios que fazem serviços nas fazendas localizadas no entorno da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa, costumam xingar os índios de vagabundos. “Xingam em guarani. O guarani deles é um pouco diferente do nosso, mas a gente entende”, explica a liderança ■■■■■. “Uma vez passou um homem de carro pela estrada, parou, desceu, mostrou um pedaço de pau e também começou a xingar.”<sup>139</sup> ■■■■■ explica que os proprietários das terras localizadas no entorno da aldeia nunca provocaram ou ofenderam os indígenas do Tekoha Pohã Renda. “A relação é boa”, admite, “mas eles trancam tudo na justiça. Não deixam colocar água e luz. Dizem que podemos ficar na terra, mas não querem que exista aldeia.”<sup>140</sup>

Como já vimos, dentre as catorze aldeias Avá Guarani localizadas em Guaíra e Terra Roxa, sete não possuem abastecimento de água e oito não contam com fornecimento de energia elétrica devido à existência de conflitos possessórios na justiça e à negativa dos proprietários de terra em autorizar a instalação dos serviços nas áreas ocupadas pelos indígenas.

“Já fui no Ministério Público Federal muitas vezes pra pedir energia”, reclama ■■■■■, liderança do Tekoha Tajy Poty, em Terra Roxa. “Quando eu fui lá, disseram pra eu entrar em acordo com o fazendeiro. E me falaram que, enquanto não tiver acordo com fazendeiro, não vai colocar nem água nem luz na aldeia.”

■■■■■ sofreu algumas ameaças do fazendeiro que reivindica a posse da terra em que se encontra o Tekoha Tajy Poty, retomado pela sua família em 2012. A liderança, porém, enfrentou a hostilidade de proprietários vizinhos em outras aldeias onde morou. Quando participou da retomada do Tekoha Marangatu, por exemplo, ■■■■■ afirma que teve de lidar com as ameaças de membros da Marinha. “Falaram que a terra era da Marinha, mas eu falei: ‘Não, aqui é aldeia.’ Eu sei tudo dessa região. Era o tempo dos índios também lá, era aldeia. Eu falei pra ele assim. Daí ele queria me expulsar de lá,

138 Entrevista em 21 jan. 2016.

139 Entrevista em 22 out. 2015.

140 Entrevista em 22 out. 2015.

queria brigar, quase matou os índios lá nesse tempo.”<sup>141</sup>

Os Avá Guarani do Tekoha Yvy Porã, em Terra Roxa, também estão sem abastecimento de luz devido à recusa do proprietário em autorizar a instalação elétrica. O boicote ficou explícito em outubro de 2016, quando, depois de muita insistência dos indígenas e pressão sobre o Ministério Público Federal, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) deu início à instalação de postes na aldeia.

“Mediram, fizeram uns buracos e colocaram uns dez postes aqui. Daí foram embora, dizendo que voltariam pra terminar a instalação”, conta ██████████, 27 anos, liderança do Tekoha Yvy Porã. “Quando voltaram, alguns dias depois, tiraram tudo. Os funcionários disseram que tinham colocado os postes no lugar errado, que iam tirar e colocar no lugar certo, mas era mentira. Encostaram o caminhão e levaram tudo embora.”

Quando foram reclamar com a Copel, as lideranças ouviram que a empresa recebeu ameaças dos proprietários de terra vizinhos de que seria processada caso procedesse com a instalação da energia elétrica para os Avá Guarani. “Disseram que, agora, só depois da demarcação.”<sup>142</sup>

Além de deixar os indígenas sem luz, o fazendeiro vizinho à Yvy Porã tentou derrubar uma casa da aldeia em meados de 2015. “Ele veio primeiro com a caminhonete. Passou e foi até a igreja. Depois voltou. Depois mandou uma caminhonete pequena. Isso era quatro e meia da tarde”, explica ██████████. “De noite, às oito e meia, voltou com caminhonete, trator e caminhonete pequena. A gente tinha carpido e queimado um pedaço de mato pra plantar mandioca, pra ficar limpo. Daí ele viu lá. Ficou falando que a gente vai queimar na propriedade dele. Vieram três rapazes e depois veio trator atrás dele. Disse que ia entrar para apagar fogo, mas na verdade queria derrubar a casa. Juntamos o pessoal e fomos lá pra pegar ele. Daí ele correu. Liguei, mas a Polícia Federal não veio.”<sup>143</sup>

O Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, é outra aldeia que está sem luz devido à negativa do proprietário. “Já fomos várias vezes na Prefeitura, Ministério Público Federal, a gente não sabe mais o que fazer”, desabafa a liderança ██████████. “Cada vez que vamos lá falar sobre isso aí, eles falam que nossa área não é demarcada ainda, que fazendeiro não deixa.”<sup>144</sup>

141 Entrevista em 18 mai. 2016.

142 Entrevista em 14 nov. 2016.

143 Entrevista em 29 out. 2015.

144 Entrevista em 28 out. 2015.

O Tekoha Yvyraty Porã, vizinho ao Yvy Porã, enfrentou problema muito parecido quando a Copel finalmente atendeu à reivindicação dos indígenas e trouxe postes de luz. Diferente do que ocorreu na aldeia ao lado, porém, os funcionários sequer tiveram tempo de instalar os postes. “Trouxeram os postes, deixaram aqui e depois vieram pra levar embora, porque o fazendeiro não deixou nem colocar.”<sup>145</sup>

O abastecimento de energia, porém, não é o único problema na relação entre o proprietário vizinho e os Avá Guarani do Tekoha Yvyraty Porã. Em setembro de 2012, o fazendeiro soltou o gado no meio da aldeia. “Vieram tocando os bois, empurrando para os lados da comunidade. Tinha uma enfermeira aqui. Ela viu tudo. O gado passou pela aldeia inteira”, explica ██████████. “O gado pisoteou roças de mandioca e milho. Aconteceu um desperdício. Destruíu muita plantação. As mudas de árvores que estávamos plantando aqui, também destruiu. E uma mulher se machucou. Dois bois bravos correram atrás dela, e ela caiu.”<sup>146</sup>

A liderança ██████████ conta que durante um tempo o fazendeiro impedia que os supermercados da cidade fizessem entregas para os Avá Guarani do Tekoha Yvyraty Porã. “Ele mandou um papel para cada mercado dizendo pra não entregarem as compras que a gente faz. O dono do mercado que falou isso pra gente. Disse que, se fizer entrega, o fazendeiro ia prender o carro. Depois disso mudou. Agora tem supermercado que entrega nossa compra.”<sup>147</sup>

██████████, 41 anos, morador da Yvyraty Porã, relata a desavença que teve com proprietários vizinhos quando saiu caminhando pelas redondezas da aldeia em busca de seu filho. “Ele tinha ido pegar manga e estava demorando pra voltar. Como vi um carro indo pra mesma direção que ele tinha ido, resolvi ver o que estava acontecendo”, conta. “Quando a gente estava caminhando, veio o carro. Um rapaz, não sei de qual fazenda ele é, falou assim pra nós: ‘Ô, índio, o que você está fazendo aqui?’ Eu falei: ‘Tou indo atrás do meu filho, da minha filha, das crianças.’ Eu estava com meu arco e flecha, daí o mais velho falou pra mim: ‘Se você quer agredir nós aqui, eu tenho arma aqui.’ Eu larguei a flecha no chão pra nós conversar. E ele me disse: ‘Ô, índio, você é um vagabundo, você não respeita a minha propriedade.’ Eu falei: ‘Tá bom, paciência, eu vim atrás das minhas crianças, porque eles vieram buscar manga e não sei onde elas estão.’ Então o rapaz mais novo falou: ‘Ô, pai, calma, vamos

145 Entrevista em 14 nov. 2016.

146 Entrevista em 28 out. 2015.

147 Entrevista em 28 out. 2015.

conversar com ele.’ Então eu falei pra eles: ‘Índio não tem arma pra roubar.’ Quantas vezes o gado veio destruir minha plantação de cana, mandioca, e nunca ninguém roubou o gado dele. Por isso que o gado está sempre ali. A gente tenta espantar o gado com cachorro. Então a gente estava conversando com ele. E ele falou: ‘Vou tirar sua foto e vou levar, assim eu posso encontrar você sempre.’ Não sei o que ele vai fazer com a gente quando achar a gente aí. Se ele acabar, vai acabar só a carne do índio.”<sup>148</sup>

Os Avá Guarani do Tekoha Yvyraty Porã explicam que um dos fazendeiros vizinhos afirma frequentemente que “vai matar” qualquer índio que andar pela sua propriedade.<sup>149</sup>

## Armas de fogo

*É difícil tirar foto da placa, porque ele está com a arma na mão. Ninguém tem coragem de chegar perto. A gente não quer morrer.*

— ██████████<sup>150</sup>

“Eu escutei. Foi à noite. Era oito e meia, nove horas da noite, por aí. Um carro estava esperando o outro perto do buraco ali. Veio outro carro e saiu tiro. Não sei de onde veio”,<sup>151</sup> explica ██████████ sobre o dia em que os moradores da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa, ouviram disparos de armas de fogo. A liderança ██████████, seu irmão, também escutou o barulho. “Foram seis tiros, mas só encontramos uma bala na terra. Não sei se era briga de branco com branco ou se era pra dar pressão em nós aqui. Não sabemos quem foi. Mas sei que o tiro foi pra cá.”<sup>152</sup>

Armas de fogo têm sido utilizadas com alguma frequência para intimidar os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa. A pesquisa identificou ao menos 31 casos em que pessoas mostraram revólveres, pistolas e espingardas aos indígenas, ou atiraram para o alto com a intenção de amedrontá-los. Até mesmo crianças relatam haver sido

148 Entrevista em 19 mai. 2016.

149 Entrevista em 14 nov. 2016.

150 Entrevista em 17 mai. 2016.

151 Entrevista em 23 mai. 2016.

152 Entrevista em 23 mai. 2016.

ameaçadas por sujeitos armados — sobretudo quando adentram propriedades vizinhas para acessar recursos naturais disponíveis em matas e cursos d’água, como se verá mais adiante.

Em 12 de fevereiro de 2016, ██████████, 14 anos, compareceu à delegacia de Guaíra com seu pai, ██████████, 43 anos, para registrar um episódio ocorrido na tarde do dia anterior, quando voltava da escola. “Um motociclista todo de preto com sua motocicleta também preta efetuou um disparo de arma de fogo em sua direção e continuou circulando com a motocicleta, tomando rumo ignorado”, diz o boletim de ocorrência. ██████████ dá mais detalhes: “Ela nunca tinha visto a pessoa. O cara estava a vinte ou trinta metros da minha filha. Minha filha caiu por causa do tiro, machucou a perna. O tiro não pegou nela. Passou por cima da cabeça. O rapaz também não disse nada pra ela. Depois de atirar, ele funcionou a moto dele, fez buzina e foi pra cidade.”<sup>153</sup>

“Veio um carro da estrada e meteu tiro. Liguei para polícia, Funai, fui até a delegacia. Perguntaram quem havia dado o tiro. Eu não sabia”, conta ██████████, liderança da aldeia Tekoha Tajy Poty, em Terra Roxa, que registrou um boletim de ocorrência sobre o episódio em 21 de julho de 2014. “Deram um tiro e entraram no carro. Era de noite, umas nove horas da noite. Fiz uma fogueira ali, tomei chimarrão e a bala passou por cima.”<sup>154</sup>

O indígena ██████████ relata que em outubro de 2015 estava caminhando pelas redondezas da aldeia Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, onde mora, quando alguns adolescentes surgiram, agarraram-no pela camisa e quiseram tapar-lhe a boca. “Eu estava vindo com uma sacolinha de compras. Eles estavam armados, mas não roubaram nada.”<sup>155</sup>

██████████, liderança do Tekoha Porã, em Guaíra, relata três experiências diferentes com pessoas armadas dentro da aldeia e na cidade. “Em março de 2015, uma caminhonete com cinco pessoas armadas apareceu aqui às cinco horas da manhã. Eu escutei o barulho, levantei da cama e fiquei espiando”, conta. “Acho que vieram me matar, porque eu já tinha recebido ameaça de morte. Mas não sabiam onde ficava minha casa. Então foram embora.” Em 30 de novembro de 2015, ██████████ afirma que um homem mostrou-lhe um revólver na rua. “Teve também um dia, às dez da manhã, passaram pela pista e atiraram na direção da aldeia. Isso foi em abril de

153 Entrevista em 25 mai. 2016.

154 Entrevista em 23 out. 2015.

155 Entrevista em 25 out. 2015.

2016. Era uma caminhonete Toyota. As crianças estavam todas aqui na escolinha. Ainda bem que não pegou em ninguém.”<sup>156</sup>

Na aldeia Tekoha Porã, não é apenas a liderança que tem relatos sobre uso de armas de fogo contra os Avá Guarani. ■■■■■, morador da aldeia, explica que um homem armado perambulou em frente à sua casa em duas ocasiões em maio de 2016. “Ele veio com arma na mão. Eu estava dentro do barraco, ouvi e espiei. Era umas dez horas da noite. Não falou nada. Eu fiquei dentro de casa, quieto. Depois ele foi embora. Outro dia, voltou. Veio duas vezes, e então não apareceu mais.”<sup>157</sup>

Os indígenas do Tekoha Tatury, em Guaíra, relatam ao menos duas experiências com homens armados. Uma delas ocorreu dentro da aldeia. “Em 2011, chegaram doze pessoas armadas aqui, em três carros. Trouxeram armas pesadas, armamento bastante. A gente estava tudo na casa do vice-cacique. Passou três carros lá: preta, branca, 4x4, de carroceria. Chegou lá pelas onze horas da manhã e ficou fazendo tiro aqui até às três horas da tarde. Tem uma pedreira aqui, um buraco, ele foi fazer tiro ali. Depois ele saiu”, conta a liderança ■■■■■. “O pessoal que veio aqui levou tudo a bala, a polícia, porque a gente foi fazer boletim de ocorrência. Vieram aqui só pra atirar. Não conversaram com ninguém. Vieram só dar tiro. Começou igual pipoca, era bala pra todo lado. Depois a gente passou isso para a Funai.”<sup>158</sup>

Outro episódio, continua ■■■■■, foi registrado em 2013 na estrada de terra que liga o Tekoha Tatury à cidade de Guaíra. “Uma mulher chamada ■■■■■ saiu com uma criança pequena e outra mais grande pra buscar o filho mais pequeno que estava no Tekoha Marangatu. Quando estavam voltando, saiu um branco de chapéu, barbudo, com arma, deu três tiros em cima dos meninos pra assustar. Daí eles correram pra dentro da roça de milho. Fizemos boletim de ocorrência, mas não sabemos quem era esse homem.”<sup>159</sup>

A pesquisa identificou que o uso de armas de fogo contra os Avá Guarani pode ser aparentemente aleatório, como ocorreu com indígenas das aldeias Pohã Renda, Tajy Poty, Y’Hovy, Porã e Tatury. Em outros casos, porém, as pessoas que mostram aos indígenas seus revólveres, pistolas e espingardas também fazem ameaças ou algum tipo de pergunta relacionadas à permanência na terra ou à identidade das lideranças.

156 Entrevista em 18 jan. 2016.

157 Entrevista em 18 mai. 2016.

158 Entrevista em 21 jan. 2016.

159 Entrevista em 21 jan. 2016.

Em 2013, por exemplo, quatro homens armados entraram caminhando na aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa. “Eles pararam na frente da minha casa e me perguntaram: ‘Quem é o cacique?’”, conta ■■■■■. “Aí eu falei pra ele: ‘Aqui cacique não tem não.’ Eu perguntei o que eles tinham vindo fazer na aldeia, mas não responderam nada. Quando cheguei mais perto, ele disse: ‘Não chega perto de mim senão vou banhar você na bala.’ Eles estavam com armas na mão, pistola, revólver 38 e espingarda calibre 12. Não falaram com mais ninguém na aldeia. Depois foram embora. Eu nunca tinha visto nenhum deles nem nunca voltei a ver.”<sup>160</sup>

Caso semelhante ocorreu com o indígena ■■■■■, morador do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, que afirma ter sido abordado por homens armados em uma estrada nos arredores da aldeia em uma

160 Entrevista em 28 out. 2015.

RUY SPOSATI



noite de 2015, por volta das nove horas, quando voltava pra casa. “Eles me perguntaram se eu morava na aldeia. Eu disse que não, que eu estava vindo do Paraguai só pra fazer uma visita”, explica, dizendo que contou uma mentira por medo do que poderia acontecer caso dissesse que era indígena e que morava no Tekoha Araguaju. “Eles tinham pistola e me perguntaram: ‘Quem é o líder da aldeia?’ Eu disse que não sabia, que não morava aqui.”<sup>161</sup>

■■■■■■, liderança da aldeia Tekoha Araguaju, conta que sofreu uma emboscada em 2012, quando conduzia seu veículo nas cercanias da aldeia. “Eu tenho um Monza. Tinha colocado atrás um adesivo que falava assim: ‘Eu apoio a demarcação indígena’. Fui pra Terra Roxa, deixei meu carro estacionado e peguei um ônibus para Guaíra. Voltei às cinco horas da tarde. Peguei o carro e voltei para a aldeia. Quando entrei na estrada de chão, aqui perto já, tinha um cara moreno, magro, com uma bolsa, escondido atrás de um palanque de cerca. Ele deu um tiro no pneu do Monza. Olhei pelo retrovisor e vi ele vir correndo na minha direção. O pneu murchou, mas eu acelerei e vim pra aldeia.”<sup>162</sup>

Em agosto de 2015, a liderança do Tekoha Jevy, ■■■■■■, afirma que um homem adentrou a aldeia com uma arma na mão. “Ele disse que havia sido roubado por um Guarani e veio atrás”, conta. “Falou que ia matar o índio, pra mim mesmo ele falou. Vieram em moto, duas pessoas.”<sup>163</sup>

Morador do Tekoha Jevy, ■■■■■■, 22 anos, afirma que estava voltando do mercado na tarde de 17 de agosto de 2015, dia do seu aniversário, com alguns produtos para comemorar a data com os amigos e a família.

“Comprei refrigerante, bolacha, essas coisas. Estava passando de volta pelo campinho de futebol da vila quando saiu um rapaz ameaçando eu”, conta. “Ameaçou eu e depois falou que vai matar um índio. ‘Vaza daí, índio’, falou pra mim. Eu fiquei olhando. Chegou um rapaz com uma camiseta no rosto. Eles falaram que vai matar eu. O rapaz veio, apontou uma arma pra mim, pegou meu refrigerante, pegou tudo minha mercadoria. Um falou para o outro: ‘Vamos bater nesse índio.’ Eu comecei a tremer, quase comecei a chorar. Dei tudo pra eles e fui embora.”<sup>164</sup>

Os Avá Guarani do Tekoha Mirim, em Guaíra, afirmam que constantemente um rapaz passa de carro pela estrada que margeia a

161 Entrevista em 18 jan. 2016.

162 Entrevista em 18 jan. 2016.

163 Entrevista em 20 jan. 2016.

164 Entrevista em 20 jan. 2016.

aldeia, mostra uma arma de fogo e faz ameaças contra os indígenas. “Ninguém conhece ele aqui. Ele está sempre em um carro branco, passa bem devagar, xinga a gente de índio vagabundo e mostra a pistola”, conta ■■■■■■.<sup>165</sup>

■■■■■■, 73 anos, conta que em 2011 o proprietário vizinho utilizou um revólver para amedrontar os indígenas. “Umas crianças foram pra cortar cana e o vizinho deu um tiro pra cima.”<sup>166</sup>

## Acesso a recursos naturais

*A gente pega água na mina. Tem duas aqui perto. Não seca nunca, dá água o ano inteiro. Mas fica na terra do fazendeiro.*

— ■■■■■■<sup>167</sup>

Um grande número de relatos sobre uso de armas de fogo contra os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa ocorreu quando os indígenas tentavam acessar matas e cursos d’água, como rios e açudes, em busca de recursos naturais para sua subsistência.

No final de 2013, ■■■■■■, 75 anos, e seu filho, ■■■■■■, 16 anos, estavam pescando em um riacho que passa nas cercanias da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa, onde moram desde 2012. A noite já havia caído quando os dois indígenas, com lanternas na mão, ouviram um tiro. “Não vi de onde veio”, explica ■■■■■■. “Agora temos medo de voltar lá pra pescar.”<sup>168</sup>

Em outubro de 2015, os Avá Guarani do Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, sofreram ao menos duas ameaças com armas de fogo quando tentavam acessar recursos naturais nas redondezas da aldeia. “Fui pegar lenha. Apareceu um adolescente armado. Disse que eu não podia. Pisou na lenha e me mostrou uma arma”, explica ■■■■■■, 34 anos, que prontamente obedeceu o agressor e voltou pra casa.<sup>169</sup> ■■■■■■ relata que estava no açude com algumas crianças da aldeia. “Expulsaram a gente de lá com armas, dizendo que

165 Entrevista em 17 mai. 2016.

166 Entrevista em 17 mai. 2016.

167 Entrevista em 29 out. 2015.

168 Entrevista em 22 out. 2015.

169 Entrevista em 25 out. 2015.



RAFAEL NAKAMURA

iam matar. Antes, a gente sempre ia pescar e tomar banho no açude. Agora não deixam mais.”<sup>170</sup>

“Sofri ameaça de um rapaz armado quando estava voltando do rio, onde fui pescar com minha esposa”, relata o indígena ██████████, 40 anos, morador da aldeia Tekoha Nhemboete, em Terra Roxa. “Ele disse pra eu não pescar mais no rio.”<sup>171</sup>

██████████, 14 anos, sofreu pelo menos duas ameaças com armas de fogo nas proximidades do Tekoha Nhemboete.<sup>172</sup> Em 2014, estava caçando pombas com estilingue quando foi abordado por um homem armado. “O fazendeiro disse que eu não podia matar a natureza. Eu disse que estava caçando só pra me alimentar, porque não tinha comida. Então ele falou que ia vir com pistoleiro pra matar a gente. Eu estava sozinho, fiquei com medo e sumi no meio da mata”, explica. Em 2009, logo depois de os Avá Guarani terem retomado o Tekoha Nhemboete, ██████████ estava com outras crianças e adolescentes da aldeia — ██████████, ██████████, ██████████ e ██████████

170 Entrevista em 25 out. 2015.

171 Entrevista em 26 out. 2015.

172 Entrevista em 26 out. 2015.

— colhendo jaboticabas. “Enchemos a sacolinha. Quando tiramos uma mandioca pra comer, chegou um careca, mostrou um revólver e deu oito tiros, na terra e pra cima. A gente era bem criança, ficamos com medo. Depois, o fazendeiro derrubou todas as árvores de fruta, só pra gente não comer mais.”

██████████, 20 anos, moradora da aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, conta que foi pescar e tomar banho no rio com seis outros indígenas na tarde de 25 de outubro de 2015. “O administrador da fazenda apareceu lá de carro, com cachorro”, explica. “Deu cinco ou seis tiros pra cima. E foi atrás da gente.” ██████████ diz que não foi a primeira nem a última vez que isso aconteceu. “Ele sempre aparece lá quando as crianças estão no rio. Vai com um Gol branco ou com uma Hilux preta. Leva cachorro e dá tiro pra cima.”<sup>173</sup>

██████████, 34 anos, que também mora no Tekoha Yvyraty Porã, afirma que sofreu ameaça parecida em agosto de 2015. “Fui pescar lá embaixo, perto da Vila Guarani, com meus dois cunhados. Era de tardezinha. Estávamos pegando minhoca e descemos até o rio. A gente chegou no rio já estava anoitecendo. Começamos a pescar.

173 Entrevista em 28 out. 2015.

RAFAEL NAKAMURA





RUY SPOSATI

Pegamos um bagrezinho. Então apareceram três rapazes armados, gritando pra gente. A gente passou para o outro lado do rio e entrou no mato. Eles vieram atrás, com uma lanterna. Saímos correndo. Eles gritavam: ‘Índio, índio, índio, vou dar um tiro no índio!’ Passamos no meio de um mandiocal e viemos embora.”<sup>174</sup>

Há ainda outro caso no Tekoha Yvyraty Porã. “Fui pescar com dois amigos. Quando a gente estava pescando, vimos dois homens vindo lá de baixo”, conta [redacted], 41 anos. “A gente estava tranquilo. De repente, eles deram um grito: ‘Corre, índio!’ E deu um tiro. Eu gritei de volta: ‘Pra que correr?’ Ele falou de novo: ‘Corre, índio!’ Então eu saí de lá, devagar. Ele deu outro tiro: ‘Corre, índio! Se você não correr, você vai morrer!’”<sup>175</sup>

174 Entrevista em 28 out. 2015.

175 Entrevista em 19 mai. 2016.

Em maio de 2015, cerca de doze crianças da aldeia Tekoha Yvy Porã, em Terra Roxa, também foram ameaçadas com arma de fogo quando desceram até o rio. “Elas foram pegar água no rio, porque aqui tem pouca água. Elas desceram pra tomar banho antes de ir pra escola”, relata a liderança [redacted]. “Então atiraram pra cima da criança. Não sei se queriam matar a criança, mas não acertaram. Todo mundo correu. Quando chegaram aqui, elas avisaram a gente. Fomos até lá, mas não tinha mais ninguém. Não vimos quem fez isso.”<sup>176</sup>

De acordo com a liderança [redacted], os Avá Guarani do Tekoha Marangatu, em Guaíra, são constantemente impedidos por membros da Marinha de pescar em determinadas partes do Rio Paraná que margeiam o território da aldeia. “Na parte da Marinha dá pra pescar bastante, mas eles não deixam a gente entrar lá. Então, a gente pesca só na beirada. Tem que falar pra eles não proibirem a pesca dos índios.”<sup>177</sup>

## Lideranças

*O índio que está levando ameaça é mais a liderança. O fazendeiro está com os olhos nas lideranças. O cacique não dá jeito de sair de noite, na rua, na lanchonete.*

— [redacted]<sup>178</sup>

[redacted], liderança da aldeia Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, afirma que nunca sofreu ameaças diretamente. “Mas já me mandaram muitos recadinhos por meio de pessoas da comunidade, dizendo que iriam me tirar do caminho, que eu não iria durar muito.”

Em 2014, explica [redacted], um adolescente da aldeia chamado [redacted] estava caminhando pela cidade. “Então passou um carro, mostraram uma foto minha e da [redacted] no celular, perguntou se ele conhecia e disseram que iam matar a gente.” Outra vez, também em 2014, duas meninas da aldeia — [redacted] e [redacted] — estavam no ponto de ônibus, voltando da escola, e dois senhores de bicicleta

176 Entrevista em 29 out. 2015.

177 Entrevista em 20 jan. 2016.

178 Entrevista em 17 jan. 2016.

perguntaram se elas conheciam ■■■■■ e ■■■■■, outra liderança do Tekoha Y’Hovy. “E disseram: ‘Eles têm que se cuidar, porque os fazendeiros vão matar eles.’”

Há ainda mais casos: “Em 2012, pouco tempo antes da campanha contra a demarcação, eu estava vindo para a aldeia em bicicleta. Uma caminhonete preta me alcançou, reduziu a velocidade e me ultrapassou. Parei. A caminhonete parou. Me deu um arrepio. Voltei pra trás e a caminhonete seguiu adiante”, explica. ■■■■■ relata ainda que estava indo para o centro de Guáira em dezembro de 2013 quando um carro branco passou por ele, abriu a janela e deu um tiro para o alto. “Em abril de 2015”, diz, recordando outro episódio, “eu estava chegando da cidade. Quando entrei na porteira da aldeia, uma caminhonete ficou em cima de mim, com o farol apagado. Deu ré e voltou. Eu sempre via essa caminhonete. Ela costumava me seguir à distância.”<sup>179</sup>

Os “recados” também já chegaram aos ouvidos de ■■■■■, 44 anos, liderança da aldeia Tekoha Araguaju, em Terra Roxa. “Um branco que conheço, que tem amizade comigo, um dia me avisou que tinha pistoleiro paraguaio perguntando meu nome na cidade”, explica. “Ele me disse assim: ‘Tem gente querendo te pegar. É gente que anda armada.’ Eu até liguei para o delegado investigar isso.”<sup>180</sup>

A liderança da aldeia Tekoha Nhemboete, ■■■■■, também já recebeu ameaças por recado. Em junho de 2014, o adolescente ■■■■■, 18 anos, disse que estava na cidade de Terra Roxa quando foi abordado por um sujeito. “Era um cara baixinho. Quando cheguei na porta de um bar, ele saiu e pediu licença pra me perguntar uma coisa: ‘Você sabe o nome do cacique?’ Eu falei que não sabia”, conta. “Depois que saí de lá, com a minha moto, uma caminhonete ficou me seguindo.”<sup>181</sup>

■■■■■, liderança da aldeia Tekoha Karumbey, em Guáira, tem um relato semelhante. “Já levei muita ameaça aqui. Mandaram falar pra mim que iam me atropelar. Outra vez, em 2010, o motorista da Funai disse que um cara falou pra ele que queria me matar.” Ameaças diretas também já foram feitas contra ■■■■■. “Uma vez eu estava andando na rua, em 2014, e veio um Gol prata. Quando passou por mim, o motorista me chamou: ‘Ô, ô, ô!’ E fez assim com a mão, imitando um revólver.”<sup>182</sup>

179 Entrevista em 25 out. 2015.

180 Entrevista em 18 jan. 2016.

181 Entrevista em 26 out. 2016.

182 Entrevista em 17 jan. 2016.

A liderança da aldeia Tekoha Jevy, ■■■■■, afirma que já recebeu ameaças pelo menos três vezes. A primeira, conta, ocorreu em 2013. “Eu estava com minha esposa próximo ao quartel militar que fica perto da rodoviária. Vieram de moto branca e me xingaram. Me chamou pelo nome, era um velho: ‘■■■■■, você invadiu muita terra.’ Passou e voltou de novo: ‘Qualquer hora, ■■■■■, você vai resolver seu problema comigo’”, relata a liderança do Tekoha Jevy. “O que acontece mais é isso aí. É difícil eles ficarem lá pra eu perguntar o nome. Não tem jeito de saber o nome da pessoa. Ele andou uns quarenta metros e desceu da moto. Eu peguei meu celular e liguei para a polícia: ‘Seu parente tá querendo bagunçar comigo, você venha olhar aqui.’ Ele me viu ligar, desconfiou, subiu na moto e foi embora. Nunca mais vi.”

As outras duas ameaças contra ■■■■■ — muito parecidas entre si e provavelmente feitas pela mesma pessoa — ocorreram em 2014. “Estava na cidade de Guáira, perto da assistência social, e chegou uma pessoa de moto, dizendo: ‘■■■■■, amanhã vai sair demarcação pra você.’ Eu sei isso aí. Demarcação que eles falam pra nós é o cemitério. Daí saiu, foi cinquenta metros e voltou de novo: ‘Pode esperar, amanhã vai sair demarcação pra você.’ Ele falou assim. Estava bravo.” A outra ameaça ocorreu quando ■■■■■ estava sentado em frente à Coordenação Técnica Local da Funai, esperando atendimento. “Passou uma caminhonete branca. Parecia a mesma pessoa de novo. E falou assim: ‘Vai sair demarcação pra você daqui uns poucos dias.’”<sup>183</sup>

■■■■■, liderança da aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, afirma que estava em casa com sua esposa, na tarde de 17 de maio de 2016, quando chegou um carro vermelho e parou diante de sua porta. “O homem ficou olhando e depois me chamou. Eu perguntei pra ele o que ele queria. Ele me perguntou: ‘Você não sabe de remédio? Dizem que o bugre sabe fazer remédio.’ Eu falei: ‘Onde você escutou essa palavra que você está me falando agora? Eu não conheço o que é bugre. Já ouvi várias vezes isso. Eu sou índio, índio mesmo, índio guarani’”, conta. “Então eu perguntei pra ele: ‘O que você tá sentindo? Tá sentindo dor?’ Ele disse que não, que estava procurando remédio. Eu falei: ‘Sem saber o que você tem, não sei te dar remédio. Índio sabe fazer vários tipos de remédio, mas tem que saber o que você está sentindo.’”

■■■■■ explica que se tratava de um homem com os cabelos brancos, com barba também branca, e com cerca de 80 anos de

183 Entrevista em 19 jan. 2016.

idade. “Ele então me disse: ‘Eu já matei muitas pessoas lá em Ponta Porã.’ Eu perguntei: ‘Onde você mora agora?’ ‘Eu moro aqui na Vila Guarani, sou uma pessoa muito rica. E ainda consigo matar.’ Então eu respondi: ‘Não estou perguntando pra você quantas pessoas você matou nem se tem vontade pra matar, mas, se for a minha vida pra você matar, eu estou aqui.’ Ele respondeu: ‘Não, não.’ E ficou abaixando a cabeça. Depois, disse que estava indo pra casa do filho dele, que mora em Terra Roxa. Quando ele chegou, ele perguntou: ‘Você que é o chefe da comunidade?’”, conclui [REDACTED].

Não foi a única vez que a liderança da aldeia Yvyraty Porã recebeu visitas estranhas. “Em maio, às três horas da madrugada, um homem bateu palma bem na porta da minha casa. Depois de dez minutos, abri a porta e não tinha mais ninguém.”<sup>184</sup> [REDACTED] afirma que constantemente recebe “recados” de gente conhecida, nos arredores da aldeia ou na cidade, sobre o perigo que estão correndo. “Dizem que o fazendeiro está arrumando pistoleiro pra mim, que vão matar os índios. Dizem pra gente ter cuidado, essas coisas.”<sup>185</sup>

O cacique [REDACTED], da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, relata que, em 2013, recebeu uma ameaça por telefone. “Eu estava pescando na beira do Rio Paraná. Tocou meu celular. Atendi. Ele falou que estava me esperando no boteco Náutica pra me matar. Falou que tinha um calibre 32 pra me matar. Falou meu nome, tinha meu telefone, mas não sei quem era, não conhecia a voz dele. Falou de terra também”, explica. “Ele estava sabendo que as lideranças estavam indo pra Brasília. Falou que, antes de eu ir pra Brasília, era pra eu me acertar com ele. Eu estava indo com as lideranças.”<sup>186</sup>

184 Entrevista em 19 mai. 2016.

185 Entrevista em 14 nov. 2016.

186 Entrevista em 20 jan. 2016.

## Cidade

*Quando nós saímos na cidade, o branco sempre tá olhando diferente em nós.*

*Com certeza ele quer alguma coisa em nós.*

— [REDACTED]<sup>187</sup>

“Só não acontecem mais agressões porque a gente evita sair sozinho na cidade”, conta [REDACTED], cacique da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa. “A gente sabe que os brancos não gostam de índio na cidade, então a gente não dá motivo. A gente mesmo evita. Se não evitar, a gente sabe o que acontece. Todo mundo é contra nós.”<sup>188</sup>

Em agosto de 2015, a indígena [REDACTED], 42 anos, saiu da aldeia Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, onde mora, para sacar seu benefício do Bolsa Família em uma casa lotérica. Na volta, parou para comprar um espetinho nas redondezas da rodoviária. Estava com duas crianças, seus filhos, quando um homem se aproximou. “Começou a ameaçar a gente, dizendo em voz alta que ia matar todos os bugres”, conta. “Fiquei com medo e fui embora.”<sup>189</sup>

[REDACTED], 32 anos, que também mora no Tekoha Y’Hovy, passou por uma situação constrangedora em outubro de 2014. “Eu estava limpando o espelho da academia onde trabalhava como faxineira havia oito dias”, lembra. “Uma mulher estava fazendo ginástica naquele momento. Quando ela me viu, saiu correndo.” De acordo com [REDACTED], a mulher foi reclamar com o dono da academia sobre a presença de uma indígena no estabelecimento. “Ela falou que, se eu continuasse trabalhando lá, ela iria sair da academia. Eu vi e ouvi tudo. Ela ameaçou até chamar a polícia.” Como resultado, [REDACTED] foi demitida. “Ela fez isso por puro preconceito”, conclui a Avá Guarani.<sup>190</sup>

[REDACTED], 18 anos, outra moradora do Tekoha Y’Hovy, afirma que em 2015 entrou em uma loja de Guaíra para comprar um par de sapatos. “Não quiseram me atender porque eu era índia”, conta. “Daí fui embora e comprei em outra loja.”<sup>191</sup> Também em 2015, [REDACTED] foi procurar tábuas em um terreno de Guaíra onde as pessoas

187 Entrevista em 28 out. 2015.

188 Entrevista em 22 out. 2015.

189 Entrevista em 25 out. 2015.

190 Entrevista em 25 out. 2015.

191 Entrevista em 25 out. 2015.

costumam jogar entulho. Estava acompanhado de mais três indígenas. “Um rapaz saiu de moto atrás da gente, xingando, dizendo que ia matar os índios.”<sup>192</sup>

██████████ afirma que seu irmão, ██████████, levou a bicicleta para fazer alguns reparos em uma bicicletaria de Guaíra em abril de 2016. “Daí chegou um alemão e xingou ele”, explica. “Disse que, ainda bem, não tem mais emprego pra índio na cidade. Ficou falando essas coisas em voz alta para o meu irmão escutar.” No fim, o dono do estabelecimento se recusou a atender o indígena. “Comigo também já aconteceu de me xingarem”, continua ██████████, relatando um caso ocorrido em 6 de maio de 2016. “Eu estava saindo aqui da Y’Hovy. Passou um ônibus cheio de criança e ficaram gritando: ‘Índio! Índio!’ Nunca tinha acontecido antes comigo.”<sup>193</sup>

██████████, 23 anos, morador da aldeia Tekoha Guarani, em Guaíra, afirma que já foi xingado diversas vezes na cidade. “Às vezes a gente sai e eles chamam a gente de bugre”, diz. “A maioria das vezes aconteceu na rodoviária.”<sup>194</sup>

Em 2010, ██████████, 25 anos, morador da aldeia Tekoha Karumbey, trabalhava como garçom em uma lanchonete de Guaíra. E sofreu uma série de assédios dos clientes. “Eles ficavam me atormentando no serviço”, explica. “Por causa das ameaças, tive que sair do emprego.”

De acordo com ██████████, as piadas eram frequentes. “Os advogados dos fazendeiros frequentam muito lá. Meu patrão era gente boa, mas não tinha como trabalhar. As pessoas ficavam bebendo, e quando estavam bêbadas ficavam me pressionando, falando coisas que não deviam. Eu era um funcionário normal, fazia meu serviço. Mas eles falavam para o dono da lanchonete: ‘Cuidado com o índio que ele vai tomar sua lanchonete. Daqui uns dias vai aparecer o cacique e invadir aqui.’ Essas coisas. Disseram que, se me vissem por aí, eu ia entrar na bala. Falaram que queriam me encontrar. Falaram que iam me matar: ‘Um cara desse merece morrer’, diziam. Eu ficava quieto. Mas me encheram tanto o saco que tive que sair. E fiquei desempregado.”<sup>195</sup>

██████████, 19 anos, moradora do Tekoha Porã, em Guaíra, conta que estava comprando refrigerante em um bar da cidade, em 2015, quando foi abordada. “Parou um homem de carro, me mostrou um

192 Entrevista em 25 out. 2015.

193 Entrevista em 21 mai. 2016.

194 Entrevista em 19 mai. 2016.

195 Entrevista em 17 jan. 2016.

revólver e foi embora.”<sup>196</sup> ██████████, 14 anos, que mora na mesma aldeia, relata que durante um período em 2015 era perseguida por um sujeito em motocicleta. “Eu saía às sete horas para trabalhar no restaurante, e vinha um homem atrás de mim, de moto, bem devagar. Todo dia ele fazia isso. Mas nunca me falou nada. Depois, parou.”<sup>197</sup>

Indígenas da aldeia Tekoha Jevy também relatam ameaças e hostilidades sofridas na cidade. ██████████, 30 anos, conta que, em 2015, dirigiu-se a uma loja de suprimentos veterinários em Guaíra para comprar remédio para seu cachorro. “Tinha três pessoas lá. Daí um falou pro outro, em voz alta: ‘Não quero gente feia na minha frente’”, explica. “Estavam falando de mim, né? Só tinha eu de índio lá. Mas fiquei quieto. Comprei meu remédio e saí. Eles fazem isso pra provocar a gente. Se a gente responde, eles vão querer brigar.”<sup>198</sup>

██████████, 38 anos, estava circulando pela cidade de Guaíra à procura de emprego em fevereiro de 2015 com sua carroça. “Um cara passou do meu lado em um carro branco de quatro portas e me xingou”, diz. “Falou que ia me matar: ‘Foi você que invadiu minha terra? No dia em que te encontrar de novo, sozinho, vou te matar.’ Eu não falei nada, fiquei quietinho.”<sup>199</sup>

██████████, 27 anos, morador da Tekoha Jevy, foi xingado nas ruas de Guaíra em pelo menos três ocasiões: ouviu que não existe índio em Guaíra e que todos foram trazidos do Paraguai.

Em janeiro de 2016, quando saía de uma frutaria localizada perto da rodoviária, um rapaz se aproximou de ██████████. “Ele falou que eu era paraguaio. Eu disse que era daqui mesmo. Ele me perguntou onde eu morava. Eu disse que morava na aldeia. Daí ele ficou bravo, me falou um monte de coisa, e eu fui embora. Ele disse que antigamente não tinha índio aqui, que ele era militar e que ia acabar com todos os índios daqui, porque senão os índios iam tomar a cidade.”

Outro xingamento ocorreu em março de 2015. “Foi num mercado que também fica perto da rodoviária. Eu estava com minha esposa, compramos quatro espetinhos. A gente estava comendo quando saiu um rapaz de dentro do mercado. Não sei se ele era paraguaio, mas conversou comigo em guarani. Ele me perguntou quem era o cacique da Jevy. Eu disse: ‘Lá não tem cacique, é todo mundo cacique.’ Daí ele me disse que não tinha índio em Guaíra, que eu vim do Paraguai. Eu não respondi nada, porque se responder fica pior. Daí ele disse: ‘A

196 Entrevista em 18 jan. 2016.

197 Entrevista em 18 mai. 2016.

198 Entrevista em 20 jan. 2016.

199 Entrevista em 20 jan. 2016.

gente vai resolver esse problema algum dia.’ Então eu saí de lá.”

O terceiro caso ocorrido com ██████ teve lugar em fevereiro de 2016. “Peguei emprestada a moto do meu irmão e fui até a casa do meu cunhado. Cheguei num posto de gasolina, pedi para o frentista abastecer a moto, paguei e saí. Então apareceu um motoqueiro atrás de mim. Não sei porque, mas ele me xingou. Olhou na minha cara, falou que índio não presta e que um dia eles iam acabar com os índios daqui. Depois acelerou e foi embora”, relata. E conclui: “É muito preconceito com a gente.”<sup>200</sup>

Também morador do Tekoha Jevy, ██████, 24 anos, foi hostilizado em Guaíra em 22 de dezembro de 2015. Estava se dirigindo à aldeia, passando pela Vila Eletrosul, bairro da periferia da cidade. “Quando passei na frente de um bar, ouvi umas pessoas dizendo que iam me pegar”, diz. “Vieram atrás de mim de carro. Eram quatro pessoas. Eu estava com uma sacolinha na mão. Eles perguntaram: ‘O que você está levando na sacolinha?’ Nada, eu disse, só uma blusa. Daí ele pegou a sacolinha de mim, olhou, viu que não tinha nada de valor e jogou no chão. Quando fui pegar a sacolinha, ele deu ré no carro pra cima de mim. Daí eu corri pro meio do mato e me escondi. Eles saíram do carro, mas não conseguiram me pegar. Isso me assustou demais.”<sup>201</sup>

██████, 74 anos, morador da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, conta a experiência que teve em um mercado da cidade. “Ficaram me olhando o tempo inteiro, como fazem com todos os Guarani. Fiz as compras, paguei e fui embora. O pessoal que fica fazendo a guarda estava com ar de desprezo. Ficavam cuidando de mim, como se um ET tivesse entrado no mercado”, lamenta. “Quando saí, começaram a varrer o chão por onde passei.”<sup>202</sup>

A liderança do Tekoha Marangatu, ██████, relata que em 2005 dirigiu-se a um posto de combustíveis de Guaíra para abastecer sua moto. “Não sei se era um funcionário ou o dono do posto, mas ele saiu com uma pistola na mão: ‘Vocês querem ganhar terra aqui em Guaíra?’, perguntou. Daí saiu uma mulher e falou pra ele: ‘O que você tá pensando? Vai atirar no homem aí? Ele é nosso cliente, sempre vem abastecer aqui.’ Então ele entregou a arma pra mulher, sossegou e entrou.”<sup>203</sup>

Em 2014, ██████, cacique da aldeia Tekoha Tatury, em Guaíra,

200 Entrevista em 22 mai. 2016.

201 Entrevista em 22 mai. 2016.

202 Entrevista em 20 jan. 2016.

203 Entrevista em 20 jan. 2016.

afirma que estava saindo do mercado quando foi abordado por três homens. “Passei por eles, e eles começaram a tirar foto de mim, bem de perto. Eu falei: ‘Pra que você quer minha foto?’ Ele ficou quieto e eu fui embora.”<sup>204</sup>

“Quando eu vou pra Terra Roxa, várias vezes me xingam. Xingam muito. Falam que sou bugre. Desde que eu nasci é assim”, afirma ██████, liderança da aldeia Tekoha Tajy Poty. “Na cidade, não trata como gente o índio. Trata como bicho.”<sup>205</sup>

## Serviços públicos

*Nós temos orgulho de nós, porque somos índio puro, índio guarani. Nós tudo temos documento nas nossas mãos. Tudo que tem documento e faz parte do Brasil, faz parte da cidadania. Então, por que essas leis nos tratam assim, rebaixando nosso direito?*

— ██████<sup>206</sup>

A liderança do Tekoha Pohã Renda, ██████, precisava de um atestado de antecedentes criminais para ser contratado como professor da escolinha improvisada que ensina a língua guarani para as crianças da aldeia. “Quando cheguei na delegacia de Terra Roxa, o policial falou: ‘Você veio aqui porque com certeza tem problema na terra. O índio não quer paz, só quer briga, quando aparece índio na região os policiais não têm mais sossego.’ Depois ele perguntou o que eu queria, e eu disse que queria tirar meus antecedentes criminais. Ele falou que a gente vem pra atrapalhar eles.”<sup>207</sup>

As hostilidades que sofreu na delegacia são incomparáveis à humilhação que ██████ e sua família passaram quando seu tio, Simeão Benites Rocalde, sofreu um acidente de moto e morreu na estrada que liga a aldeia à cidade de Terra Roxa. Simeão era a principal e mais antiga liderança do Tekoha Pohã Renda. “Ele era nosso livro”, define ██████. A dor causada pela sua morte, que já era grande,

204 Entrevista em 21 jan. 2016.

205 Entrevista em 18 mai. 2016.

206 Entrevista em 28 out. 2015.

207 Entrevista em 22 out. 2015.

intensificou-se e ganhou contornos de rebeldia quando ■■■■ percebeu que o dinheiro que estava com Simeão no momento do acidente havia desaparecido. “Quando entregaram os documentos do meu tio, na Polícia Federal, eu perguntei: ‘Onde está o dinheiro?’”, explica ■■■■. “Eles disseram que não tinha dinheiro nenhum. Mas tinha.”

De acordo com a liderança, seu tio havia ido até a cidade em 26 de abril de 2015 para sacar a aposentadoria pela primeira vez na vida. Com o benefício, comprou uma moto. Vinha dirigindo de volta à Pohã Renda quando perdeu o controle, caiu e faleceu. “Como o policial disse que não sabia de dinheiro nenhum, fui atrás da enfermeira. Ela disse que tinha entregado tudo pra minha tia. Então fui atrás do policial que atendeu à ocorrência do acidente, lá em Palotina, e ele disse que tinha entregado todo o dinheiro na mão da enfermeira. Voltei pra falar com a enfermeira, ela disse de novo que já tinha entregado tudo pra minha tia, que ele tinha só quarenta reais. Então falei pra ela: ‘Fui na polícia e disseram que você que pegou o dinheiro.’ Ela disse: ‘Não, não peguei. Mas vou descobrir quem é que atendeu seu tio primeiro.’ Daí ela foi atrás, até que conseguiu achar quem tinha pegado o dinheiro.”<sup>208</sup>

A enfermeira a que ■■■■ se refere é ■■■■, 26 anos, funcionária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Terra Roxa e responsável pelo atendimento aos indígenas que moram nas aldeias do município. “Os indígenas me explicaram que o Simeão comprou a moto à vista e que tinha sobrado dinheiro na bolsa”, explica. “Quando aconteceu o acidente, eu estava na aldeia. Me dirigi até o local, parei lá e vi que era um indígena. Quando cheguei, já tinha ambulância, já tinha Instituto Médico Legal e polícia, além dos curiosos. Depois que levaram o corpo, o policial me disse que tinha um dinheiro na bolsa dele e que iria me entregar. Eu chamei o motorista que estava de plantão pra receber o dinheiro junto comigo. E me deram algumas notas de 20, de 10, era dinheiro picado. Não me lembro exatamente, mas acho que era em torno de setenta reais. O dinheiro estava molhado com a bebida que ele levava na bolsa. O policial me entregou o dinheiro, e eu entreguei pra família. Então, quando o ■■■■ me falou, eu disse que já tinha entregado pra ele. Então ele disse: ‘Não, tinha mais dinheiro. Tinha uns mil reais.’ Daí eu fui procurar saber o que estava acontecendo.”

Enquanto tentava descobrir o paradeiro do dinheiro de Simeão, ■■■■ afirma que recebeu a ligação de outra enfermeira de Terra Roxa, dizendo que precisava conversar. “Daí ela me contou: ‘Eu é que fui com a ambulância socorrer o acidente.’ Na época, um

208 Entrevista em 23 mai. 2016.

diretor do transporte da área da saúde que estava dirigindo a ambulância. Eles foram um dos primeiros a chegar. Viram que Simeão tinha morrido e ligaram pra polícia. O motorista olhou na bolsa e viu que tinha um dinheiro. E, segundo ela, disse: ‘Tem um dinheiro aqui.’ Eles guardaram a bolsa, que tinha o documento dele e as compras do mercado. Depois que a polícia chegou, eles vieram embora. Enquanto eles estavam voltando, ele disse pra ela: ‘Vamos pegar esse dinheiro pra nós?’ Ela disse: ‘Não, não quero.’ E gravou um áudio dele fazendo a proposta de pegar o dinheiro. Ela me mostrou o áudio. Ela falou pra secretária de Saúde e para o prefeito, e o motorista foi mandado embora.”

Depois de conhecer a história, ■■■■ afirma que recebeu outra ligação: desta vez era o diretor do hospital de Terra Roxa. “Ele disse que o dinheiro estava lá com ele, que era pra eu ir lá pegar”, relata. “Eu disse que não ia, que quem deveria ir era alguém da família e que eu poderia acompanhar. Liguei para a liderança ■■■■, contei que haviam encontrado o dinheiro, e ele disse que eu poderia ir sozinha, que ele confiava. Então o rapaz que pegou o dinheiro disse que havia ficado com as notas na intenção de me entregar, mas só resolveu fazer isso na semana seguinte. Era tudo nota de 100. Dava pra ver que o dinheiro estava meio sujo. Ele não gastou. Mas nisso ele já tinha sido demitido. Coloquei o dinheiro no envelope, lacrei e entreguei para o ■■■■.”

De acordo com ■■■■, o caso passou de boca em boca e acabou tendo muita repercussão em Terra Roxa. “Não saiu na imprensa, mas todo mundo ficou sabendo. Fizeram boletim de ocorrência, me chamaram na delegacia pra prestar depoimento. O ■■■■ denunciou o motorista. Enfim, uma situação bem chata.”<sup>209</sup> No final, a família de Simeão Benites Rocalde recuperou 1.200 reais. “A gente tinha contado quanto tinha sobrado pra ele, porque ele comprou moto e emprestou um pouco para um amigo. Fez uma comprinha pequena. A gente calculou quanto que tinha sobrado, mais ou menos, e era isso.”<sup>210</sup>

■■■■, liderança do Tekoha Yvy Porã, em Terra Roxa, explica as hostilidades que os moradores da aldeia costumam sofrer em postos de atendimento público. “Muitas vezes a gente chega na Prefeitura ou na assistência social, na educação, e quando nós chegamos lá e pedimos algum recurso pra criança, pra escola, sempre duas pessoas que estavam trabalhando lá falavam que não existe índio em Guáira e Terra Roxa”, conta, relatando um episódio ocorrido fevereiro de

209 Entrevista em 23 mai. 2016.

210 Entrevista em 23 mai. 2016.

2015. “A gente ia reclamar alimentação e roupa pra criança, e eles falaram que não existe índio aqui. Nós estamos aqui em nosso país mesmo, mas eles sempre falam isso. Ou então dizem: ‘É a Funai que tem que arrumar alguma coisa pra você.’”<sup>211</sup>

Os Avá Guarani da aldeia Tekoha Porã, em Guaíra, têm relatos parecidos. ■■■■■, 23 anos, conta que em maio de 2016 se dirigiu ao posto de saúde da cidade em busca de atendimento. “Quando cheguei, começaram a falar entre eles, em voz alta, pra eu escutar, que índio não trabalha, que índio é vagabundo, que ganha cesta básica. Uma das pessoas que ficou falando mal dos índios era funcionária de lá”, explica. “A mulher que trabalha no posto não queria fazer cartão sus pra mim. No fim, acabou fazendo, mas sem vontade. Eu já estava indo embora, quando ela me chamou e fez o cartão. Antes, ficou falando que eu não pertencia lá.”<sup>212</sup>

Quando se dirigiu à assistência social de Guaíra em busca de uma oportunidade de emprego, ■■■■■, 38 anos, morador da aldeia Tekoha Jevy, teve que enfrentar as ofensas de um funcionário público. “Falaram que índio tem que morrer de fome, que ninguém quer índio.”<sup>213</sup>

## Trabalho

*A gente já tá sabendo que o povo de Guaíra que tem roça não quer mais dar serviço pra índio. Todo mundo sabe disso. Querem deixar o índio morrer de fome.*

— ■■■■■<sup>214</sup>

Um determinado relato, muito recorrente entre os Avá Guarani de todas as aldeias de Guaíra e Terra Roxa, é sobre a dificuldade em encontrar trabalho remunerado na cidade ou em fazendas da região. “Não tem serviço pra índio”, é o que os indígenas dizem escutar uma e outra vez quando saem em busca de oportunidades de emprego — e as entrevistas dão conta de que esse bordão é repetido inclusive por

211 Entrevista em 29 out. 2015.

212 Entrevista em 18 mai. 2016.

213 Entrevista em 20 jan. 2016.

214 Entrevista em 18 mai. 2016.

funcionários públicos encarregados de encaminhar currículos e intermediar a relação de empresas e trabalhadores.

“Trabalho desde os 14 anos. Antes eu conseguia diária por aí como pedreiro, arrancar mandioca, cortar lenha, reciclagem. Faço qualquer serviço. Agora eu procuro, mas não acho”, revela ■■■■■, 23 anos, morador da aldeia Tekoha Porã, em Guaíra. “A coisa tá parada. Nem diária acha mais. A turma fala por aí que não tem trabalho pra índio.”<sup>215</sup>

■■■■■, 23 anos, também tem encontrado dificuldades para conseguir trabalho. “Uma vez estávamos indo arrancar mandioca, daí chegou um velhinho que é dono da fazenda e disse para o cara que queria contratar nós: ‘Não tem que pegar índio, tem que pegar outro, índio não é pra pegar.’”, conta. “A gente tá querendo trabalhar, mas tá todo mundo parado. Eu trabalhava de servente de pedreiro, na diária, mas agora não querem mais pegar indígena. Falam isso pra mim quando ando na rua caçando serviço, perguntando nas obras. Me dizem que está proibido pegar índio. Já me falaram isso umas dez vezes, tanto em obra quanto em roça. Faz tempo que não consigo uma diária. Trabalhar registrado, nunca trabalhei.”<sup>216</sup>

■■■■■, morador da aldeia Tekoha Y’Hovy, conta como foi recebido no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Guaíra. “Fui procurar trabalho, mas lá me disseram que eu não tinha direito porque sou índio.”<sup>217</sup> Essa narrativa é onipresente nos relatos dos Avá Guarani que recorreram ao CRAS em busca de uma ocupação. ■■■■■, 19 anos, moradora da aldeia Tekoha Porã, tentou procurar emprego na mesma instituição. “Me disseram que não tinha pra índio, que não está mais pegando índio.”<sup>218</sup>

Diversos relatos de hostilidades sofridas durante atendimento de colocação trabalhista no CRAS se referem às tentativas dos Avá Guarani de conseguir uma vaga em agroindústrias da região, como a C. Vale e a Copagril. As empresas aparecem constantemente nas entrevistas como as principais promotoras do boicote empregatício contra os indígenas de Guaíra e Terra Roxa.

“Em junho de 2015, fui no CRAS procurar emprego. Tinha oito índios e dez brancos lá comigo. Então, chamaram os índios de canto e disseram que a C. Vale não ia contratar nenhum índio. Os brancos conseguiram emprego”, explica ■■■■■, 28 anos, morador da

215 Entrevista em 18 mai. 2016.

216 Entrevista em 18 mai. 2016.

217 Entrevista em 25 out. 2015.

218 Entrevista em 18 mai. 2016.

aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra. “Eu ouvi isso da boca de um funcionário da c. Vale, não foi ninguém que me contou não. Ele foi lá no CRAS e falou isso pra gente.”<sup>219</sup>

██████████, morador do Tekoha Mirim, em Guaíra, afirma que uma vez se dirigiu ao CRAS em busca de emprego na Copagril. “Me perguntaram: ‘Você é índio?’ Eu disse que sim. E então disseram: ‘Eles não pegam índio.’”<sup>220</sup> ██████████, 44 anos, morador do Tekoha Tatury, em Guaíra, tem um relato muito parecido. “Fui no CRAS procurar emprego na c. Vale. E o pessoal do CRAS mesmo me falou que não tinha pra índio. Na Copagril, pior ainda.”<sup>221</sup>

Além de relacionarem c. Vale e Copagril ao repetitivo bordão “não tem serviço pra índio”, os relatos apontam para uma demissão em massa dos Avá Guarani que estavam contratados por ambas empresas. “Em 2015, trabalhei três meses na c. Vale em Palotina. Depois fui lá de novo pra trabalhar e falaram que não queriam mais índios, que não iam mais dar emprego pra índio. Daí me dispensaram também”, explica ██████████, 38 anos, morador da aldeia Tekoha Jevy, em Guaíra.<sup>222</sup> ██████████, que vive na mesma aldeia, complementa: “Aqui tem cinco pessoas que estavam trabalhando na c. Vale, mas o gerente expulsou todos eles.”<sup>223</sup> Com pequenas variações, tais relatos se repetem em todas as aldeias de Guaíra e Terra Roxa, sem exceção.

De acordo com ██████████, liderança da aldeia Tekoha Araguaju, os órgãos da Prefeitura de Terra Roxa responsáveis por oferecer vagas de trabalho também costumam hostilizar os Avá Guarani que recorrem a esse serviço em busca de emprego. “Isso acontece com quase cada um aqui. Se a pessoa chegar lá e falar que é índio, na hora eles expulsam.”<sup>224</sup>

██████████, 33 anos, morador do Tekoha Yvy Porã, em Terra Roxa, explica o que ouviu quando foi até a cidade pedir serviço em julho de 2015. “Falaram que pra mim não tem serviço, porque sou índio. Uma vez tinha construção na cidade, uma obra. Fui pedir serviço pra trabalhar, daí o capataz falou assim pra mim: ‘Para os índios não tem serviço.’ Procurei em outro lugar, mas não achei. Já fui bastante vez pedir serviço. Pedi uma vez para o fazendeiro aqui, pra catar milho pra ele. Mas me expulsaram. Daí voltei triste, né, porque não quiseram ajudar e em casa não tinha nada pra comer. Ele falou pra mim:

219 Entrevista em 20 jan. 2016.

220 Entrevista em 17 mai. 2016.

221 Entrevista em 21 jan. 2016.

222 Entrevista em 19. Jan. 2016.

223 Entrevista em 20 jan. 2016.

224 Entrevista em 18 jan. 2016.

‘O dia em que o índio aparecer na minha fazenda, vou matar.’”<sup>225</sup>

██████████, morador do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, viveu uma situação parecida quando pediu emprego para um homem que arrendou terras vizinhas à aldeia. “Ele me disse: ‘Não dou serviço pra índio porque índio só gosta de beber e encrencar, e depois coloca o patrão no pau. Não quero índio trabalhando pra mim’”, conta. “Eles deixam de dar serviço pra nós, que estamos aqui do lado, e trazem paraguaio lá de Curuguaty pra trabalhar pra eles ganhando nada.”<sup>226</sup>

A sensação de serem “trocados” por paraguaios em situação de extrema precariedade como mão de obra barata nas fazendas da região

225 Entrevista em 29 out. 2016.

226 Entrevista em 18 jan. 2016.

RUY SPOSATI



é muito difundida entre os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa. “Deixaram a gente pra trás”, concorda ■■■■■, liderança da aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa. “Preferem trazer trabalhador de longe. Tem bastante paraguaio vem trabalhar aqui. Pagam pouca coisa pra eles.”<sup>227</sup>

■■■■■, liderança do Tekoha Tatury, em Guaíra, reclama que o proprietário das terras que ficam no entorno da aldeia não dá serviço para os índios. “Ele dá trabalho pra outro, mas não para o indígena. Semana passada tinha um monte de paraguaio carpindo aqui. Não era nem brasileiro, era paraguaio. Traz eles lá de longe”, explica. “Paga mais barato pra eles, por isso é que puxa eles de lá.”<sup>228</sup>

Nos últimos anos, há pelo menos três registros de que trabalhadores paraguaios foram mantidos em situação análoga à escravidão por produtores rurais de Guaíra e Terra Roxa. O caso mais recente ocorreu em 21 de julho de 2015, quando a Polícia Federal e fiscais do Trabalho prenderam os agricultores Everton Stefenon e sua mãe, Izabel Maciak Stefenon. O dono da propriedade e chefe da família, Adenir Stefenon, seria preso depois. De acordo com notícias veiculadas à época, uma denúncia anônima levou as autoridades até a propriedade. “No local foram constatados os fatos e realizamos a prisão em flagrante da mulher e do filho, já que o proprietário não se encontrava no momento da abordagem”, disse o delegado Fernando Bertuol.<sup>229</sup>

A acusação afirma que “sete paraguaios estavam sem receber salários, expostos a jornadas de trabalho exaustivas [cerca de quinze horas por dia] e sem usufruir de condições mínimas de dignidade para a própria subsistência” após terem sido contratados pelos Stefenon para a colheita da mandioca.<sup>230</sup> Além disso, o alojamento dos trabalhadores era precário, “sem a instalação de banheiros”, e não tinham “meios para retornarem ao Paraguai”.<sup>231</sup>

Em entrevistas, a família Stefenon explicou que os paraguaios foram contratados por um intermediário, e garantiu que pagaria

227 Entrevista em 28 out. 2015.

228 Entrevista em 21 jan. 2016.

229 “Guaíra — Força policial resgata paraguaios trabalhando como escravos”. *Portal Guaíra*, 21 jul. 2015. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-forca-policial-resgata-para-guaios-trabalhando-como-escravos/>>.

230 “Depois de duas semanas, produtor de Guaíra é solto”. *Canal Rural*, 5 ago. 2015. Disponível em <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/justica-defere-habeas-corpus-para-produtor-guaira-58051>>.

231 “Depois de duas semanas, produtor de Guaíra é solto”. *Canal Rural*, 5 ago. 2015. Disponível em <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/justica-defere-habeas-corpus-para-produtor-guaira-58051>>.

aos trabalhadores 4.500 mil reais pela colheita de 170 toneladas de mandioca. “A gente pagava para o chefe [deles]. Todo dia ele vinha pedir dinheiro pra nós. Agora, como e o que ele fazia, eu não sei — diz Izabel.”<sup>232</sup>

Cerca de cem produtores rurais fizeram uma manifestação pelas ruas de Guaíra contra a operação policial que prendeu os Stefenon.<sup>233</sup> A Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip) e o Sindicato Rural de Guaíra mobilizaram uma campanha pelas redes sociais e na imprensa regional contra a acusação de trabalho escravo à família de agricultores.

Adenir Stefenon ficou preso por dezesseis dias, até 5 de agosto, quando foi solto após receber um *habeas corpus* e pagar fiança de 20 mil reais. O mesmo valor havia sido cobrado do filho e da esposa, que saíram da cadeia um dia depois de terem sido presos.<sup>234</sup>

Outro caso de trabalho escravo nas propriedades rurais de Guaíra ocorreu em 13 de novembro de 2014, quando um grupo de doze indígenas — entre eles, cinco menores de idade — trazidos do Paraguai foi flagrado sendo transportado de um alojamento para uma fazenda. De acordo com notícias veiculadas à época, a Polícia Federal recebeu uma denúncia anônima e prendeu um homem suspeito de ser o aliciador dos trabalhadores. Então, começou a investigar o caso.

“Os índios dormiam em um alojamento com espaço para acomodar seis pessoas em beliches. Alguns sem colchão. Outros se acomodavam fora do cômodo. Todo dinheiro recebido era entregue ao homem, que descontava as refeições servidas ao grupo.”<sup>235</sup> O homem afirmou às autoridades que trazia os trabalhadores indígenas ao Brasil a pedido de fazendeiros de Guaíra. E contou que o grupo flagrado em condições análogas à escravidão estava no país desde 1º de outubro de 2014, trabalhando em lavouras de mandioca e milho.<sup>236</sup>

232 “Família de produtores é presa por trabalho escravo”. *Canal Rural*, 30 jul. 2015. Disponível em <<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/familia-produtores-presa-por-trabalho-escravo-57953>>.

233 “Agricultores protestam contra prisão de família suspeita de trabalho escravo”. *G1*, 25 jul. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/07/agricultores-protestam-contraprisao-de-familia-suspeita-de-trabalho-escravo.html>>.

234 “Depois de duas semanas, produtor de Guaíra é solto”. *Canal Rural*, 5 ago. 2015. Disponível em <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/justica-defere-habeas-corpus-para-produtor-guaira-58051>>.

235 “Guaíra — PF investiga trabalho escravo indígena em propriedades rurais”. *Portal Guaíra*, 19 nov. 2014. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-pf-investiga-trabalho-escravo-indigena-em-propriedades-rurais/>>.

236 “Guaíra — PF investiga trabalho escravo indígena em propriedades rurais”. *Portal Guaíra*, 19 nov. 2014. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-pf-investiga-trabalho-escravo-indigena-em-propriedades-rurais/>>.

Em 2013, treze trabalhadores paraguaios foram libertados pelas equipes da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social na cidade paranaense de Mercedes, vizinha a Guaíra e Terra Roxa. Uma reportagem diz que, “de acordo com o Ministério Público do Trabalho, os trabalhadores estavam ‘expostos a atividade extremamente penosa, notadamente quebrar pedras que estão sendo retiradas em trecho da rodovia BR-163’. Segundo relatório da procuradora Sueli Bessa, que acompanhou o caso, o grupo foi aliciado no Paraguai e acabou escravizado. ‘A situação análoga está posta nos depoimentos colhidos perante a Polícia Federal, bem como a indicação do período laborado’, detalha”.<sup>237</sup>

A predileção dos agricultores de Guaíra e Terra Roxa por trabalhadores oriundos do lado de lá da fronteira ativou um artifício de sobrevivência em alguns Avá Guarani que buscam viabilizar sua subsistência no Oeste do Paraná e, assim, permanecerem nas terras que reivindicam. Um indígena do Tekoha Araguaçu explica que, em 2013, conseguiu serviço como pedreiro em Terra Roxa dizendo que era paraguaio. “Pra disfarçar, eu saía aqui da aldeia, ia até Guaíra e, de Guaíra, pegava ônibus para Terra Roxa”, explica. “Mas não adiantou muito: me mandaram embora quando descobriram que eu era índio e morava na aldeia.”

Em 2014, esse mesmo indígena conta que trabalhava em um silo na cidade de Marechal Cândido Rondon. “Os gerentes que contratavam a gente diziam: ‘Vocês não podem falar que são índios, têm que dizer que são paraguaios, senão o povo vai se revoltar e fazer alguma coisa contra vocês.’ Por isso, quando perguntavam onde a gente morava, a gente sempre respondia: ‘Em Salto del Guairá’”, conta, fazendo referência à cidade que fica do outro lado da fronteira. “Enquanto pensavam que a gente era paraguaio, todo mundo gostava da gente no trabalho. Mas descobriram. E então não gostavam mais de nós.”<sup>238</sup>

Quando, apesar de todas as dificuldades, conseguem trabalho, os Avá Guarani ainda estão sujeitos a outros tipos de hostilidade. ■■■■■, 19 anos, moradora da aldeia Tekoha Porã, explica que recebia um salário muito baixo e era constantemente ofendida pelos demais funcionários do restaurante em que trabalhava lavando louça, em Guaíra. “O patrão não queria me pagar bem e queria que eu ficasse até às oito horas da noite. Os empregados não me chamavam pelo

237 “Após libertação, paraguaios escravizados são obrigados a deixar o país”. *Repórter Brasil*, 4 mar. 2013. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2013/03/apos-libertacao-para-guaios-escravizados-sao-obrigados-a-deixar-o-pais/>>.

238 Entrevista em 18 jan. 2016.

The image shows a Facebook post from the page 'Ongdip'. The post is titled 'Manifesto' and is dated '24 de julho de 2015'. The text of the post is as follows: 'A ONGDIP vem a público manifestar seu apoio à família Stefanon e repúdio à forma pela qual a mãe e o filho desta família foram detidos pelas forças públicas, e eles mais o pai expostos por certos meios de comunicação de nossa cidade e região. Esta família é conhecida de todos os moradores do Maracajú dos Gauchos, são pessoas de bem, pequenos agricultores que trabalharam a vida inteira para obterem seu sustento e garantirem o pouco que têm. São pessoas que residem há anos no local e não invasores ou foragidos. As pessoas que eles contrataram para trabalhar ali estavam por livre vontade. Como é comum em nossa comunidade, região, incluído as cidades paraguaias vizinhas, se contratada mão-de-obra para prestação de algum serviço de curta duração. Todos, família e os sete trabalhadores paraguaios estavam sem trabalhar, aguardando a diminuição das chuvas que castigam nosso estado nos últimos dias. Se as instalações eram precárias para os trabalhadores, bastaria ver a simplicidade do lar dos próprios proprietários, para se ver o absurdo de se pensar isto desta família. Com certeza os zelosos agentes do estado e os bomocistas de plantão, fariam bem mais pela sociedade se os primeiros fossem à casa de quem é conhecido em nossa cidade, com respeito por estas. Que ali fossem sem presumir que sejam bandidos, ainda mais tendo em vista a quantidade de funcionários públicos, pagos com nossos impostos, colocados nesta ação. É de se supor, então, que o tráfico e outros problemas estejam sanados na região. Aos politicamente corretos que querem ver trabalho "escravo" na propriedade dos outros, antes de qualquer coisa, que aprendam a viver do próprio trabalho, produzam que nem aquela família e os trabalhadores que ali estavam, deixem de viver do trabalho alheio, que aí conversamos. Por fim, mais uma vez, houve aqueles tipos que querem ser tidos de "jornalistas" e da "imprensa", apenas para viver da miséria da vida de uns e estragar a vida de outros. Os discursos rasos que houve em algumas "mídias" que se esconde atrás de "ouvir o outro lado" de liberdade de

nome, só me chamavam de ‘bugra’ ou ‘bugrinha’.”<sup>239</sup>

“Colegas de serviço uma vez ficaram falando alto, quando eu estava perto, que iam colocar os índios no porta-malas e jogar o carro no rio”, conta ■■■■■, morador do Tekoha Y’Hovy, em Guaíra.<sup>240</sup> ■■■■■, que vive na mesma aldeia, explica que não recebeu o pagamento prometido pelo dono de um hotel fazenda da região. “Eu fazia serviço de limpeza. Comecei, mas depois de doze dias me mandaram embora. Deveria ter recebido 400 reais, mas ganhei apenas 150 reais. O patrão também ficava me chamando de índio, e não pelo meu nome. E eu tenho nome.”<sup>241</sup>

Começar um serviço também não é nenhuma garantia de que poderão concluí-lo. Marciano relata que certa vez foi contratado

239 Entrevista em 18 mai. 2016.

240 Entrevista em 25 out. 2015.

241 Entrevista em 25 out. 2015.

como diarista para colocar cercas em uma fazenda. “Trabalhei quatro dias”, diz. “Então, o dono da fazenda descobriu que tinha indígenas trabalhando na terra dele e mandou todo mundo embora. ‘Vocês são índios, né?’ A gente disse que sim. ‘Então pode deixar as ferramentas aí e vão embora.’ Isso aconteceu comigo e com mais dois. Quando a gente estava saindo, ele disse: ‘Pra mim, vocês são igual veneno.’”<sup>242</sup>

██████████, morador da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, afirma que conseguiu emprego em uma empreiteira no início de 2016. “Eu estava trabalhando, fazendo pavimentação de pedra em uma estrada. Já estava fazendo o serviço. Dali a pouco vieram os chefões da firma e pararam a gente. Disseram que estava dando problema, que índio não pode trabalhar. Daí dispensaram nós.”<sup>243</sup>

“Em setembro de 2015, a gente estava arrancando mandioca aqui em Guaíra. Arrancamos uma carga de caminhão cheio de mandioca. Éramos dezenove índios aqui da Jevy, arrancando e picando”, relata ██████████, 30 anos. “Quando era mais ou menos umas três horas da tarde, chegou o dono da roça. A gente não tinha sido contratado pelo dono da roça, mas pelo encarregado, que pegou uma empreitada com ele. Então o dono chegou e disse: ‘Quem falou pra vocês virem aqui nessa roça?’ Então dissemos que viemos com o encarregado. ‘Não tem trato com ele pra trazer índio.’ Ele perguntou em que aldeia a gente morava, depois subiu no carro e foi embora. A gente já tinha enchido um caminhão de mandioca. Duas horas depois, lá pelas cinco horas, chegou o encarregado e falou: ‘O dono da roça falou pra vocês terminarem de encher esse caminhão e irem embora. Não quer mais índio na propriedade dele.’ Pagaram a gente só pela mandioca que já estava no caminhão. A que estava no chão ficou lá.”

██████████ explica que desde então não conseguiu mais emprego. “A gente tem dificuldade pra sustentar a família. Até 2013, por aí, a turma da cidade sempre vinha aqui na aldeia pegar peão pra trabalhar, carpir soja, carpir mandioca, tirar mato, um monte de serviço. Depois, não vieram mais.”<sup>244</sup>

██████████, 36 anos, morador da aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, tem um relato semelhante. “Eu estava trabalhando colhendo milho. Então chegou o patrão e disse: ‘Índio, pode parar agora. Não quero nem olhar na cara de índio.’ Todos os indígenas que estavam trabalhando comigo tiveram que parar. A gente era em oito. Ele expulsou a gente da roça. Pagou, mandou embora e nunca

242 Entrevista em 25 out. 2015.

243 Entrevista em 20 jan. 2016.

244 Entrevista em 20 jan. 2016.

mais deu serviço.”<sup>245</sup>

██████████, liderança do Tekoha Araguaçu, em Terra Roxa, afirma que costumava fazer alguns “bicos” para a mineradora localizada ao lado da aldeia. “Tinha um gerente paraguaio que gostava de mim e me dava uns serviços na diária: limpeza de pátio, cortar grama, essas coisas. Mas descobriram que ele estava me dando serviço e mandaram ele embora. Para os próximos que vieram trabalhar de gerente, avisaram que, se me dessem serviço, iam ser demitidos. É uma discriminação isso.”<sup>246</sup>

A situação adversa fez com que muitos Avá Guarani da região recorressem à coleta de materiais dispersos no aterro sanitário de Guaíra para garantir a sobrevivência. Essa situação atingiu sobretudo os moradores da aldeia Tekoha Tatury, em Guaíra, que fica mais próxima ao chamado “lixão”.

“A latinha que foi jogada, o índio aproveita, porque não tem serviço”, explica a liderança ██████████.<sup>247</sup> A proibição dessas atividades em todo o país, em cumprimento ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, impediu que os indígenas dessem continuidade à garimpa-gem no aterro da cidade — e a aplicação da lei contra os indígenas que insistem em recorrer ao “lixão” tem seguido os mesmos padrões de violência e hostilidade que determinam a relação do poder público e da sociedade guairenses com os Avá Guarani.

“Se a fiscalização encontra o indígena catando latinha, manda o segurança. Dá tiro em cima do indígena no lixão”, conta ██████████. “Outro dia mandaram camburão pra recolher os indígenas de lá, fez tiro, o indígena teve que correr. Teve um velhinho de 70 anos que mora aqui que a polícia pegou ele no lixão e levou na delegacia.”<sup>248</sup>

██████████, que também mora no Tekoha Tatury, explica o que aconteceu quando foi ao lixão com a mãe procurar latinha. “O guardinha chegou quando a gente estava catando as coisas. Daí ele disse: ‘O que vocês estão fazendo aqui? Você sabe que é proibido vir aqui! Vocês estão pegando coisa pra comer?’ A gente disse que não, que estava só pegando latinha. Daí ele falou: ‘De onde vocês são? Do Paraguai?’ A gente disse que era daqui mesmo. ‘Eu conheço todo mundo aqui de Guaíra, sou nascido e criado aqui’, ele disse. ‘Vocês são do Paraguai.’ A gente disse que era do Brasil mesmo. Depois ele mandou a gente ir embora. Se não, disse que ia levar a gente pra delegacia.”<sup>249</sup>

245 Entrevista em 28 out. 2015.

246 Entrevista em 18 jan. 2016.

247 Entrevista em 21 jan. 2016.

248 Entrevista em 21 jan. 2016.

249 Entrevista em 21 jan. 2016.

## Escola

*Muitas vezes os índios têm possibilidade de estudar e se qualificar. A gente tenta buscar isso, mas chega lá e é apedrejado. Muita gente acaba desistindo. Tem que ser muito corajoso.*

— ██████████<sup>250</sup>

*A gente vai na escola é pra estudar, não pra ser maltratado.*

— ██████████<sup>251</sup>

Tão recorrentes quanto as hostilidades sofridas pelos Avá Guarani que saem da aldeia em busca de trabalho são as hostilidades sofridas pelas crianças, adolescentes e até mesmo adultos indígenas nas escolas e no transporte escolar de Guaíra e Terra Roxa.

Como já vimos, apenas uma aldeia — Tekoha Marangatu, em Guaíra — possui uma escola estadual de ensino fundamental: a Escola Indígena Mbyja Porã. O Tekoha Jevy, também em Guaíra, conta com duas salas de aula de alvenaria, mas apenas para o ensino da língua guarani. Nas demais aldeias, existem apenas escolinhas improvisadas, construídas com tábuas, também exclusivamente destinadas ao ensino da língua guarani.

Como consequência, os alunos indígenas têm que frequentar as escolas da cidade desde muito cedo. De acordo com caciques e lideranças, isso facilita a ocorrência de hostilidades e provoca sofrimento nos estudantes indígenas. “É melhor a criança estudar na aldeia do que na cidade. Minhas filhas já foram xingadas muitas vezes. Pra mim mesmo o professor já falou”, comenta ██████████, liderança do Tekoha Tajy Poty, em Terra Roxa. “A criança pequena não sabe bem o português. Por isso, sofre muito.”<sup>252</sup>

A liderança do Tekoha Marangatu, ██████████, que também é professor, acredita que as crianças indígenas devem estudar dentro da aldeia até ficarem mais velhas. “Até o nono ano, pelo menos, e sair só pra fazer o ensino médio. Daí já vai sair daqui maduro, já vai

250 Entrevista em 17 jan. 2016.

251 Entrevista em 23 mai. 2016.

252 Entrevista em 18 mai. 2016.

saber se defender.”<sup>253</sup>

Os casos de maus-tratos, ofensas, humilhações e inclusive agressões cometidos contra os Avá Guarani por outros alunos e até mesmo por professores se multiplicam nos relatos dos moradores das aldeias da região.

Em 2014, uma criança da aldeia Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa, foi deixada sem merenda na escola. “Trancaram ela na sala durante o recreio e não deixaram ela sair pra comer”, explica ██████████, afirmando que, depois do ocorrido, a criança se mudou com sua mãe para a aldeia Tekoha Nhemboete. Depois, foram embora para o Mato Grosso do Sul.<sup>254</sup> “Ela voltou chorando e desmaiou de fraqueza quando chegou em casa.”<sup>255</sup>

Um caso semelhante ocorreu em 2014 com ██████████, 8 anos, morador da aldeia Tekoha Nhemboete, em Terra Roxa. “Ele foi deixado sem merenda”, afirma ██████████, seu pai. “Chegou aqui morrendo de fome.”<sup>256</sup> ██████████, 14 anos, também morador do Tekoha Nhemboete, afirma que é frequentemente hostilizado pelos colegas. “Tem um aluno que fica me chamando de ‘bugrinho’, ‘índio’, ‘vagabundo’.”<sup>257</sup>

██████████, 14 anos, mora no Tekoha Karumbey e estuda no colégio Amália Flores, em Guaíra. “Me chamavam de ‘bugra’, ‘índia suja’, diziam que eu não tinha dinheiro, muitas coisas. Era quase todo dia. Mas eu nunca liguei pra isso. Nem ficava triste. Podem me chamar de índia. Sou índia mesmo.”<sup>258</sup>

██████████, liderança do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, explica que em 2015 funcionários do colégio Kennedy se recusaram a servir a merenda completa para sua filha de dez anos. “Não quiseram dar frango pra ela, deram só o osso. Disseram que índio tem que comer osso, não pode comer carne”, protesta. “Ela chegou chorando em casa.”<sup>259</sup>

██████████, professor de guarani na aldeia Tekoha Jevy, em Guaíra, explica que seus alunos relatam constantemente as ofensas que sofrem nas escolas da cidade. “Os brancos têm essa ‘brincadeira’, que acaba virando xingamento: ‘bicho’, ‘macaco’, ‘só bicho que mora no mato’. Nossa criança fica quieta, porque não adianta discutir com

253 Entrevista em 25 mai. 2016.

254 Por esse motivo, a pesquisa não conseguiu entrevistá-la.

255 Entrevista em 23 mai. 2016.

256 Entrevista em 14 nov. 2016.

257 Entrevista em 26 out. 2015.

258 Entrevista em 17 jan. 2016.

259 Entrevista em 22 mai. 2016.

eles. Se discutir, pode ficar pior.”<sup>260</sup>

■■■■■, que mora na aldeia Tekoha Porã e estuda no colégio Jardim Zeballos, em Guaíra, diz que enfrenta “bastante problema” na escola. “Chamam a gente de ‘bugre’”, lamenta. “Eu tento não prestar muita atenção no que os outros alunos dizem de mim, mas um dia estava estudando, quieta, e ficavam falando: ‘Sua bugra!’ e ‘Você não tem nada!’ Às vezes eu abaixo a cabeça e fico pensando: eles falam mal da minha roupa, das minhas coisas, dizem que a gente não tem nada, não tem roupa adequada, ficam falando que a gente é feio, cheira mal, só usa roupa feia. Os professores nem ligam, né? Nem veem essas coisas acontecendo. Os alunos xingam a gente quando o professor está longe. Mas às vezes o professor fala umas coisas também. Uma vez escutei a professora de história falando que os bugres não valiam nada. Fiquei triste com isso.” ■■■■■ explica que nunca se queixou com a direção da escola sobre a hostilidade com que é tratada. “Tenho medo de que eles falem todas essas coisas pra mim de novo — e não para aqueles que me trataram mal.”<sup>261</sup>

As mães da aldeia Tekoha Tatury, em Guaíra, estão preocupadas com os maus-tratos que seus filhos sofrem nas escolas da cidade. “Meu filho tem dez anos, estuda no colégio Maria Silva Roger, e me disse que chamam ele de ‘bugre’ e judiam dele. Uma vez deram um chute no peito dele na escola”, explica ■■■■■, 29 anos. “Ele sempre reclama de estudar no meio das crianças brancas, que ficam xingando ele.”<sup>262</sup>

A indígena ■■■■■, moradora do Tekoha Y’Hovy, conta que tem um filho e duas filhas matriculados na escola Rita Ana de Cássia, em Guaíra, e que eles são hostilizados pela mãe de um dos colegas. “Ela vive dizendo para meus filhos que eu sou ‘bugra’, ‘bruxa’ e ‘suja’. Daí eles vêm reclamar pra mim.”<sup>263</sup>

■■■■■, 8 anos, relata que os colegas dizem que ela tem pé sujo e não penteia o cabelo.<sup>264</sup> Com a mesma idade, ■■■■■ diz que uma professora do colégio Rita Ana de Cássia puxa os alunos indígenas pelo cabelo. Outra professora, continua, não permite que falem em guarani dentro da escola: “Ela diz que tem que falar português.”<sup>265</sup>

260 Entrevista em 22 mai. 2016.

261 Entrevista em 18 mai. 2016.

262 Entrevista em 21 jan. 2016.

263 Entrevista em 25 out. 2015.

264 Entrevista em 25 out. 2015.

265 Entrevista em 25 out. 2015.

■■■■■, 13 anos, conta que já foi puxada pelo cabelo pela professora e que já foi xingada pelos colegas de “burra” e “vagabunda”.<sup>266</sup>

■■■■■, 14 anos, relata que as hostilidades aos alunos indígenas do Tekoha Y’Hovy ocorrem também no ônibus escolar. “Os outros alunos chamam a gente de ‘indinhos fedorentos’, ‘paraguaios’ e ‘bugres’.”<sup>267</sup>

■■■■■, 17 anos, também já foi hostilizada no ônibus: “Quando sentei do lado de um aluno, ele pediu pra eu sair porque estava incomodado”, explica. “Os outros alunos já me falaram que eu não tinha que estar no meio deles, que sou diferente, que sou vagabunda.”<sup>268</sup>

Quando esperava o ônibus escolar com alguns colegas, em 2013, ■■■■■, 13 anos, morador do Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, conta que recebeu ameaças. “Vieram dois rapazes dizendo que iam matar as crianças indígenas, que iam matar os índios”, diz. “Ficamos com medo, saímos correndo e voltamos pra aldeia.”<sup>269</sup>

■■■■■, 35 anos, morador do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, tem uma filha que estuda em escola especial. Por isso, ou ele ou sua esposa sempre estão junto dela no trajeto entre a aldeia e a escola. “Dentro do ônibus você ouve umas coisas que nem imagina que o branco está falando dos índios”, lamenta, explicando que as hostilidades pioram quando chove. “Nesses dias, é melhor nem ir pra escola. Até o motorista do transporte escolar discrimina os índios. Diz que está com o pé sujo de barro, que índio é sujo e vai sujar o ônibus. Mas o que a gente vai fazer? Estamos no rural, não moramos na cidade. Às vezes ele não deixa a criança subir. Alguns sobem mesmo assim, e ele xinga mais. Fala coisas que não se deve falar pra um humano.”<sup>270</sup>

A intolerância de professores e funcionários com “pés sujos de barro” dos alunos indígenas já fez com que o filho de ■■■■■, liderança do Tekoha Porã, em Guaíra, tenha sido mandado de volta pra casa mais de uma vez.<sup>271</sup>

O ônibus escolar também é um espaço hostil aos indígenas do Tekoha Guarani, em Guaíra. “O problema é que o transporte escolar não entra aqui, porque o fazendeiro não permite. Então, as crianças têm que pegar o ônibus em frente à sede da fazenda”, conta ■■■■■. “Enquanto elas esperam, às vezes vinte minutos ou meia hora, os brancos aproveitam e xingam.”<sup>272</sup>

266 Entrevista em 25 out. 2015.

267 Entrevista em 25 out. 2015.

268 Entrevista em 25 out. 2015.

269 Entrevista em 28 out. 2015.

270 Entrevista em 18 jan. 2016.

271 Entrevista em 18 jan. 2016.

272 Entrevista em 26 out. 2015.



RUY SPOSATI

██████████, 23 anos, já foi hostilizado enquanto caminhava em direção ao transporte escolar. “Eles me acharam na estradinha do milharal, era um carro com quatro pessoas, e me falaram: ‘Da próxima vez que eu pegar você aqui, boto pistoleiro pra atirar em você.’”<sup>273</sup> ██████████ conta que já foi xingado de ‘bugre’, ‘índio’ e ‘sujo’ pelos alunos das escolas em que estudou ao longo da vida. “Também já me disseram que eu só estava indo estudar por causa da merenda e que índio tem que ficar no mato e não vir pra cidade.”<sup>274</sup>

Em 2014, a hostilidade dos vizinhos do Tekoha Guarani alcançou ██████████ dentro da sala de aula, quando ele se viu frequentando o mesmo curso de jovens

273 Entrevista em 19 mai. 2016.

274 Entrevista em 19 mai. 2016.

e adultos que o agricultor que reivindica a propriedade das terras em que se encontra a aldeia. “Tinha um fazendeiro que estudava na minha escola e eles falavam pra gente parar de ir pra escola. Durante a aula, ele ficava chamando a gente de ‘bugre’, dizia que a gente invadiu a fazenda dele. Ficava provocando, mas eu nunca falei nada. Só uma vez eu falei: ‘Os invasores são vocês’. Mas normalmente não falo nada”, explica. “O professor às vezes me ajuda, teve um dia que chamou o diretor da escola pra que parassem de me xingar. Mas essas coisas continuavam acontecendo. Por isso, eu parei de estudar quase dois anos. Eu sentia muitas coisas, mas não devia falar nem fazer nada. Quando não aguentava mais, pedia pra sair e tomar água.”<sup>275</sup>

A evasão escolar é uma das principais consequências das hostilidades sofridas pelos Avá Guarani nas salas de aula de Guaíra e Terra Roxa. Aos 18 anos, ██████████, que mora na aldeia Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, relata por que resolveu deixar de frequentar as aulas na escola Jaime Rodrigues. “Eu pedia explicação pra professora de matemática e ela dizia pra eu me virar, porque não queria dar aula pra índio. Não me deixava ir ao banheiro, mas os outros alunos podiam. Uma vez, cheguei atrasada na aula e o professor de história não me deixou entrar. Disse que índio não tinha respeito e me expulsou”, conta. “Por isso é que parei de estudar. Estudei só até a sétima série e saí.”<sup>276</sup>

██████████, 19 anos, moradora da aldeia Tekoha Porã, em Guaíra, explica que as hostilidades foram um dos motivos que a fizeram abandonar os estudos. “Eu estudava no colégio Áurea Benke, mas depois parei. Ficavam me xingando porque eu não tinha calçado bom pra usar. Falavam ‘bugra’, ‘fedida’, um monte de coisa. Eu ficava triste com isso, e desanimei de ir pra escola. Não tinha dinheiro pra comprar caderno, lápis de cor, essas coisas.”<sup>277</sup>

██████████, morador da aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, explica que resolveu parar de frequentar as aulas em setembro de 2015 após ser ameaçado várias vezes por um colega. “Esse piá ficava me esperando na praça em frente ao colégio Costa e Silva, onde eu estudava. Ele me mostrou o canivete e disse que ia matar todos os índios. Daí parei um pouco.”<sup>278</sup>

██████████, 14 anos, que também mora na aldeia Tekoha Yvyraty Porã, explica que um dia a professora de ciências da escola Carlos Gomes, onde estuda, pediu que os seis alunos indígenas da sala

275 Entrevista em 19 mai. 2016.

276 Entrevista em 25 out. 2015.

277 Entrevista em 18 mai. 2016.

278 Entrevista em 28 out. 2016.

formassem uma fila diante de todos os demais. “Quando a gente estava na frente de todo mundo, ela falou que a gente estava fedendo.” Depois desse episódio, de acordo com o pai de ■■■■■, ■■■■■, a jovem quis sair da escola. “Os alunos riram dela, mas eu disse que ela precisava continuar”, afirma. “A gente não tem dinheiro pra comprar roupa nova, perfume. Se fosse rico, a gente comprava.”<sup>279</sup>

■■■■■, mãe do aluno ■■■■■, 14 anos, morador do Tekoha Karumbey, também teve que insistir para que o filho continuasse frequentando a escola. “Ele estuda no colégio Duque de Caxias, em Guaíra, e me falou que não estava legal estudar porque os professores estavam muito preconceituosos. Ficavam chamando ele de ‘indinho’ e ‘bugrinho’, e diziam que ele era invasor da terra dos outros e que vivia às custas do governo. Daí ele não queria ir mais pra escola. Mas eu mandei ele de novo”, explica, lamentando que as ofensas tenham continuado. “A situação só melhorou quando troquei ele de escola.”<sup>280</sup>

■■■■■, liderança do Yvyraty Porã, relata que já esteve nas escolas frequentadas pelas crianças da aldeia para conversar com diretores e pedagogos sobre a situação. “Disseram que fariam reunião pra resolver o problema, mas não sei o que aconteceu.” Ele mesmo, com mais de trinta anos de idade, sofria com as hostilidades de outros alunos que frequentavam os cursos de Educação de Jovens e Adultos.<sup>281</sup> Não são apenas as crianças indígenas de Guaíra e Terra Roxa que sofrem com esse problema dentro da sala de aula.

A liderança da aldeia Tekoha Pohã Renda, ■■■■■, explica que sofreu discriminação em 2014, quando estava no terceiro ano do ensino médio no colégio Carlos Gomes, em Terra Roxa. “Quando eu estava na sala, os outros alunos ficavam dizendo em voz alta que índio é ladrão de terra, invasor e vagabundo.”<sup>282</sup>

A irmã de ■■■■■, ■■■■■, conta que uma das cozinheiras do colégio Kennedy, em Terra Roxa, não gosta dos alunos indígenas. “Ela mistura água no iogurte dos índios — só no dos índios. Os alunos brancos tomam iogurte puro”, diz. “Ela também coloca um monte de pimenta na nossa comida. Ninguém consegue comer. E depois ela fica dando risada.”<sup>283</sup>

■■■■■ afirma que uma das professoras do colégio também costuma se referir aos Avá Guarani como “vagabundos”. “Fala que

279 Entrevista em 19 mai. 2016.

280 Entrevista em 17 jan. 2016.

281 Entrevista em 14 nov. 2016.

282 Entrevista em 22 out. 2015.

283 Entrevista em 23 mai. 2016.

os índios são vagabundos porque recebem Bolsa Família, que o trabalhador está suando todos os dias para pagar impostos enquanto a gente come de graça.”<sup>284</sup>

“Eu estava estudando no ano passado, mas parei”, revela ■■■■■, liderança da aldeia Tekoha Porã, em Guaíra. “Eu fazia a Educação de Jovens e Adultos no colégio Roosevelt. Estudei dois anos, mas não davam aula direito pra nós. Tinha uns fazendeiros na mesma classe e ficavam falando que índio só quer invadir terra, que índio não quer estudar, essas palavras pra desanimar nós. Parei por causa disso.”<sup>285</sup>

■■■■■, 27 anos, professor de guarani da aldeia Tekoha Jevy, em Guaíra, também desistiu. “Tem muitos alunos brancos que perguntam alguma coisa para o professor e no meio disso xingam a gente. Falam que vão ter que deixar a casa deles para os índios. São alunos de vinte, trinta, quarenta anos de idade. Nas aulas de história, quando falam dos índios, alguma pessoa sempre fala mal da gente.”<sup>286</sup>

Com 25 anos, ■■■■■, morador da aldeia Tekoha Karumbey, foi o primeiro Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa a passar no vestibular em uma instituição pública de ensino superior. A partir do segundo semestre de 2016, começou a cursar Geografia na Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) em Marechal Cândido Rondon. Apesar de ter conseguido o que nenhum indígena da região conseguiu, ■■■■■ não menospreza as dificuldades que enfrentou todas as vezes em que se sentou em uma sala de aula em Guaíra.

“Quando eu estava na escola, foi bem complicado. Participava de vários cursos, tentava melhorar minha qualificação, até pra conseguir um emprego bom, mas o pessoal sempre vinha com xingamentos e piadinhas. Tem gente que parece que quer tirar a gente do curso. Ficam pressionando a gente. Lembro de um dia em que estava na biblioteca, fazendo uma pesquisa, mas não conseguia me concentrar porque ficavam falando que índio era isso, índio era aquilo... me atrapalhava”, conta. “Vários amigos meus, indígenas, desistiram dos cursos. Um deles até se suicidou.”<sup>287</sup>

284 Entrevista em 23 mai. 2016.

285 Entrevista em 18 jan. 2016.

286 Entrevista em 22 mai. 2016.

287 Entrevista em 17 jan. 2016.



## Ameaças de atropelamento

*Os fazendeiros transitam em alta velocidade pela estrada que cruza a aldeia, com carro, caminhão e trator. A ameaça é constante, e não é só em época de colheita.*

— ██████████<sup>288</sup>

Um tipo de hostilidade bastante comum contra os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa ocorre com o uso de veículos motorizados contra indígenas que caminham pela beira de ruas, estradas e caminhos de terra, sobretudo nas redondezas das aldeias. De acordo com os indígenas, quando há acidentes ou atropelamentos, os motoristas não prestam socorro. Em alguns casos, gritam mensagens como “Sai da frente, índio!” ao passar próximo de seus corpos.

██████████, morador do Tekoha Tatury, em Guaíra, explica que estava com sua esposa e seu vizinho caminhando pela estrada de terra que cruza a aldeia quando um carro se aproximou de maneira perigosa. “Fomos levar roupa suja pra lavar no córrego ali. O carro saiu acelerado. Era um Gol branco. A gente pulou na beira da estrada pra ele não pegar nós.”<sup>289</sup>

██████████, 39 anos, morador do Tekoha Y’Hovy, em Guaíra, afirma que estava caminhando com destino ao centro da cidade em 6 de novembro de 2014, acompanhado de sua esposa, quando “veio um carro escuro e bateu com o retrovisor no braço dela, sendo que havia espaço suficiente pra ele passar longe da gente”, explica. “Minha mulher estava segurando nosso filho bebê. Sorte que era no outro braço.”<sup>290</sup>

A liderança do Tekoha Yvyraty Porã, ██████████, explica que em 2013 o fazendeiro vizinho jogou o carro em cima de sete crianças que estavam esperando o transporte escolar na entrada da aldeia. “Ele veio com o carro bem pertinho. Era uma caminhonete branca.”<sup>291</sup>

██████████, 15 anos, fazia parte do grupo. “A gente correu, né?”<sup>292</sup>

██████████, outra liderança da aldeia, passou por situação semelhante em agosto de 2016 enquanto caminhava pela estrada que passa nos limites da comunidade. “A caminhonete da fazenda vizinha quase me

288 Entrevista em 26 out. 2015.

289 Entrevista em 21 jan. 2016.

290 Entrevista em 25 out. 2015.

291 Entrevista em 28 out. 2015.

292 Entrevista em 28 out. 2015.

atropela. Só não me pegou porque eu pulei no meio do mato.”<sup>293</sup>

O indígena ██████████, 40 anos, comprou uma moto em Terra Roxa e estava se dirigindo com ela para o Tekoha Araguaju, onde mora, em novembro de 2013, quando cruzou com um caminhão pertencente à empresa de mineração que se localiza nas redondezas da aldeia. “Eu estava indo de lá pra cá, ele estava indo pra lá, cheio de areia. Daí fiquei bem na beiradinha da estrada, dando espaço pra ele passar. Mas ele vinha pra me pegar mesmo. Bateu na moto. Eu consegui pular antes, me joguei em cima dos arames da cerca. Me machuquei, e a moto ficou com o guidão entortado”, conta. “Vinha um táxi atrás de mim e parou pra me ajudar.”<sup>294</sup>

██████████, 18 anos, que também mora no Tekoha Araguaju, explica que estava esperando o transporte escolar em frente à entrada da mineradora quando quase foi atropelado. “Vieram dois carros, um em cada direção, e tentaram esmagar a gente no meio.”<sup>295</sup>

Os Avá Guarani do Tekoha Jevy, em Guaíra, possuem vários relatos sobre atropelamentos e casos em que os motoristas, como dizem, “tiraram fina” de membros da aldeia. “Eu estava caminhando pela estrada de terra que vai do aeroporto até a aldeia. Veio um homem de moto por trás de mim, bateu na minha perna e eu caí. Ainda tinha sol, então não dá pra dizer que ele não me viu”, explica um indígena, mostrando um grande corte na mão, resultado do incidente.<sup>296</sup>

██████████, 22 anos, conta que foi atropelado em setembro de 2015. “Era meio-dia, por aí. Estava com minha bicicletinha na estrada de terra, indo pra cidade, quando um carro branco de quatro portas veio por trás de mim e bateu com tudo na minha bicicleta, me jogou bem longe. Sorte que eu caí na grama”, explica. “O vidro era escuro, não consegui ver quantas pessoas tinha dentro nem quem estava dirigindo. Machuquei a perna, e ele não parou pra me socorrer. Quem me ajudou foi um rapaz que estava passando.”<sup>297</sup>

██████████, 30 anos, conta que também já teve problemas com veículos trafegando de maneira ameaçadora pelas redondezas do Tekoha Jevy. “Eu não estava no meio da rua, estava onde os carros usam pra estacionar. Desci da bicicleta e vim empurrando. Então veio um carro de luxo branco, um carrão. E nem freou. Veio direto pra me pegar. Eu corri com a bicicleta na calçada. E ele gritou: ‘Sai da frente,

293 Entrevista em 14 nov. 2016.

294 Entrevista em 18 jan. 2016.

295 Entrevista em 18 jan. 2016.

296 Entrevista em 20 jan. 2016.

297 Entrevista em 20 jan. 2016.

índio!” relata. “Se eu ficasse, ele passava por cima de mim. Acontece isso sempre com a gente aqui.”<sup>298</sup>

Os indígenas do Tekoha Guarani relatam que sofrem constantemente com veículos trafegando em alta velocidade pela estrada de terra que margeia a aldeia. São carros, caminhonetes e caminhões conduzidos pelo proprietário que reivindica a posse da terra, por seus familiares ou empregados.

“Em setembro de 2013, eu estava descendo telhas de um caminhão, aqui dentro da aldeia, próximo da casa de reza, com o freteiro. Então apareceu um carro Fiat e veio pra cima de mim. E ainda me filmaram com uma câmera”, explica a liderança [REDACTED]. “Era o fazendeiro e o filho dele que estavam no carro. Eu pulei e não fui atingido.”<sup>299</sup>

A idosa [REDACTED], 78 anos, conta que estava caminhando pela estrada de terra em 4 de outubro de 2015 quando percebeu que havia um carro se aproximando por trás. “Ele veio pra me atropelar. Eu estava perto da subestação de energia, lá em cima, então corri e me escondi atrás do poste”, explica. “Daí ele não me machucou.”<sup>300</sup>

“Numa tarde de abril de 2015, estava indo pra Guáira de bicicleta e fui atropelado. O carro veio pra cima de mim na pista, próximo do Jardim Eletrosul [bairro de Guáira]”, explica [REDACTED], 17 anos, morador do Tekoha Guarani. “Era um carro com vidro escuro. Fui atingido de propósito.”<sup>301</sup>

De acordo com [REDACTED], morador do Tekoha Guarani, um caminhão dirigido pelo fazendeiro vizinho atropelou o cavalo que a comunidade havia recebido de uma empresa de energia elétrica para compensar a instalação de torres de transmissão dentro da aldeia. “Era um caminhão de soja”, diz. “O cavalo morreu depois de uns dias.”<sup>302</sup>

298 Entrevista em 20 jan. 2016.

299 Entrevista em 26 out. 2015.

300 Entrevista em 26 out. 2015.

301 Entrevista em 26 out. 2015.

302 Entrevista em 26 out. 2015.

## Agrotóxicos

*Aqui mesmo, jogam veneno a cada três meses. Isso dá doença pra nossa família, pra criança. Dá tosse, dor de barriga.*

— [REDACTED]<sup>303</sup>

“Antes de entrar em acordo na justiça, o fazendeiro vizinho passava agrotóxico na beirada das casas. Depois, não passou mais. Mas ainda passam veneno nas plantações aqui. É bem forte. Ficaram de avisar a população indígena no dia que vão passar veneno, para as crianças saírem de perto, mas ele nunca fez isso. Passa de qualquer jeito, sem avisar, não está nem aí se o vento tá ventando pra cá ou pra lá. Daí dá ferida, diarreia e vômito na criança”, explica [REDACTED], professor do Tekoha Guarani, em Guáira.<sup>304</sup>

Em várias aldeias da região há relatos de problemas de saúde e mal-estar que acometem os Avá Guarani logo depois que os agricultores vizinhos aspergem produtos químicos em suas plantações — sobretudo nos cultivos de milho e soja transgênicos, mais intensivos no uso de agroquímicos, mas também nos de mandioca. “Quando passam veneno, as pessoas costumam ter dor de cabeça”, conta [REDACTED], liderança do Tekoha Pohã Renda, em Terra Roxa.<sup>305</sup>

[REDACTED], liderança do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, conta que em 2013 os produtores vizinhos aplicavam agrotóxicos em suas plantações com o uso de aviões. “Vinha veneno pra cima da aldeia”, explica. “O avião passava baixinho e abria a torneira, daí baixava aquela cerração. E depois aquele cheiro que entrava no nariz e dava ânsia de vômito, dor de barriga e dor de cabeça. As crianças tinham diarreia. Eu tinha umas galinhas e uns patinhos, morriam tudo. Eu tinha uns pés de feijão, mas aquele veneno torrou meu feijão. Até o mamoeiro que eu tinha plantado começou a secar. Sofremos muito aqui.”

[REDACTED] explica que o proprietário continua usando agrotóxico nas plantações próximas da aldeia, mas deixou de usar o avião. “Agora ele aplica com trator. Mas a gente continua sentindo o cheiro forte aqui.”<sup>306</sup> A pesquisa testemunhou uma aspersão de agrotóxico nas plantações próximas ao Tekoha Araguaju. E sentiu o cheiro forte que

303 Entrevista em 28 out. 2015.

304 Entrevista em 26 out. 2015.

305 Entrevista em 22 out. 2015.

306 Entrevista em 18 jan. 2016.

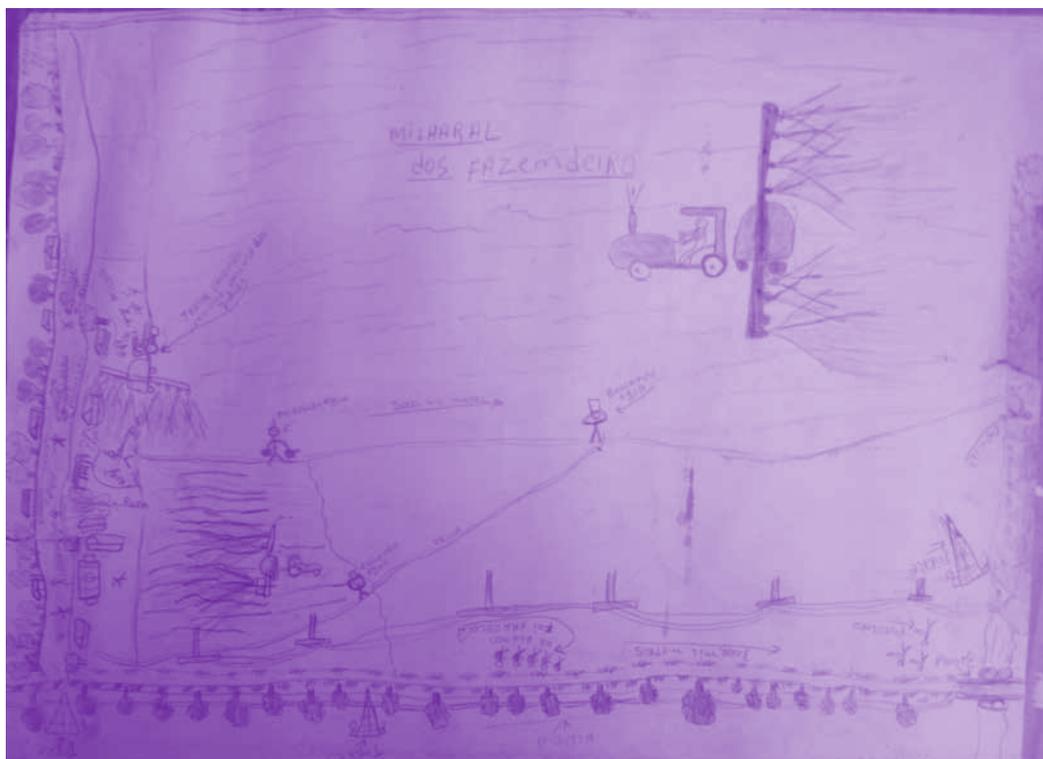
toma conta da aldeia devido à ação do veneno.

Por isso, os Avá Guarani do Tekoha Araguaju desconfiam que o agricultor vizinho à aldeia esteja usando produtos mais fortes do que usavam há alguns anos. Essa suspeita também ronda os moradores do Tekoha Pohã Renda: “O arrendatário que planta soja aqui do lado da aldeia me disse que está usando um veneno mais forte, que compram no Paraguai, porque aqui não pode vender”, comenta [REDACTED].<sup>307</sup>

Os agrotóxicos também incomodam os indígenas do Tekoha Jevy, em Guaíra, sobretudo os que têm suas casas ao lado das plantações. “O veneno é forte, faz mal pra gente”, conta [REDACTED]. “Tem hora que a criança fica doente. É forte demais, fica um fedor aqui. Já matou minhas galinhas. Isso complica muito pra gente aqui que mora na beirada.”<sup>308</sup>

Problema semelhante enfrentam os Avá Guarani do Tekoha Tatury, em Guaíra. “A plantação fica pertinho”,

Desenho de criança avá guarani do Oeste do Paraná.



307 Entrevista em 11 nov. 2016.

308 Entrevista em 22 mai. 2016.

afirma a liderança [REDACTED].<sup>309</sup> “O veneno faz mal pra gente aqui. E ele passa bastante veneno. As crianças têm febre. Já matou nossa galinha. A gente sente o cheiro e dá doença. Em 2011, ele passou veneno de avião em cima das casas. Com avião, passou três vezes. Depois, só com trator.”<sup>310</sup>

[REDACTED], morador do Tekoha Mirim, em Guaíra, afirma que também já “passou mal” com os efeitos do agrotóxico. “Senti meu estômago e minha cabeça.”<sup>311</sup>

## Campanha de ódio

*A gente passa por muita coisa aqui, a gente nunca sabe o que vai acontecer quando sai pra cidade.*

— [REDACTED]<sup>312</sup>

A campanha de ódio contra os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa cobrou força em 2012, com a publicação de uma revista produzida pelos agricultores da região,<sup>313</sup> e intensificou-se ainda mais em 2013, com reportagens em jornais e canais de tv de alcance regional e nacional.

As peças jornalísticas e propagandísticas passaram a circular na mesma época em que a Frente Parlamentar Agropecuária do Congresso Nacional deu início a um movimento contrário às demarcações de terras indígenas no país. Uma das medidas de maior impacto da chamada bancada ruralista — que então contava com deputados e senadores com representação em catorze estados — foi a articulação de sindicatos e federações agrícolas para que fechassem estradas em todo território nacional no dia 14 de junho de 2013.<sup>314</sup>

Os bloqueios demonstrariam o descontentamento dos

309 Entrevista em 21 jan. 2016.

310 Entrevista em 21 jan. 2016.

311 Entrevista em 17 mai. 2016.

312 Entrevista em 20 jan. 2015.

313 *Invasões indígenas: Problema causa insegurança, gera instabilidade social, inibe investimentos e põe em alerta parte da população de Guaíra e região*, com 16 páginas, publicado em 2012 e obtido pela pesquisa junto aos procuradores do Ministério Público Federal em Guaíra.

314 “Ruralistas planejam bloquear estradas em resposta às ações dos índios”. *O Globo*, 7 jun. 2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/ruralistas-planejam-bloquear-estradas-em-resposta-as-acoes-dos-indios-8616700>>.



TERESA PARIS

produtores rurais contra o que denominam “invasões indígenas”. Entre a pauta de reivindicações, medidas que, de acordo com organizações indígenas e indigenistas, restringem os direitos constitucionais dos povos originários: suspender as demarcações; transferir para o Congresso Nacional a competência de homologar novas terras indígenas, por meio da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 215; tirar o poder da Funai para realizar estudos antropológicos dos povos que reivindicam a demarcação; e revalidar a Portaria 303 da Advocacia Geral da União, que estendia às futuras demarcações realizadas no país as 19 condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal à demarcação da Terra Indígena Raposa

Serra do Sol, em Roraima.<sup>315</sup>

Os agricultores de Guáira e Terra Roxa atenderam ao chamado da Frente Parlamentar Agropecuária e, em 14 de junho de 2013, realizaram uma manifestação na rodovia BR-163, próximo à ponte Ayrton Senna, que liga o Paraná e o Mato Grosso do Sul, na fronteira que ambos os estados fazem com o Paraguai.<sup>316</sup> Proprietários de terra sul-mato-grossenses também compareceram ao protesto. A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Guáira (Aciag) decretou uma espécie de ponto facultativo do meio-dia às duas da tarde, e os estabelecimentos da cidade

315 “Supremo decide que condicionantes em demarcação só valem para Raposa Serra do Sol.” *Rede Brasil Atual*, 23 out. 2013. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/10/supremo-decide-que-condicionantes-na-demarcacao-so-valem-para-raposa-serra-do-sol-9199.html>>.

316 “Proprietários rurais protestam contra demarcação de terras indígenas”. *G1*, 14 jun. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/06/proprietarios-rurais-protestam-contrademarcacao-de-terras-indigenas.html>>.

fecharam as portas em peso para apoiar o movimento ruralista. Na ocasião, os produtores distribuíram panfletos e adesivos contrários ao trabalho da Funai e à demarcação de terras na região,<sup>317</sup> cujo conteúdo veremos adiante.

“A gente sabe, através das ONGs internacionais, que o agronegócio brasileiro está atrapalhando muito a Europa e os Estados Unidos. Então, eles arrumaram esse meio de usarem os paraguaios, os índios, que vieram de lá pra cá”, explicou o agricultor Simião Lopes Neves em um vídeo gravado durante a manifestação. “Minha terra está invadida por paraguaios. Eles estão lá dizendo que são donos da propriedade. As autoridades têm que verificar que a soberania nacional está em risco.”<sup>318</sup>

Simião trajava uma camiseta com os dizeres “O Brasil que produz pede socorro” e tinha adesivos anti-Funai nas mãos, que eram entregues aos motoristas que passavam pelo bloqueio. “Essa mobilização está acontecendo para que as autoridades da justiça vejam os dois lados, porque eles estão vendo só um lado. Se acontecer qualquer coisa do que está acontecendo no Brasil, a justiça é responsável por isso”, continua o produtor. “Nós temos documento, eles não têm. Eu sei que eles são massa de manobra, que tem alguém grande por trás disso. A Funai é a grande responsável. Eles acham que são os donos da verdade, e a Funai colocou isso na cabeça deles. Tem que dar um basta nessa Funai. A justiça é responsável por tudo o que está acontecendo, porque não resolve logo essa situação.”<sup>319</sup>

A entrevista de Simião Neves — um dos líderes dos agricultores da região e candidato à Prefeitura de Guaíra em três ocasiões — é ilustrativa das “teses” que têm sido difundidas pelo movimento ruralista à população de Guaíra e Terra Roxa.

Com pequenas variações, as informações contrárias à demarcação seguem um mesmo padrão: dizem que os Avá Guarani são “massa de manobra” de ONGs e grandes interesses transnacionais sedentos por explorar uma região estratégica para a economia do Brasil, como a que abriga os municípios do Oeste do Paraná; que os indígenas estão sendo induzidos a retomar terras para impedir o desenvolvimento da região e viabilizar a exploração estrangeira do Aquífero Guarani;

317 “Movimento Parada Rural fecha BR 163 em Guaíra com congestionamento de 30 km”. *Associação dos criadores de Mato Grosso do Sul*, 14 jun. 2013. Disponível em <<http://www.acrissul.com.br/noticias/ver/7360/movimento-parada-rural-fecha-br-163-em-guaira-com-congestionamento-de-30-km>>.

318 “Entrevista com Simião Lopes Neves”. *Boletim Notícias Agrícolas*, 17 jun. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TvrlRCpN25E>>.

319 “Entrevista com Simião Lopes Neves”. *Boletim Notícias Agrícolas*, 17 jun. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TvrlRCpN25E>>.

que estão desmatando e degradando o meio ambiente nas áreas que ocupam; que gozam de privilégios em relação aos demais cidadãos brasileiros, uma vez que recebem dinheiro do governo e “não precisam respeitar lei nenhuma”; que os índios têm direitos, mas não têm deveres; que andam armados com paus e pedras, cobrem o rosto e são violentos; que são vagabundos e cachaceiros que não querem saber de trabalhar porque vivem às custas das cestas básicas do governo e de “bolsa-esmola”; que não cultivam a terra que ocupam, que não produzem nada e atrapalham quem quer produzir; que os agricultores pagam impostos e geram empregos, e que não é justo que estejam trabalhando com medo; que os proprietários compraram as terras e que os Avá Guarani não têm documento nem escritura; que as autoridades são favoráveis aos índios e contra os agricultores; que o maior latifúndio do Brasil são as terras indígenas; que não são índios, mas paraguaios que cruzaram a fronteira em busca de terras; que os “índios de verdade” foram mortos pelos bandeirantes há centenas de anos e que, quando seus pais e avós chegaram para desbravar a região, não havia aldeia nenhuma; que a demarcação de terras indígenas em Guaíra e Terra Roxa vai destruir a economia da região etc.<sup>320</sup>

As “teses” elaboradas pelos ruralistas, em articulação com a Frente Parlamentar Agropecuária do Congresso Nacional e com produtores rurais de outros estados do país, sobretudo do vizinho Mato Grosso do Sul, têm sido propagandeadas em Guaíra e Terra Roxa por basicamente seis meios: publicações, panfletos, adesivos, faixas, redes sociais e notícias na imprensa.

A publicação mais relevante produzida pelos ruralistas do Oeste do Paraná intitula-se *Invasões indígenas: Problema causa insegurança, gera instabilidade social, inibe investimentos e põe em alerta parte da população de Guaíra e região*, e foi divulgada em 2012.

Trata-se de uma revista de dezesseis páginas, nas quais agricultores, advogados, profissionais liberais e empresários expressam suas preocupações com as “invasões indígenas” que passaram a ocorrer na região de Guaíra e Terra Roxa. Na publicação, é possível ler,

320 As “teses” divulgadas pelo movimento ruralista de Guaíra e Terra Roxa, e que constam do referido parágrafo, foram parafraseadas e reproduzidas a partir de uma série de manifestações de representantes do agronegócio local nas redes sociais, como as recorrentes opiniões manifestadas pela página da Ongdip no Facebook; em publicações apócrifas distribuídas na região, como o panfleto *Invasões indígenas: Problema causa insegurança, gera instabilidade social, inibe investimentos e põe em alerta parte da população de Guaíra e região*, divulgado em 2012; e notícias veiculadas pela imprensa, como textos e fotografias publicados nas páginas 14, 15, 16 e 17 do caderno Geral do jornal *O Presente*, de Marechal Cândido Rondon, em 12 jan. 2013. Outras referências que também colaboraram para a síntese das “teses” defendidas pelos ruralistas foram ou serão citadas oportunamente.

entre muitas outras, as queixas de um dos primeiros empresários a chegarem a esta porção do Oeste do Paraná, Ermínio Vendruscolo, em busca de terras boas e baratas, como ele mesmo diz: “A gente produz, paga os impostos em dia, inclusive temos a reserva legal. Não entendo as invasões”, lamenta o pai de Fabian Vedruscolo, prefeito de Guaíra nas gestões 2004-2008 e 2012-2016.

Outra reclamação registrada pela revista é a do empresário José Correia, dono da imobiliária Correia: “As invasões atrapalham os empreendimentos, dão insegurança a investidores e afastam a clientela.” A publicação também veicula a reclamação de Eugenverner Durts, conhecido como Chico, cuja consciência ecológica recém-adquirida está sendo prejudicada com a suposta destruição ambiental empreendida pelos Avá Guarani: “Minha família sempre trabalhou com serraria. Agora eu queria preservar...”

João Grecillo, advogado da Companhia Matte Larangeira — que explora a erva mate na região desde o início do século xx, contra a qual pesam inúmeras denúncias de violência e escravização contra povos indígenas e que, agora, teve uma porção de seus extensos domínios territoriais retomada pelos Avá Guarani —, protesta contra a ocupação de uma área adquirida pela empresa há quase cem anos. “Desde 20 de abril de 1918 que a Companhia Matte Larangeira possui a propriedade de forma mansa e pacífica, sem qualquer tipo de reclamação ou questionamento nesse sentido.”

Em 19 de setembro de 2012, produtores rurais de Guaíra, Terra Roxa e Palotina se reuniram na sede do Sindicato Rural de Guaíra para articular ações conjuntas e conter as “invasões indígenas” na região. De acordo com declarações do presidente da entidade, Silvanir Rossett, à reportagem de um jornal local, “o problema é sério e está se agravando”. O representante dos agricultores reclama: “Nós, como cidadãos, seguimos todos os parâmetros da lei, mas não estamos tendo nossos direitos reservados.”<sup>321</sup>

Um dos líderes do ruralismo guairense, Simião Neves, também se manifestou à imprensa na ocasião: “Imagina você: a gente batalha, se dedica e, quando menos esperamos, nos tornamos estranhos em nossas propriedades. Eles chegam e vão depredando, derrubam a mata, cercas, acabam com as plantações, e temos que ficar parados observando tudo à distância, porque, se chegarmos perto, corremos até mesmo risco de vida.” Simião continua: “Qualquer um pode se

321 “Agricultores mobilizam-se contra invasões indígenas”. *O Presente*, 27 set. 2012. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/2012/09/agricultores-mobilizam-se-contra-invasoes-indigenas/1063407/>>.

autodenominar índio, não existe um estudo antropológico, um controle, a Funai demora muito para agir.”<sup>322</sup>

A veiculação de informações contrárias à permanência dos Avá Guarani em Guaíra e Terra Roxa tiveram continuidade em 2013. Em janeiro, o jornal *O Presente*, sediado na cidade de Marechal Cândido Rondon, publicou uma “reportagem” especial de quatro páginas sobre as “invasões indígenas” no Oeste do Paraná, com destaque para a articulação dos proprietários rurais contrários às retomadas empreendidas pelos Avá Guarani.<sup>323</sup>

O texto anuncia a criação de um grupo batizado como Comissão de Defesa da Verdade, fundado por agricultores frente à ação dos índios — que, segundo eles, estaria sendo articulada para atingir áreas estratégicas da agricultura e da economia nacionais. O texto reproduz as “teses” de que os povos indígenas não estão sujeitos às leis brasileiras; que são privilegiados; que os grupos que invadem fazendas em Guaíra e Terra Roxa não são compostos por índios, mas por paraguaios; que não havia índios na região quando os primeiros agricultores chegaram etc.

O jornal informa ainda que a Comissão de Defesa da Verdade produziu panfletos que passaram a ser distribuídos nas cidades do Oeste do Paraná. Um dos folhetos que mais circulou em Guaíra nessa época trazia a foto aérea de um lugar não identificado para ilustrar a “diferença” entre uma área indígena e uma fazenda.<sup>324</sup> Enquanto a propriedade rural aparece uniformemente cultivada, provavelmente com soja ou milho, o território indígena ostenta um viçoso matagal. Apócrifo, o texto contrapõe a contribuição de produtores e indígenas para o bem-estar da nação. Enquanto o agronegócio cultivaria 57 milhões de hectares e colheteria 180 milhões de toneladas de grãos, respondendo por 13% do PIB, os índios disporiam de 113 milhões de hectares onde não produzem nada, não geram renda nem criam empregos. “E você pensando que eles precisam de mais terra”, conclui o folder. No verso, outros dados demonstrando o “absurdo” das demarcações, com destaque para os “100 mil hectares” que o governo federal estaria querendo destinar aos índios no Oeste do Paraná. O

322 “Agricultores mobilizam-se contra invasões indígenas”. *O Presente*, 27 set. 2012. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/2012/09/agricultores-mobilizam-se-contra-invasoes-indigenas/1063407/>>.

323 “Plano estratégico será criado para conter invasões indígenas”. *O Presente*, 12 jan. 2013. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/geral/2013/01/plano-estrategico-sera-criado-para-conter-invasoes-indigenas/1055201/>>.

324 A foto utilizada pelo panfleto foi inspirada no artigo “Adivinhe qual é a terra dos índios”, publicada pela revista *Veja* em junho de 2012.

informativo afirma que a Funai “presenteará” aos Avá Guarani toda a faixa territorial de 230 quilômetros entre Guaíra e Foz do Iguaçu. E continua, acusando que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à igreja católica, e ONGs financiadas com dinheiro internacional “promovem a invasão de terras produtivas e legais” com o intuito de “manchar nossos campos de sangue.”

A série de artigos publicada pelo jornal *O Presente* ainda traz declarações de que os povos indígenas “são contra tudo o que traga progresso e gera riqueza para um país”, e de que as reservas indígenas deveriam ser registradas no nome de cada índio, para que eles possam ter documentos e respeitar as fronteiras como qualquer cidadão.

Finalmente, a publicação traz uma entrevista com o padre Neimar Aloísio Troes, um dos párocos de Guaíra, para quem há interesses escusos por trás das “invasões indígenas”. “A igreja defende o direito de propriedade privada porque é um direito instituído socialmente”, afirma o religioso. “Os indígenas não têm postura e nem cultura de articulação de invasões, muito menos de se fixarem em determinados locais, já que se tratam de povos nômades. Não convém institucionalizar uma área produtiva para reserva indígena se depois eles irão migrar.” Segundo o padre, a igreja guairense acredita que a luta dos Avá Guarani “não se trata de uma luta pela vida”. Nesse sentido, conclui: “Não podemos apoiar a baderna nem ações que não possuem objetivos claros.”<sup>325</sup>

Dez dias depois dos artigos publicados pelo jornal de Marechal Cândido Rondon, o programa *Globo Rural*, da Rede Globo, abordou a questão das “invasões indígenas” no Oeste do Paraná em sua edição de 22 de janeiro de 2013. “Estamos sendo encurralados aqui, tanto pelos índios como pelo governo, porque ninguém tomou atitude nenhuma”, disse às câmeras Roberto Weber, um dos agricultores da região que protesta contra a presença dos Avá Guarani em Guaíra e Terra Roxa.<sup>326</sup>

Em junho, a Rede Globo voltaria a tratar do tema, agora no *Jornal Nacional*, por ocasião do “vazamento” de um relatório da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) que acusava a Funai de querer demarcar “terras sem índios” no Oeste do Paraná. “Está aumentando índio, está vindo índio do Paraguai, são paraguaios”, disse aos microfones da emissora Rosalino Weber,

325 “Igreja se posiciona contra ocupação”. *O Presente*, 12 jan. 2013. Pág. 17.

326 “Indígenas e fazendeiros disputam posse de áreas no noroeste do Paraná”. *Globo Rural*, 22 jan. 2013. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/2359517/>>.

presidente da Ongdip.<sup>327</sup> A reportagem capturou uma imagem das ruas de Guaíra em que se pode avistar uma faixa com os dizeres: “Invasão indígena não combina com ordem e progresso. Apoio: Sindicato Rural de Guaíra”.

As imagens evidenciam mais uma forma de propaganda — as faixas — escolhida pelos ruralistas da região para veicular informações contrárias às retomadas de terra empreendidas pelos Avá Guarani. A intervenção no espaço público se complementa com a distribuição de adesivos, ocorrida massivamente, como já mencionado, durante o protesto que agricultores e proprietários de terra realizaram na Ponte Ayrton Senna.

Desde então, vários veículos — sobretudo caminhonetes — passaram a circular pela região com mensagens grudadas em para-brisas e latarias, tais como “Minha terra, minha vida. Não à demarcação indígena injusta. Juntos Paraná e Mato Grosso do Sul” e “Verdade, alimento e união: base de uma nação. Confisco não”, slogan acompanhado pela palavra “Funai” debaixo de um xis vermelho.

A articulação entre os agricultores de Guaíra e Terra Roxa, a Frente Parlamentar Agropecuária e os grandes meios de comunicação se expressa pela sincronia entre a campanha anti-indígena e a veiculação das reportagens. A manifestação nacional promovida pela bancada ruralista foi convocada oficialmente em 7 de junho, um dia antes da divulgação do relatório da Embrapa — acusando que a Funai queria demarcar “terras sem índios” no Oeste do Paraná — e da reportagem sobre o tema veiculada pelo *Jornal Nacional*. Os agricultores bloqueariam as estradas do país uma semana depois.

A Ongdip foi fundada pelos produtores rurais guairenses em março de 2013, em meio à articulação nacional do ruralismo brasileiro contra a demarcação de terras indígenas e à campanha dos agricultores do Oeste do Paraná contra os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa.

Como já vimos, a Ongdip participa ativamente da mobilização de grupos armados que recorrem à força para impedir as retomadas de terra pelos povos indígenas da região, convocando seus apoiadores e ativando suas redes de comunicação para reunir agricultores tão logo são informados sobre novas “invasões”. A entidade, porém, também cumpre o papel de disseminar cotidianamente propaganda anti-indígena na internet. São centenas de postagens comentando notícias sobre política indigenista, reintegrações de posse e ocupações de terra, e também

327 “Terras que Funai queria demarcar no Paraná não têm índio, aponta relatório”. *Jornal Nacional*, 8 jun. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/terras-que-funai-queria-demarcar-no-parana-nao-tem-indio-aponta-relatorio.html>>.

## AGRICULTURA X ÁREAS INDÍGENAS

<b>57 MILHÕES HA</b>	<b>X</b>	<b>113 MILHÕES HA</b>
<b>180 MILHÕES TON GRÃO</b>	<b>X</b>	<b>ZERO</b>
<b>32% DO PIB</b>	<b>X</b>	<b>ZERO</b>
<b>SEU EMPREGO</b>	<b>X</b>	<b>SEM EMPREGO</b>

**E você pensando que os índios precisam de mais terra!!**

### PARANÁ E MATO GROSSO DO SUL UNIDOS EM DEFESA DO BRASIL

#### A Verdade:

- A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), subordinada ao Ministério da Justiça (ou melhor in-justiça) quer:
  - demarcar uma área de 100 mil hectares no oeste do Paraná, de Guaíra até Foz do Iguaçu.
  - no Mato Grosso do Sul a FUNAI quer demarcar mais 1 milhão de ha.
- As áreas indígenas do Brasil já ocupam 2 regiões Sul em território.
- Cada autointitulado índio tem hoje 134 ha e você brasileiro tem 3,4 ha (território/população).
- Nada é produzido nas terras indígenas. Os índios sobrevivem das cestas básicas pagas por você trabalhador.
- A agricultura do Brasil é considerada a mais sustentável do planeta;
- A FUNAI, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, da Igreja Católica) e ONGs, patrocinadas por dinheiro estrangeiro, promovem a invasão de terras produtivas e legais. Querem manchar nossos campos de sangue.
- Áreas demarcadas estão sempre sobre algum recurso natural estratégico, seja mineral (petróleo, ouro, nióbio, urânio, etc), agropecuário, aquífero ou hidrelétrico.
- As propriedades rurais e urbanas, devidamente legalizadas e documentadas, são confiscadas pela FUNAI, sem direito a indenização alguma.
- A FUNAI ainda quer ter o poder de polícia.
- Algumas áreas indígenas já foram vendidas pelos "índios" à outros países, numa afronta à soberania nacional.
- As tribos podem formar uma nação tutorada pelo governo que eles escolherem.
- Nossa soberania territorial está em risco.
- As ONGs e a FUNAI querem transformar 40% do território nacional em reservas indígenas.
- Parques ambientais + reservas indígenas + áreas quilombolas = 70% do Brasil. Restam menos de 30% do Brasil para ser utilizado pelos mais de 180 milhões de brasileiros.
- O Brasil é o celeiro do mundo. Se a FUNAI, CIMI e ONGs deixarem... Quem produzirá o alimento para um planeta faminto? Quem produzirá alimento para nossas famílias?
- Você já se perguntou qual o interesse por trás de tudo isso?
- O Brasil é o país do futuro? Se continuar assim nunca será...



sobre os povos tradicionais, em uma campanha permanente de intolerância contra os índios e contra as organizações que trabalham em prol da demarcação de terras no país, como ONGs e a própria Funai. A página da Ongdip também se presta a comemorar decisões judiciais favoráveis aos proprietários de terra — como o cumprimento de reintegrações de posse contra ocupações indígenas e a prisão de líderes indígenas, por exemplo — e a criticar veredictos favoráveis aos índios, como avanços nas demarcações e prisão de agricultores acusados de violência contra as aldeias.

Entre as postagens anti-indígenas mais recentes publicadas pela Ongdip, podemos destacar a publicação de 29 de novembro de 2016, em que a entidade compara os Guarani Kaiowá a “ervas daninhas” ao comentar notícia de um jornal português sobre resolução do Parlamento Europeu relativa ao conflito entre agricultores e indígenas no Mato Grosso do Sul.

Em 24 de outubro, citou o nome de organizações indigenistas e defensoras dos direitos humanos, tais quais Fátima Missionária, Associação Juízes para a Democracia, Conselho Indigenista Missionário, Foodfirst Information and Action Network e Justiça Global, como grandes apoiadores das invasões de propriedades privadas no país. “Afim”, diz o texto, “é impossível ser a favor de demarcação indígena no Brasil sem que algum proprietário de terra veja seus dias de paz do campo virarem um verdadeiro inferno”.

Com menos intensidade, e até 2014, uma página do Facebook chamada “Agricultores Guaíra” — cuja foto de capa é a imagem de lideranças locais, entre elas o ex-prefeito Fabian Vendruscolo, posando junto de uma faixa “O Brasil acaba com a Funai ou a Funai acaba com o Brasil” — também se dedicou a divulgar mensagens anti-indígenas.

Uma delas, postada em 26 de março de 2013, dizia que os índios deveriam ser mandados “tudo em contêiner de volta ao Paraguai”. Havia ainda conselhos aos moradores: “Vamos ensinar nossos cachorros a comer índio em vez de ração, um a cada dois dias já está bom”. Em abril, um internauta garantia que os guaranis “só querem dinheiro, iPhone 5 e luxo”, e outro conclamava: “Fora Funai, fora índios, fora tudo que impede o Brasil de produzir e se desenvolver.” No dia 5 daquele mês, um jovem opositor da demarcação cravou: “Índios filhos da puta. Capa e depois mata um por um.”

A área de comentários do site de notícias *Portal Guaíra*, um dos principais meios de comunicação da cidade, também virou receptáculo de intolerância em muitos momentos, como no início de 2013, quando um leitor escreveu sobre os Avá Guarani: “Pra que eles

querem essas terras? Só sabem ficar enchendo a cara”. Na mesma época, outro recomendava: “Se querem mordomia, que trabalhem para isso.” Ou ainda: “São índios, mas querem viver como classe média. Não temos mais nem direito de ir e vir por medo desses bugres.” E também: “Lugar de índio é no mato, não em cidade e em terras produtivas.”

As sucessivas postagens anti-indígenas nas redes sociais e sites de notícias de Guáira e Terra Roxa fizeram com que o Ministério Público Federal em Guáira instalasse inquéritos policiais para apurar eventuais crimes de racismo. Algumas pessoas foram denunciadas e condenadas. Como os casos correm em sigilo de justiça, porém, não foi possível à pesquisa acessar os processos e seus resultados. No entanto, uma entrevista realizada em abril de 2014 com Henrique Gentil Oliveira, então procurador da República em Guáira, fornece mais informações sobre os casos:

“Realmente verificamos que estavam acontecendo crimes de racismo na internet. Tivemos mais de uma centena de comunicações de crime, pessoas que vinham até nós, no balcão da Procuradoria ou na



internet, e nos informaram dos crimes. Nem todos foram confirmados. Teve gente ouvida na Polícia Federal, algumas foram denunciadas. Não só gente da cidade, gente de fora também. Como a internet facilita muito a comunicação, uma pessoa de outro estado pode postar informações preconceituosas. Foram ouvidas pela Polícia Federal, foram investigadas. Tudo foi conduzido conforme determina a Constituição. Não houve nenhuma ação justiceira. Apesar de termos recebido mais de uma centena de comunicações, a maior parte não configurava crime de racismo. Em alguns casos, sim.”<sup>328</sup>

Um procedimento específico instaurado pelo Ministério Público Federal em Guáira, em 15 de outubro de 2014, diz respeito a uma publicação discriminatória realizada pela Ongdip no site *Portal Guáira*. A pedido de caciques de algumas aldeias da região, que se sentiram ofendidos com o teor do texto, os procuradores iniciaram uma investigação por “conteúdo abusivo, racista e discriminatório”.<sup>329</sup>

No artigo em questão, veiculado em 17 setembro de 2014, a ONG manifesta expressamente o seu

328 Entrevista em abr. 2014.

329 Procedimento Preparatório nº 1.25.012.000384/2014-19.



descontentamento pelo fato de a Prefeitura tentar amenizar o problema dos índios que residem no município.

“Como alguém pode querer negociar, dialogar, encontrar consenso com agressores, pois é isso que eles são. Como igualar as vítimas as que as atacam? Uma mulher violentada deveria se assentar e ouvir, entender, e negociar com o estuprador?”, diz um dos trechos do texto. “Imaginem, senhores, o que os ‘índios’ dos outros estados pensarão sobre nós: ‘lá eles dão casa, comida, policiamento, saúde para gente, não reagem. Vamos para lá!!!’”, conclui.

# Violência

*Só não acontecem mais agressões porque evitamos sair sozinhos da aldeia. Os brancos não gostam de índio na cidade. A gente não dá motivo. A gente mesmo evita. Se não evitar, a gente sabe o que acontece.*

— ██████████ 330

Os casos de violência contra os Avá Guarani são uma decorrência das campanhas contra a permanência dos indígenas nas aldeias de Guaíra e Terra Roxa. Antes de se concretizarem, se expressam, como já vimos, por meio de hostilidades, ofensas e ameaças.

A pesquisa detectou três modalidades de violência física contra os Avá Guarani do Oeste do Paraná: agressões, mortes e suicídios. Os casos variam em gravidade e quantidade, sendo que os mais numerosos são os suicídios.

As agressões — entre elas, um caso de sequestro misturado com abuso sexual — aparecem como o segundo principal tipo de agressão física contra as comunidades indígenas da região. E os assassinatos, felizmente, são os menos numerosos em se tratando de violência.



## Agressões físicas

*A violência aqui existe.*

— ██████████<sup>331</sup>

O caso de agressão física mais grave contra os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa ocorreu em 2 de agosto de 2013 com ██████████, na época com 17 anos. Irmã de ██████████, cacique da aldeia Tekoha Marangatu, e estagiária da Coordenação Técnica Local da Funai, ██████████ foi sequestrada, ameaçada e abusada sexualmente por três homens enquanto saía de casa rumo ao trabalho por volta das sete horas da manhã. Ao libertá-la, deram um recado para a Funai.

“Eram umas sete horas da manhã, por aí”, conta ██████████. “Eu saio da minha casa às sete e chego lá [na Funai] às sete e quarenta e cinco, porque entro às oito. Acho que eles já estavam me seguindo antes. Eu nem desconfiava. O carro não estava fazendo barulho. Foi quando eu senti um vulto, assim, e já tinha uns caras. Eram três. Um deles gritou comigo, falando assim: ‘Entra no carro!’ Uma voz alta. Eu falei não, não vou subir, não conheço vocês. Não vou subir. Daí ele falou que ia me fazer subir à força dentro do carro. Eu tentei correr, estava de salto, ele pegou no meu cabelo, tapou minha boca e me colocou dentro do carro. Aí começaram a perguntar coisas. Eles sabiam que eu era irmã do cacique ██████████. Não reconheci nenhum deles. Estavam com óculos escuros. Consegui olhar para a cara deles, mas não reconheci. Não tinha visto em nenhum lugar. Eu tentei quebrar o vidro com minha sandália, chutando, e um deles pegou minha perna e sentou em cima. O outro que estava me segurando tapava minha boca para eu não gritar. O outro que estava dirigindo tinha um revólver. Daí começaram a andar pela cidade, não sabia que caminho que era. Daí eu falei para ele me soltar. Ele não queria. Pegou minha bolsa e jogou dentro do carro. Ele só mandou um recado para a Funai, que ia acabar com eles. ‘Deixa esse recado para a Funai’, falou. E judiaram bastante de mim. Me soltaram perto de um mato que não sabia onde era. Quando ele me jogou na rua, tirei a sandália, peguei na mão e fui andando. Eles me judiaram bastante. Depois, meu irmão tinha me levado todos os dias na Funai. Uma vez ele não podia

me buscar e fui a pé para almoçar em casa. Daí já era outro carro. Não era o mesmo carro preto com vidro escuro. Era outro. Eu estava descendo lá em casa, e ele gritou: ‘Morena!’ Falou três vezes, com voz alta. E fez assim pra mim com os dedos, como que dizem ‘Estou de olho em você’. Aí eu olhei para o número da placa, mas não deu pra ver. Mas era a mesma pessoa. Mas é uma história muito difícil. Quando eu falo isso, não me seguro. Começo a chorar.”<sup>332</sup>

A violência sofrida por ██████████ foi assim descrita por um meio de comunicação:

O coração de ██████████ disparou ao perceber que um carro preto se aproximava lentamente até frear ao seu lado. “Não, nem conheço vocês”, responderia, assustada, depois que um dos ocupantes baixou o vidro escuro e lhe mandou subir. A jovem tentaria escapar segundos depois, quando a ordem ganhou rispidez e se transformou em ultimato, “Entra logo!”, mas não conseguiu.

“Estava de salto e não pude correr”, justifica. A voz é baixa, as mãos não param de amarrotar um pedaço colorido do vestido. “Então, um deles pegou meu cabelo, tapou minha boca e me colocou pra dentro.”

O sequestro se transformou numa longa sessão de agressões e abusos sexuais que ██████████, nove meses depois, ainda não conseguia verbalizar. Repetia apenas “Judiam muito de mim” ou “Me judiaram bastante” para descrever o que passou nas mãos de três homens, e as mãos que passaram sobre seu corpo de 19 anos, rodando pelas ruas da cidade com o som ligado no último volume.

“Tentei quebrar o vidro com meu sapato, chutando, mas um deles pegou minha perna e sentou em cima”, relata. “O outro me segurava e tapava minha boca pra eu não gritar. O que estava dirigindo tinha um revólver.”

Ao examiná-la, os médicos não encontrariam vestígios que pudessem ajudar na identificação dos agressores. A memória de ██████████, abalada pela violência, tampouco contribuiria com o trabalho da polícia: a jovem nunca havia visto os criminosos e, depois, jamais conseguiria descrevê-los com exatidão.

A mensagem que lhe deixaram, porém, ██████████ não esquece: “Fala pra Funai que nós vamos acabar com eles”, disseram, ao soltá-la num matagal três horas depois. O recado convenceu parentes e amigos – e as autoridades – de que o sequestro não se tratara de um delito comum.

Com a pele morena, cabelos negros lisos e longos, não raro adornados com penas coloridas, ■■■■■ ostenta inconfundíveis traços indígenas. Mas não se trata apenas de aparência. A jovem pertence à comunidade guarani que vive nos arredores de Guaíra e Terra Roxa, pequenos centros urbanos de uma região agrícola do Oeste do Paraná que faz divisa com Mato Grosso do Sul e fronteira com o Paraguai.

Mais que ser guarani, ■■■■■ é irmã do cacique ■■■■■, líder da aldeia Tekoha Marangatu, retomada pelos índios em 2004. Lá, a adolescente mora e estuda. Pelas manhãs, trabalha como estagiária na Coordenação Técnica Local que a Fundação Nacional do Índio (Funai) mantém em Guaíra desde 2012.

O rapto ocorreu exatamente no trajeto entre a aldeia e a sede do órgão indigenista, pouco depois das 7h, horário em que ■■■■■, todos os dias, deixa sua casa para empreender uma caminhada de 40 minutos até o escritório.

“Eles sabiam quem eu sou.”<sup>333</sup>

### Outro veículo de imprensa publicou o seguinte relato, a partir de informações do boletim de ocorrência da Polícia Militar do Paraná em Guaíra:

Nesta sexta-feira (2), policiais militares do 3º Pelotão de Guaíra foram acionados pela central e seguiram até a Aldeia indígena Guarani Tekoha Marangatu, próximo ao Porto Internacional Sete Quedas, margens do Rio Paraná.

No local, uma jovem indígena de 18 anos relatou aos PMs que havia sido raptada com violência, sofrido tentativa de estupro e recebido ameaças.

Segundo a índia contou aos policiais, ela saiu da aldeia para trabalhar por volta das 07h e, na altura da Rua Paraguai — proximidades do Hotel Deville — percebeu que estava sendo seguida por um veículo preto com vidros escuros.

Rapidamente antes que a vítima esboçasse alguma reação, desceu do veículo um homem moreno claro e alto, aparentando uns 27 a 30 anos, trajando uma camisa vermelha, usando óculos escuros e luvas de borracha ou plástico na cor azul, a agarrou e a colocou com violência no carro pela porta de trás.

333 “Guaranis resistem a preconceito enquanto exigem demarcações no Paraná”. *Rede Brasil Atual*, 11 jul. 2014. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/07/guaranis-do-parana-resistem-a-preconceito-enquanto-exigem-demarcacoes-na-fronteira-com-paraguai-6739.html>>.

No interior do veículo havia outros dois homens, sendo o motorista aparentemente baixo, gordo (barrigudo), usando óculos escuros, trajando uma jaqueta preta, aparentando entre 38 e 40 anos; e outro homem no banco de trás que pôde perceber ser alto e magro, usando óculos escuros.

Um dos homens perguntou à jovem se ela era funcionária da Funai, mas não teve resposta. Os demais começaram a insistir na mesma pergunta, mas a vítima continuava sem falar. Em dado momento, segundo relato da jovem indígena, o motorista disse que tinha uma arma e, caso ela não falasse, além de ser violentada pelos três, ainda seria morta.

Temendo pela vida, a índia disse ser funcionária da Funai. Momento em que os homens disseram: “Então entrega um recado a eles (funcionários), nós vamos acabar com a Funai e os índios; os fazendeiros não vão permitir que eles fiquem aqui”. Ameaçaram também as lideranças indígenas de Guaíra.

Após fazer as ameaças, começaram a passar a mão na vítima, em seus seios e genitais, e o homem que estava de camisa vermelha tentava beijá-la no pescoço.

O jovem disse que rodaram por bastante tempo de automóvel por locais que ela não conhecia, até que finalmente eles abandonaram-na em uma estrada de terra, próximo a um mato. Pelo relato da vítima, acredita-se que o local trata-se da estrada de terra próxima à cerâmica Lex, entre o Jardim América e a Vila Malvinas.

A índia, após andar muito, retornou para casa a pé e relatou o fato às funcionárias da Escola Estadual Indígena na Aldeia Marangatu.

A professora ■■■■■ a encaminhou para a Polícia Federal, onde formalizou uma denúncia.

A vítima acredita que tem sido seguida há vários dias, pois é constante a ameaça de atropelamento que os indígenas vêm sofrendo por veículos que portam adesivos que pedem pela extinção da Funai.

A jovem, que é recepcionista da sede da Funai, localizada no Jardim Zeballos, em Guaíra, acredita que sofreu a represália pelo fato de ser irmã do cacique ■■■■■<sup>334</sup>

A pesquisa conseguiu colher outros casos de agressão física, como o relatado por ■■■■■, 55 anos, moradora do Tekoha Y’Hovy, em Guaíra. “Eu estava na rua e meu marido, ■■■■■, de 65 anos. Em

334 “Guaíra — Jovem indígena é raptada, sofre ameaças e tentativa de estupro por três homens”. *Portal Guaíra*, 3 ago. 2013. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-jovem-indigena-e-raptada-sofre-ameacas-e-tentativa-de-estupro-por-tres-homens/>>.

um certo momento, nos separamos. Eu vim pra aldeia e ele foi resolver algum assunto na Vila Eletrosul. Mas não voltou. Chegou em casa dois dias depois, cheio de hematomas. Ele disse que, quando estava vindo, duas pessoas pegaram ele em frente à igreja Assembleia de Deus. Bateram nele do nada. Ele não conhecia nenhuma delas. Ficou machucado no rosto, nas costas e na cintura. Disse que bateram nele com uma ripa. Um vizinho socorreu e levou para o hospital. Ele ficou internado dois dias e então voltou pra casa.”<sup>335</sup>

■■■■■■, 55 anos, moradora do Tekoha Karumbey, em Guaíra, conta que levou um tapa na cara de uma vizinha durante uma reunião com a Funai em 2010 no Tekoha Porã. “Fui lá pra participar da reunião. Sempre defendi nossa postura, nossa raça, o índio. Eu defendo mesmo, porque eles ficam falando muito mal do índio. Não aguentei. Eu sei que ele estava falando escândalo. Essa mulher sempre fala que o índio é fedorento, sujo, anda pelado, mas eu não aguentei e falei pra ela: ‘Você sempre é assim, sempre fala mal do índio.’ Tinha funcionário da Funai, e mesmo assim ela ficou provocando o índio. Daí ela pulou em mim”, explica. “Era a quarta vez que ela vinha gritar pra mim. Eu sempre fiquei quieta, porque é melhor ficar quieto. Mas depois me falaram pra não ficar mais quieto, porque senão eles não vão parar. Mas não quero briga.”<sup>336</sup>

Quando tinha sete anos de idade, ■■■■■■, morador do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, também levou um tapa na cara. “Estava me preparando pra ir pra escola, vieram uns caras e me perguntaram quem era o cacique da aldeia. Um cara bem alto, careca, perguntou isso pra mim. Depois, quando eu estava indo pra escola, esperando ônibus na mineração, veio um cara e me deu um tapa na cara.”<sup>337</sup>

■■■■■■, 29 anos, morador do Tekoha Porã, em Guaíra, conta que foi agredido por pessoas desconhecidas no trajeto entre a escola e a aldeia, por volta das dez e meia da noite, quando voltava de uma aula do curso de Educação de Jovens e Adultos, em 2015. “Fui na escola e quatro pessoas me seguiram. Mas eu não sabia. Eles vieram atrás de mim e me bateram. Eu caí no chão, levantei e corri deles. Não falaram nada pra mim. Me pegaram por trás. Eu nem vi com o que me bateram, se foi com a mão ou com pau. Sei que ficou machucado. Machuquei no rosto, do lado da orelha, e na perna.”<sup>338</sup>

335 Entrevista em 21 mai. 2015.

336 Entrevista em 17 jan. 2016.

337 Entrevista em 18 jan. 2016.

338 Entrevista em 18 mai. 2016.

## Mortes

*Em Guaíra, não dá pra ir sozinho de noite. Eles estão ameaçando indígena por causa da terra.*

— ■■■■■■<sup>339</sup>

A pesquisa identificou cinco mortes violentas entre os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa entre 2012 e 2015: quatro assassinatos e um atropelamento. Dentre os quatro assassinatos, três permanecem envoltos em incertezas. À falta de investigação policial, os próprios indígenas da região possuem versões conflitantes sobre as causas das mortes. Por isso, a pesquisa optou por tratar apenas de um homicídio e do atropelamento.

A indígena Gregória Noceda, já idosa, então moradora do Tekoha Marangatu, morreu em 29 de dezembro de 2012 após ser atropelada por um veículo que trafegava em alta velocidade em frente à rodoviária de Guaíra. O motorista fugiu sem prestar socorro.<sup>340</sup>

O caso mais citado pelos Avá Guarani da região — e o mais grave, em se tratando de violência anti-indígena — é o de Bernardino Coladio Ortega, assassinado com um tiro nas redondezas do Tekoha Porã, em Guaíra, em 24 de novembro de 2013. Na mesma ocasião, o adolescente indígena ■■■■■■, então com 11 anos, foi alvejado com três disparos — felizmente, porém, foi socorrido pelo irmão mais velho, ■■■■■■, e conseguiu sobreviver.

À época, os meios de comunicação locais repercutiram a notícia, mas com poucos detalhes — e sem ouvir o que os indígenas tinham a dizer sobre o ocorrido.<sup>341</sup> O relato dos moradores da aldeia Tekoha Mirim, em Guaíra, onde vivia Bernardino e onde vivem ■■■■■■ e ■■■■■■ foram recolhidos pela pesquisa.

“Ele [Bernardino] sempre saía pra jogar bola na Vila Alta, perto do Tekoha Porã. Um dia ele saiu e não voltou na hora certa. Se sair, tem que voltar. Ele ficou ficando lá até duas, três horas da manhã. Daí morreu”, explica ■■■■■■, 73 anos, morador do Tekoha

339 Entrevista em 21 jan. 2016.

340 “Indígena — Atropelamento no centro de Guaíra mata índia”. *Portal Guaíra*, 30 dez. 2012. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/indigena-atropelamento-no-centro-de-guaira-mata-india/>>.

341 “Guaíra — Indígenas sofrem atentado; um morre e três crianças são feridas (imagens fortes)”. *Portal Guaíra*, 25 nov. 2013. Disponível em <<http://www.portalguaira.com/guaira-indigenas-sofrem-atentado-um-morre-e-tres-criancas-sao-feridas>>.



RUY SPOSATI

Mirim. “Tinha bastante índio com ele, muita gente foi lá jogar bola. Acabou o jogo e eles ficaram lá. Teve gente que veio mais cedo, teve gente que ficou lá. O [redacted] foi atirado também. Então, quem tomou tiro foi Bernardino, que morreu, e o [redacted], que sobreviveu.”<sup>342</sup>

[redacted], 15 anos, irmão de [redacted], 11 anos — os adolescentes que estavam com Bernardino no momento dos tiros —, são netos de [redacted] e filhos da liderança do Tekoha Mirim, [redacted].

“Um sábado. Fomos lá pra jogar futebol. Depois que acabou o futebol, às seis da tarde, ficamos no bar”, explica [redacted]. “A gente estava lá e de repente veio

342 Entrevistas em 17 mai. 2016.

um carro verde, Escort. Depois foi de novo. Nem saíram do carro. Atiraram no meio da gente e foram embora. Eu já tinha visto esses caras por aí, mas nunca tinha conversado com eles. Acertaram meu irmão e o Bernardino.” De acordo com [redacted], que não foi atingido, os homens dispararam cinco vezes. “Bernardino levou um tiro e [redacted], meu irmão, levou três. Os tiros no meu irmão pegaram no braço, na cabeça e na perna. Bernardino levou tiro na barriga.”<sup>343</sup>

[redacted] conta que nunca tinha ouvido Bernardino — e muito menos seu irmão — sofrer qualquer tipo de ameaça. “No dia do jogo, ninguém veio brigar com a gente nem falar nada. A gente estava lá tranquilo, os caras chegaram e atiraram. Não sei por que atiraram na gente. Eu estava perto deles quando veio o tiro. Acertaram eles e eles deitaram no chão. Eu peguei meu irmão e trouxe pra cá [Tekoha Mirim] de bicicleta. Os outros caras ficaram lá, não sei o que fizeram, se chamaram ambulância. Meu irmão desmaiou quando chegamos aqui. Eu contei a história pro meu pai e então meu pai chamou a ambulância. O [redacted] ficou internado em Toledo durante oito dias.”<sup>344</sup>

[redacted], avô, explica que permaneceu junto do neto no hospital e conta como tem sido a recuperação. “Ele ficou com uma bala alojada no braço. O movimento ficou normal, porque não pegou nenhum nervo. Ficou na carne, o médico não quis tirar”, diz. “Mas a cabeça não ficou muito boa. Tem dia que ele fica meio doido, meio louco, e quer brigar com qualquer um. A gente conhece quando ele fica louco. Não quer saber de ninguém, nem do pai, nem da mãe.”<sup>345</sup>

De acordo com os Avá Guarani, os homens que atiraram e mataram Bernardino e feriram gravemente [redacted] não foram presos. “Foram pra delegacia, mas depois foram soltos”, conta [redacted], tio dos meninos. “E ameaçaram várias vezes o pessoal daqui. O cara que matou o Bernardino ameaçou meu irmão, [redacted]. Ele estava de bicicleta, o rapaz passou no carro verde e disse que ia matar todos os índios. Isso aconteceu dois ou três meses depois que mataram o Bernardino.”<sup>346</sup>

Outro caso de violência que os Avá Guarani afirmam ter ficado sem investigação policial e sem punição foi a morte de Ananias Nunes, morador da aldeia Tekoha Porã, que faleceu após um linchamento em Guaíra em abril de 2015.

343 Entrevistas em 17 mai. 2016.

344 Entrevistas em 17 mai. 2016.

345 Entrevistas em 17 mai. 2016.

346 Entrevistas em 17 mai. 2016.

## Suicídios

*Antes não acontecia muito isso não.*

— ■■■■■ Acosta<sup>347</sup>

*O jovem não tem recurso, não tem nada, não consegue comprar material. Tem gente que se atribulou e acabou se suicidando.*

— ■■■■■<sup>348</sup>

A pesquisa conseguiu identificar catorze casos de suicídio cometidos pelos Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa entre 15 de julho de 2010 e 6 de outubro de 2016. As principais vítimas são jovens: dez indígenas que tiraram a própria vida tinham menos de 20 anos de idade, outro tinha 21 anos e, outro, 22.

O maior número de casos — seis — ocorreu em 2015, o que demonstra que se trata de um problema atual, com evolução irregular ao longo do tempo. O número foi obtido a partir de entrevistas nas aldeias, com lideranças, amigos e familiares; de notícias publicadas pela imprensa local; e também com a ajuda de uma lista elaborada pelo Ministério Público Federal em Guaíra a pedido dos caciques da região, em que constam os atestados de óbitos dos indígenas que tiraram a própria vida até 27 de julho de 2015.<sup>349</sup>

Todas essas mortes ocorreram por enforcamento. Se contrastamos o número de suicídios com o número de Avá Guarani residentes em Guaíra e Terra Roxa,<sup>350</sup> vemos que 1,1% da população indígena da região tirou a própria vida. É uma taxa trezentas vezes maior do que a observada no conjunto da população do país: de acordo com dados do Ministério da Saúde referentes a 2014, a proporção

347 Entrevista em 17 mai. 2016.

348 Entrevista em 18 jan. 2016.

349 Notícia de Fato nº 1.25.012.000157/2015-66, protocolado no dia 17 de agosto de 2015. O procedimento teve origem em uma carta assinada por todas as lideranças de Guaíra e Terra Roxa, e encaminhada ao Ministério Público Federal. No texto, os representantes dos Avá Guarani relatam a preocupação com o elevado número de mortes por suicídio dentre os membros da comunidade, e relacionam as ocorrências com a situação de extrema vulnerabilidade em que vivem. As lideranças também consideram os suicídios como uma consequência da campanha contra a demarcação da terra, da propagação de ódio, dos conflitos territoriais, das demissões em massa e do racismo nas escolas, dentre outros motivos.

350 Em 2015, as equipes locais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde identificaram 1.267 indígenas residindo nas aldeias de Guaíra e Terra Roxa.

de suicídios entre o total de brasileiros é de 0,005%.<sup>351</sup>

Os Avá Guarani não costumam comentar as razões que podem levar alguns membros da comunidade ao suicídio. E muitos também parecem não compreender por que seus amigos e parentes, sobretudo os mais jovens, tiram a própria vida.

“A gente tem dor quando vê um jovem se enforcando. A gente pensa que isso não pode acontecer, mas isso acontece porque tem um sentimento em quem se suicida. Tem muito aborrecimento”, explica ■■■■■, morador do Tekoha Mirim, em Guaíra. “Mas eu não sei direito qual é o sentimento, porque eu nunca pensei em fazer isso. Então não posso dizer.”<sup>352</sup>

Apesar das dificuldades, porém, e sem insistir na obtenção de tais relatos, a pesquisa conseguiu colher alguns poucos depoimentos de lideranças, de amigos, de familiares das vítimas e de indígenas que tentaram — mas não conseguiram — tirar a própria vida.

O marido de ■■■■■, 30 anos, moradora do Tekoha Jevy, enforcou-se em 2012. Seu nome era Josimar Riquelme. Tinha 22 anos. “Ele tinha uma espécie de depressão, não sei direito”, conta a viúva. “Ele dizia que não tinha nada, nenhuma posse, e queria umas coisas, roupas novas. Uma das maiores tristezas dele é que não tinha documento e não conseguia trabalhar fora pra comprar o que ele queria.”<sup>353</sup>

■■■■■, moradora do Tekoha Jevy, mãe de um jovem Avá Guarani que cometeu suicídio, relata que também tentou tirar a própria vida. “Desde que meu outro filho morreu, eu fiquei triste. Meu filho morreu por causa disso também. Tinha 18 anos, se enforcou também”, explica ■■■■■, referindo-se a Carlito Araújo Martins, morto em julho de 2010. “Ele pediu pra mim. Estava estudando. Pediu roupa boa, calçado. Era meu filho mais velho.”

■■■■■ explica que tentou se enforcar porque não aguentava ver a tristeza de seu neto, ■■■■■, de 13 anos. “Ele está estudando na escola. Ele pediu pra mim tal coisa. Eu não tenho pra comprar pra ele. Eu fiquei chorando. Não sou aposentada. Não tenho nada. Não tenho serviço. Onde que vou achar dinheiro pra comprar coisa pra ele? Ele pediu pra mim calçado, roupa nova. Eu senti isso. Eu fiquei chorando. Ele está estudando. ‘Todo mundo tem roupa nova, calçado’, ele falou pra mim, ‘e eu não tenho’. Aquele dia quase eu fiz

351 Em 2014, o Ministério da Saúde registrou 10.600 casos de suicídio na população brasileira.

352 Entrevista em 17 mai. 2016.

353 Entrevista em 20 jan. 2016.

*aquela coisa e... fiquei chorando. Quase morri.*<sup>354</sup>

Morador do Tekoha Mirim, em Guaíra, ■■■■■, 73 anos, explica que esteve com Savino Rivarola, 18 anos, pouco antes de que o jovem cometesse suicídio, em 27 de março de 2013.

“Já era de noite, ele estava na minha casa escutando música e tomando camelinho [cachaça] com meu filho. Não falou nada sobre isso de se matar. Ele disse que iria pra casa dele. E se matou”, diz. “Sei que ele estava triste porque o pai dele largou da mãe. Ele estava lutando muito, estudando, tinha muito sofrimento, não tinha dinheiro pra comprar roupas, essas coisas. Tinha muitas dificuldades. Era muito pobre. Daí ele se enforcou com a cinta.”

■■■■■ explica que seu neto, ■■■■■, que hoje tem 20 anos, já tentou se enforcar algumas vezes. “Foram muitas vezes, não dá nem pra contar. Conversaram com ele. Agora faz tempo que não tentou mais. Faz dois anos que ele tentou o último. Agora está tranquilo.”<sup>355</sup>

A indígena ■■■■■ cometeu suicídio em dezembro de 2015. Deixou sete filhos. “Eu sempre conversava com ela. A gente tomava tereré juntas”, conta ■■■■■, 41 anos, vizinha do barraco onde morava ■■■■■, no Tekoha Y’Hovy, em Guaíra. “Quando estava próximo de ela receber o benefício do Bolsa Família, ela me disse que tinha dúvidas se a dona do mercado venderia as coisas pra ela. Porque ela não tinha mais nada em casa, nem comida nem calçado para os filhos. Ela estava sem o documento dela e das crianças, porque o marido saiu de casa e levou os documentos com ele. Ela ficou só com o cartão do Bolsa Família. Então, ela ficou com essa dúvida se a dona do mercado iria vender as coisas pra ela. E me disse: ‘Acho que, pra parar de sofrer, eu tenho que morrer.’ Como ela era meio brincalhona, a gente levou na brincadeira. Depois vimos que ela estava falando sério. Ela sempre me pedia coisas que estavam faltando pra ela: sabão, arroz, sal... Se eu tinha, eu dava. Quando eu não tinha, não dava. Ela era sozinha, o marido foi embora e levou os documentos. Ele abandonou ela. Ela tinha sofrido um aborto, foi internada no hospital, ficou na UTI, passou por cirurgia e tiraram o útero ou algum outro órgão que não sei qual foi, mas ela ficou estéril, não podia mais ter filhos. Ela ficou meio depressiva com isso. No dia em que ela foi pra lotérica, ela pegou o dinheiro do Bolsa Família e pagou as dívidas que tinha no mercado. A dona do mercado recebeu o que ela devia, mas não vendeu mais nada pra ela. Naquele dia ela já voltou entristecida do mercado, dizendo que não tinha trazido nada para os filhos, que queria que eu acompanhasse ela

354 Entrevista em 20 jan. 2016.

355 Entrevista em 17 mai. 2016.

pra convencer a dona do mercado pra abrir outra conta pra ela, porque ela não iria suportar ver os filhos passando fome. Naquele dia mesmo ela sumiu. Os filhos dela vieram me perguntar onde estava a mãe deles. Mas eu não sabia. O primeiro pensamento que veio era que ela estava no boteco tomando cachaça ou em qualquer outro lugar. Mas ela não tinha costume de sair e deixar os filhos. Naquele dia choveu o dia todo e a noite toda. Só no outro dia é que as crianças saíram de novo procurando por ela. Foram na [aldeia Tekoha] Jevy, mas ela não estava lá. Choveu de novo. Procuraram ela até a tarde, mas não encontraram em lugar nenhum. No outro dia de manhã, entraram no mato aqui da aldeia, pra procurá-la, e encontraram ela já enforcada no cadarço do sapato — os próprios filhos encontraram ela...”<sup>356</sup>

De acordo com a liderança ■■■■■, a morte de ■■■■■ foi o primeiro suicídio ocorrido no Tekoha Y’Hovy.

“Eu sou a vizinha mais próxima da ■■■■■, mas a gente não conversava muito com ela”, conta ■■■■■, 24 anos. “No dia que aconteceu isso, eu encontrei ela no mercado. Ela recebe Bolsa Família no mesmo dia que eu. Foi dia 18 de dezembro. A dona do mercado não queria vender pra ela. Ela contou que o marido tinha levado todos os documentos dos filhos dela, e dela também. Ela contou. Por isso que a dona do mercado não queria dar pra ela. Falou pra ela arrumar os documentos: ‘Se você arrumar, você volta; se não conseguir, não precisa voltar aqui.’ Quando a dona do mercado falou isso, ela já começou triste. Ela tem um monte de criança pequena, ela contou que ia receber pros filhos. Com certeza os filhos esperavam alguma coisa dela. Eu percebi que ela ficou triste. Era perto do Natal, ela não tinha nada em casa pra comer, nem chinelo as crianças dela tinham mais. Os filhos são tudo pequeno, só três que eram grandes. Eu senti que ela não queria voltar de mão vazia do mercado, queria trazer alguma coisa para os filhos dela. Percebi assim. Ela ficou triste. Daí eu voltei. Ela veio atrás. Sobrou uns dez reais com ela só. Daí ela comprou uma cachaça. Ela bebia. Ela chegou na casa dela. Eu vi quando ela tomou a cachaça. Ficou sentada debaixo da árvore, bebendo. Acho que foi lá que começou pra ela. Ela estava mesmo triste. A filha queria Coca-Cola, tinha pedido pra ela. Mas ela não trouxe nada para os filhos. Eu percebi assim. Esse tempo estava chovendo mesmo. Se não estivesse chovendo, a gente teria visto ela ir se enforcar. Mas, como estava chovendo, não vimos nada. Ela ficou triste. Por isso que fez o suicídio dela.”<sup>357</sup>

356 Entrevista em 21 mai. 2016.

357 Entrevista em 17 mai. 2016.

Em 10 de abril de 2013, Sidnei Medina, 18 anos, cometeu suicídio na aldeia Yvyraty Porã. “Ele foi procurar serviço em Terra Roxa, na escola de trabalho. Uma menina que trabalhava lá, ou um menino, disse que não havia serviço para índio. Voltaram era já à tarde. Estava com fome. Por isso acho que ele fez isso”, explica ██████████, liderança da aldeia. “Assim mesmo que acontece. Ele não tinha comida. Acho que ele ficou com raiva e se enforcou.”<sup>358</sup>

A mãe de Sidnei tem um relato semelhante. “Ele foi procurar serviço em Terra Roxa. Foi de manhã e voltou à noite. Ninguém viu que ele estava de volta. Só foram encontrar de manhã, enforcado na beirada da estrada. Ele era casado. Quando morava no Mato Grosso do Sul, ele já me falava, quando mudamos pra cá, que através dele as famílias que estavam sofrendo aqui iam ganhar a terra: através dele. Ele já vinha com esse pensamento, que ia deixar as pessoas aqui tranquilas. Por causa disso. Ele viu a família sofrendo, passando discriminação, ele passou poucos dias aqui e começou a procurar serviço. E já vieram com essas palavras de que índio não tem serviço. Por causa disso ele pensa que a vida não vai muito longe se morar aqui. Daí se enforcou. Antes, ele já falava pra mim que havia sofrimento. Saía para procurar serviço e ninguém dava. Reclamava da terra. Falava que depois que morrer vai ganhar a terra. Não queria mais ver os pais e os parentes sofrendo. Ninguém dava semente pra plantar, ele procurava semente no lixo, porque às vezes o fazendeiro joga semente vencida no lixo. Ele achou semente de feijão no lixo e trouxe pra plantar”, explica, revelando a decisão que tomou depois do suicídio do filho. “Agora, eu e meu marido resolvemos ficar aqui até a morte. O dia em que os fazendeiros mandarem a gente sair daqui, não vou sair. Prefiro morrer perto do meu filho, que está enterrado aqui.”<sup>359</sup>

O suicídio de Marciano Cáceres, 21 anos, morador do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, não consta do levantamento do Ministério Público Federal em Guaíra. De acordo com membros da aldeia, porém, o jovem enforcou-se em setembro de 2015. “Ele estudava à noite no colégio Kennedy. A mãe estava doente. Quando ela foi no hospital, ele ficou junto comigo. Ele pedia coisas pra escola. Eu não tinha recursos pra comprar. Ele ficou bravo e se suicidou”, explica ██████████, pai de Marciano. “A gente não sabe se aconteceu alguma coisa na escola, porque ele não contava. Ninguém sabe por que ele se suicidou. Encontraram ele pendurado em casa.”<sup>360</sup>

358 Entrevista em 28 out. 2015.

359 Entrevista em 29 out. 2015.

360 Entrevista em 18 jan. 2016.

Carlindo Garcete, 15 anos, que sonhava em ser tecladista e ter uma banda, foi encontrado morto na aldeia Tekoha Guarani em 6 de outubro de 2016. É o caso mais recente de suicídio entre os Avá Guarani de Guaíra e Terra Roxa. “Ele não tinha emprego nem conseguiu vaga na escola”, explica ██████████, mãe do adolescente. “Nesse dia, ele saiu de casa dizendo que ia para a casa de um parente na aldeia Tekoha Jevy. Mas não foi. Quando saiu, estava começando a escurecer. Na manhã seguinte, encontramos ele enforcado perto da escolinha.”<sup>361</sup> De acordo com ██████████, professor do Tekoha Guarani, Carlindo ia muito visitar seus parentes no Tekoha Jevy. Por isso, ninguém desconfiou de nada. “Ele sempre conversava comigo, eu dava apoio pra ele”, diz ██████████, explicando que o jovem queria tocar o teclado. “Eu falava pra ele ir estudando, que com o tempo ele ia conseguir comprar um teclado. Mas ele não tinha condições de comprar teclado. E ficava triste.” ██████████ ainda tem no celular um vídeo de Carlindo tocando o instrumento que havia emprestado de um amigo. “Tinha também uma foto dele abraçado comigo, mas apaguei.”<sup>362</sup>

Os procedimentos do Ministério Público Federal em Guaíra consideram como suicídio a morte de Rafael Montiel Santa Cruz, 60 anos. Seus amigos e familiares, porém, acreditam que o idoso foi assassinado. O caso teria ocorrido em 6 de julho de 2015 na localidade de Alto Santa Fé, um distrito do município de Nova Santa Rosa, no Paraná, a setenta km de Guaíra. “Pegaram ele aqui pra poder trabalhar cortando eucalipto”, explica o filho, ██████████, 26 anos. “Depois uma enfermeira ligou pra mim, mandaram foto do meu pai degolado pelo Whatsapp, pra gente reconhecer. Estava tudo cortado no pescoço.”<sup>363</sup>

A enfermeira que ajudou no reconhecimento do corpo de Rafael Montiel, ██████████, 56 anos, que trabalha no polo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Guaíra, conta que, após ser socorrido, Rafael foi mandado para um hospital em Toledo.

“Teve alta, estava vindo embora e morreu dentro da ambulância. O motorista colocou ele dentro da ambulância. Quando parou no meio da estrada, ele estava morto.”<sup>364</sup>

361 Entrevista em 15 nov. 2016.

362 Entrevista em 15 nov. 2016.

363 Entrevista em 20 jan. 2016.

364 Entrevista em mai. 2016.

## Recomendações

Em síntese, diante da situação de vulnerabilidade frente às graves violações de direitos humanos relatadas em detalhes pelo presente relatório, sob a perspectiva do que já foi considerado pelo volume II do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, sugere-se que sejam tomadas as seguintes providências:

- Celeridade no processo de demarcação dos territórios reivindicados pelos Avá Guarani no Oeste do Paraná como medida de reparação histórica a este povo, tendo a regularização e desintrusão das terras indígenas como a mais fundamental forma de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas da região, sobretudo considerando-se os casos de esbulho e subtração territorial aqui relatados, assim como o determinado na Constituição de 1988;
- Recuperação ambiental das terras indígenas esbulhadas e degradadas como forma de reparação coletiva pelas graves violações decorrentes da inobservância dos direitos indígenas na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados;
- Que, enquanto não se concretize a efetiva devolução dos territórios, seja garantido aos Avá Guarani, como já reportado por meio das Ações Cíveis Públicas em andamento, o mínimo existencial e a assistência aos serviços básicos de saúde, educação,

saneamento básico, eletricidade, alimentação e direitos individuais e sociais;

- A devida investigação e punição dos atos de violência e discriminação contra os Avá Guarani, e que se promovam pedidos públicos de desculpas do Estado e atos de desagravo e reparação pelo esbulho territorial e pelas graves violações de direitos humanos, de caráter político, ocorridos sob sua responsabilidade, tanto por ação como por omissão, visando a instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo;
- Promoção de campanhas locais de informação à população sobre a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição e sobre as graves violações de direitos ocorridas na região, considerando que a desinformação facilita a perpetuação das violações descritas no presente relatório;
- Com base nas determinações da Lei nº 11.645/2008, a inclusão da temática das graves violações de direitos humanos ocorridas contra os povos indígenas como parte integrante do currículo da rede de ensino na região;
- Criação de fundos específicos de fomento à pesquisa e difusão amplas das graves violações de direitos humanos cometidas contra os Avá Guarani, por órgãos públicos e privados de apoio à pesquisa e difusão cultural e educativa, incluindo-se investigações acadêmicas e obras de caráter cultural, como documentários, livros etc.



M B O,  
O K A  
R E M  
U A

*apoio*



**F** **Fundo Brasil** de  
Direitos Humanos

